

REVISTA **MOSAICOS**



Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação | 2023 | v. 5 | n. 1

ISSN 2674-8258





REVISTA **MOSAICOS**   
Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação

Mestrado ISAE

Mosaicos	Curitiba	v. 5	n. 1	p. 1-161	2023
----------	----------	------	------	----------	------



## Expediente

**Editora-chefe:**

Dra. Ariadne Farias (PPGS/ISAE)

**Coordenação Editorial:**

Dra. Isabel Grimm (PPGS/ISAE)

**Conselho Editorial:**

Dr. Norman Arruda Filho  
(PPGS/ISAE)

Ms. Kleberon Massaro Rodrigues  
(PPGS/ISAE)

Dr. Ricardo Pimentel  
(Consultor de Inovação na ImpactHub)

Dr. Josué Alexandre Sander  
(IFPR/Pinhais)

Ms. André Francisco Alves  
(Coordernador de Desenvolvimento de  
Sistemas da Climatempo)

**Corpo Editorial Científico:**

Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio  
(PPGS/ ISAE, PPGDR/FURB, IEA/USP  
e PPGCA/UNISUL/Instituto Ânima)

Dr. Valdir Bernardini (PPGDTS/UFPR  
Litoral e MADE/UFPR)

Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara  
(FACC/UFMT e PPGCA/UNEMAT)

**Edição de texto e diagramação:**

Dra. Ariadne Farias (PPGS/ISAE)

Cassiane Zambão (Marketing)

André Camargo (Designer)

**Normalização e indexação:**

Ana Rocco (Bibliotecária CRB9/1934)

**Apoio Técnico:**

Anderson Gomes (TI/ISAE)

**Secretaria:**

Luciane de Oliveira Moura

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Revista Mosaicos: estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação [Recurso eletrônico] / Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade (PPGS) do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul.

Vol. 5, n. 1 (2023) – Curitiba, PR: ISAE, 2023.  
Anual.

Disponível em: <http://revistamosaicos.isaebrasil.com.br>

ISSN 2674-8258

1. Governança corporativa - Periódicos. 2.  
Sustentabilidade - Periódicos. I. Instituto Superior de  
Administração e Economia.

CDU 502:504

Bibliotecária: Ana Rocco CRB9/1934

Os artigos publicados na Mosaicos são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles contidas não expressam, necessariamente, a opinião do ISAE.

Endereço para correspondência: ISAE

Escola de Negócios – Mestrado

Av. Sete de Setembro, 2775. Shopping Estação - Área Business 8º andar.

CEP 80230-010 Curitiba-PR. Tel.: (41) 3388-7800



## Sumário

- Quinta Edição: reflexões e estudos sob a perspectiva da interdisciplinaridade** 4  
Ariadne Farias
- Perspectivas de pós-desenvolvimento, transitoriedades e a governança ambiental: entrevista com a professora Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara** 6  
Magno Alves Ribeiro
- Educação especial no Brasil: caminhos e descaminhos** 16  
*Special education in Brazil: paths and detours*  
Larissa Gabrielle Ramos Navarro, Abigail Malavasi
- Análise da abordagem de sustentabilidade em uma perspectiva de gestão multistakeholder em empresas do agronegócio** 34  
*Analysis of the sustainability approach from a multistakeholder management perspective in agribusiness companies*  
Rafael Berres, Dieisson Pivoto, Giana de Vargas Mores, Leila Dal Moro, Jandir Pauli, Vitor Francisco Dalla Corte
- Nos rastros das (novas) territorialidades: o pluriverso como inspiração para as transições desejáveis ao bem viver** 55  
*En las huellas de las (nuevas) territorialidades: el pluriverso como inspiración para las transiciones deseables hacia el buen vivir*  
Renata Amorim Almeida Fonseca, Marta de Azevedo Irving, Yasmin Guimarães Xavier Nasri, Beatriz Leite Ferreira Cabral
- Facilitadores e obstáculos para adoção de tecnologia educacional em escolas básicas privadas no Brasil** 74  
*Facilitators and obstacles to the adoption of educational technology in private elementary schools in Brazil*  
Pedro Julião Pessoa Prado, Isabel Grimm, André Francisco Alves



**As mulheres no semiárido brasileiro: contribuições das trabalhadoras rurais para a sustentabilidade na região do Cariri Oeste** **90**

*Women in the Brazilian semi-arid region: contributions of rural workers to sustainability in the Cariri Oeste*

Milanya Ribeiro da Silva, Doris Aleida Villamizar Savago

**Reflexões sobre territorialidades socioambientais em uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro** **104**

*Reflections on social and environmental territorialities in a city in the metropolitan region of Rio de Janeiro*

Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria, Amazile López Netto, Rafael Ângelo Fortunato

**Exercitando uma reflexão sobre o Bem Viver: a escuta de migrantes caiçaras da Ilha dos Valadares, Paranaguá - PR** **124**

*Exerciting a reflection on the Good Living: listening to migrante*

Janelize Nascimento Felisbino, Mayra Taiza Sulzbach

**O enfrentamento ainda possível da emergência socioclimática: novos horizontes biocivilizatórios** **143**

*The still possible tackling of the socio-climatic emergency: new biocivilization horizons*

André Felipe Simões, Marcos Bernardino de Carvalho, Diamantino Alves Correia Pereira, Silvia Helena Zanirato, Sidnei Raimundo



## Quinta Edição: reflexões e estudos de caso sob a perspectiva da interdisciplinaridade

A **Revista Mosaicos: Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação** apresenta a sua Quinta Edição e convida os leitores e leitoras para apreciar os textos selecionados sob a ótica da interdisciplinaridade e sob o viés das Ciências Ambientais. Nas primeiras páginas, a entrevista com a professora e pesquisadora Liliane Cristine Schlemer Alcântara, apresenta as suas perspectivas de pós-desenvolvimento, transitoriedades e a governança ambiental, ao propor uma reflexão sobre a temática “Bem Viver e as Ecosocioeconomias, como estado da arte nas teorias pós desenvolvimentista”. A entrevista foi conduzida por Magno Alves Ribeiro. O primeiro artigo, de autoria de Larissa Gabrielle Ramos Navarro e Abigail Malavasi, traz um breve levantamento da história da educação especial no Brasil e das influências mundiais que a permeiam. Por meio de uma revisão da literatura, as autoras construíram um panorama da educação especial no Brasil, desde meados do século XVI até o século XXI. No segundo artigo, Rafael Berres, Dieisson Pivoto, Giana de Vargas Mores, Leila Dal Moro, Jandir Pauli e Vitor Francisco Dalla Corte apresentam uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória sobre as estratégias de sustentabilidade corporativa das empresas do agronegócio perante os *stakeholders* e como este posicionamento afeta as suas ações. O terceiro artigo, de autoria de Renata Amorim Almeida Fonseca, Marta de Azevedo Irving, Yasmin Guimarães Xavier Nasri e Beatriz Leite Ferreira Cabral, convidam os leitores para uma reflexão acerca dos rastros do pluriverso de alternativas sistêmicas comunitárias, sob a perspectiva de Bem Viver. A partir de uma revisão narrativa da literatura, as autoras buscaram identificar os princípios ético-políticos envolvidos, enquanto perspectiva de análise das transições socioecológicas almejadas para a construção de sociedades sustentáveis.

Pedro Julião Pessoa Prado, Isabel Grimm e André Francisco Alves trazem uma pesquisa qualitativa no quarto artigo, realizada por meio de entrevista semiestruturada, onde identificam os principais facilitadores e obstáculos para adoção de Tecnologias Educacionais pelas escolas básicas privadas no Brasil, sob a ótica dos fornecedores de tecnologia. No quinto artigo, por meio de estudo empírico na Região do Cariri Oeste, interior do Ceará, nordeste do Brasil, Milanya Ribeiro da Silva e Doris Aleida Villamizar Sayago, dão voz às mulheres trabalhadoras rurais que vivem no Semiárido brasileiro sinalizando a importância de repensar as atividades produtivas nessa região, por meio da história oral de vida dessas mulheres. O sexto artigo, Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria, Amazile López Netto e Rafael Ângelo Fortunato, traz os resultados de uma pesquisa acerca das territorialidades socioambientais na cidade de São João de Meriti, conhecida como “Formigueiro das Américas”, cidade vizinha à capital do estado, Rio de Janeiro - RJ. No sétimo artigo, Janelize Nascimento Felisbino e Mayra Taiza Sulzbach, apresentam os resultados de uma pesquisa acerca da percepção de viver bem, realizada junto a sujeitos caiçaras migrantes da área rural da baía de Paranaguá e/ou



Guaraqueçaba, residentes na Ilha dos Valadares, Paranaguá, Paraná (PR), Brasil, com base em uma reflexão sobre o conceito do Bem Viver como filosofia de vida. Por fim, no oitavo artigo, André Felipe Simões, Marcos Bernardino de Carvalho, Diamantino Alves Correia Pereira, Silvia Helena Zanirato e Sidnei Raimundo, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, destacam o fundamento da emergência ambiental, particularmente o que se refere à questão climática, que tem suas raízes fundadas na dinâmica socioeconômica hegemônica.

Boa leitura!

**Ariadne Farias**

Editora-chefe



# **Perspectivas de pós-desenvolvimento, transitoriedades e a governança ambiental: entrevista com a professora Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara<sup>1</sup>**

Magno Alves Ribeiro<sup>2</sup>

Recebido: 12/09/2023. Aceito: 27/11/2023.

## **Apresentação**

O paradigma de desenvolvimento fundamentado na atual prática econômica capitalista mostrou-se incapaz de abordar de forma eficaz as crises sociais, de saúde pública e ambientais que permeiam o globo. O mundo contemporâneo exige um modelo de desenvolvimento que seja caracterizado por inclusão social e sustentabilidade ambiental.

A lógica do utilitarismo neoliberal no contexto do desenvolvimento não logrou oferecer respostas capazes de equacionar a interação entre a humanidade e a natureza, incluindo os impactos diretos, tais como o aquecimento global, a perda de biodiversidade e a gestão de resíduos sólidos. Como resultado, a crise ambiental transformou-se em uma crise que afeta os pilares fundamentais da civilização contemporânea (Acosta, 2011).

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Ecosocioeconomia e Bem Viver pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana - PPGTU/PUCPR. Pós-doutorado em "Bem Viver e Desenvolvimento à Escala Humana" no Righth Livelihood College (RLC) e Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas (UACH/Chile); Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UNiversidade REgional de Blumanu (FURB/SC) em andamento. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau - PPGDR/FURB. Doutorado Sandwich no Instituto de Estudios Cooperativos de Mondragón Unibertsitatea (MU) - (LANKI) - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (HUHEZI) com bolsa da CAPES - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Mestre em Administração. Especialista em Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Administração Rural e Metodologia e Didática do Ensino Superior. Graduada em Administração pela Sociedade Educacional Três de Maio. Linhas de pesquisa em Desenvolvimento Regional: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Educação para o Ecodesenvolvimento, Educação para o Cooperativismo, Ecosocioeconomia e Bem Viver (Buen Vivir). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Alternativas ao Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade (GPADIS); Análise Ambiental e Ecodesenvolvimento (FURB/SC). Centro de Investigaciones sobre Diversidad Cultural y Estudios Regionales (CEDICER/Universidad de Costa Rica); Núcleo de Ecosocioeconomia (NEcos) da UFPR/PR. Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) UFMT -Universidade Federal de Mato Grosso. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT). Professora convidada no "Magíster en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica (UACH/Chile)". Professora Permanente do PROFNIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. Membro fundador da Fundación Manfred Max-Neef. E-mail: [lilianecsa@yahoo.com.br](mailto:lilianecsa@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestrado em Administração e Finanças pela Universidade de Extremadura (Espanha). Especialização em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas (UFLA). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professor adjunto da UNEMAT, Campus de Tangará da Serra-MT, curso de Ciências Contábeis. E-mail: [magnoalves@unemat.br](mailto:magnoalves@unemat.br)



Desde antes da Revolução Industrial, a humanidade progressivamente desenvolveu uma dependência em relação aos combustíveis fósseis. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC, 2022) ressalta as consequências significativas dessas práticas e os efeitos resultantes sobre as mudanças climáticas, que são atribuídos à utilização de carvão, petróleo e gás.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a humanidade encontra-se em um estágio no qual a utilização de recursos ultrapassa os limites da capacidade da Terra, resultando em uma exploração insustentável dos ecossistemas. Essas práticas têm efeitos significativos sobre a produção de alimentos, a segurança alimentar global, bem como contribuem para o aumento de doenças e óbitos prematuros, entre outras consequências (UNDP, 2021).

Urgem a implementação de medidas abrangentes, desde o âmbito local até o global, com o objetivo de conservar os recursos hídricos, promover práticas agrícolas mais sustentáveis e reverter a degradação ambiental, visando à restauração dos ecossistemas. É imperativo que as empresas coloquem a sustentabilidade no cerne de suas decisões, adotando novos modelos de negócios que minimizem os impactos sobre o meio ambiente.

Uma transição em direção a abordagens fundamentadas nas perspectivas pós-desenvolvimento é essencial, permitindo a concepção de modos de vida que sejam mais resilientes e permeados por inovações sociais e ambientais (Sampaio, Grimm, Alcântara & Mantovaneli Junior, 2020). As teorias do pós-desenvolvimento são, portanto, esperança de reintroduzir novas dimensões.

Diversas correntes pós-desenvolvimentistas e de transição têm emergido na Europa e nas Américas, apresentando diferentes enfoques e abordagens como: Economia Social e Solidária (surgiu na Inglaterra no século XIX e chegou ao Brasil no final do século XX); Economia do Estado Social (Pós II Guerra); Economia Ecológica (Século XX); Economia Solidária (Século XXI); Desenvolvimento Humano; Medição de gênero, desigualdade e pobreza; Índice de Felicidade Bruta do Butão; Decrescimento; Economia de Francisco; na América Latina o Desenvolvimento a Escala Humana e Bem Viver; Carta Encíclica *Laudato si'* do santo padra Francisco sobre o cuidado da casa comum (Alcântara, Carranza, Rodrigues & Silva Júnior, 2022).

Neste aspecto, pelas pesquisas empíricas e teóricas, sobretudo em pesquisas relacionadas as experiências paradigmáticas no Brasil, a professora Dra. Liliane Alcântara, foi



convidada pelo professor Magno Alves Ribeiro (UNEMAT), para ser entrevistada sobre os temas: Bem Viver e as Ecosocioeconomias, como estado da arte nas teorias pós desenvolvimentista. A entrevista foi realizada virtualmente (Google Meet), no dia 15 de agosto de 2023. A entrevista foi gravada e as informações foram transcritas conforme resultado abaixo.

### **O modelo de desenvolvimento atual se mostrou incapaz de resolver questões básicas da humanidade, como fome, doenças, questões climáticas, etc.?**

O modelo de desenvolvimento atual tem mostrado desafios significativos na resolução de questões fundamentais da humanidade, como fome, doenças, questões climáticas e outros problemas socioambientais. Embora tenha havido avanços e progressos em várias áreas, muitos desses problemas persistem e, em alguns casos, até se agravaram.

O modelo utilitarista econômico muitas vezes não conseguiu abordar as desigualdades econômicas e sociais, resultando em disparidades significativas de renda, oportunidades e acesso a serviços essenciais. Isso contribui para a perpetuação de questões como fome, doenças e exclusão social.

Outro aspecto importante são as explorações insustentáveis dos recursos naturais, resultando em degradação ambiental, perda de biodiversidade e esgotamento de recursos essenciais para o bem-estar humano. Em consequência, tudo isso tem contribuído para as mudanças climáticas devido ao uso intensivo de combustíveis fósseis, desmatamento e outras atividades de alto impacto ambiental.

O sucesso ou fracasso do modelo de desenvolvimento atual pode variar de acordo com as regiões e as abordagens adotadas por diferentes países. No entanto, muitos especialistas, cientistas e líderes reconhecem que as atuais tendências de crescimento econômico descontrolado e exploração dos recursos naturais não são sustentáveis a longo prazo. Como resultado, tem havido crescente apoio para abordagens mais holísticas e sustentáveis que considerem tanto o bem-estar humano quanto o equilíbrio ambiental, como as teorias do Bem Viver e as práticas das ecosocioeconomias.

### **Em sentido oposto, o que você poderia dizer sobre a teoria do Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento?**



A teoria do Bem Viver, também conhecida como *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay*, é uma abordagem alternativa ao desenvolvimento convencional que busca redefinir os objetivos e os meios para alcançar o progresso humano e a qualidade de vida. Essa perspectiva tem suas raízes nas filosofias e práticas indígenas da América Latina, especialmente entre os povos indígenas andinos (Alcântara & Sampaio, 2019).

Em oposição ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico, a teoria pós-desenvolvimentista/ecologista do Bem Viver propõe uma mudança de paradigma, com ênfase nos seguintes princípios:

- **Harmonia com a Natureza:** O Bem Viver reconhece a interdependência entre seres humanos e natureza.

- **Comunidade e Solidariedade:** O Bem Viver enfatiza a importância das relações comunitárias e da solidariedade.

- **Pluralidade Cultural:** Reconhece e valoriza a diversidade cultural e o conhecimento tradicional dos povos indígenas e comunidades locais.

- **Decrescimento Sustentável:** A teoria do Bem Viver questiona a ideia de crescimento econômico ilimitado em um planeta com recursos finitos. Propõe um decrescimento econômico controlado, focado em melhorar a qualidade de vida, em vez de apenas aumentar a produção e o consumo.

Essa abordagem tem sido adotada em várias políticas e constituições de países da América Latina, como o Equador e a Bolívia, como uma tentativa de integrar os valores e os conhecimentos indígenas em direção a um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

### **Como se deu a inclusão do Bem Viver nas constituições da Bolívia e Equador e qual a importância disso?**

A inclusão do conceito de Bem Viver nas constituições da Bolívia e do Equador foi um marco significativo na busca por uma abordagem alternativa ao desenvolvimento, mais centrada nas necessidades das pessoas, na justiça social e na sustentabilidade ambiental.

No Equador, o Bem Viver é conhecido como *Buen Vivir* em espanhol ou *Sumak Kawsay* em quíchua, uma língua indígena. O conceito foi incorporado à Constituição equatoriana de 2008 durante um processo de reforma constitucional que visava reconhecer os direitos dos povos indígenas e adotar uma abordagem mais sustentável ao desenvolvimento.



A Constituição reconhece o *Buen Vivir* como um princípio orientador, afirmando que o objetivo do Estado é alcançar uma sociedade baseada na harmonia entre seres humanos e a natureza, buscando o desenvolvimento integral de todas as pessoas. Isso se reflete em várias disposições relacionadas aos direitos dos povos indígenas, à preservação do meio ambiente e à justiça social.

Na Bolívia, o Bem Viver é conhecido como *Vivir Bien* em espanhol ou *Suma Qamaña* em *aymara*, outra língua indígena. O conceito foi incorporado à Constituição boliviana de 2009 como parte dos esforços do governo de Evo Morales para reconhecer a diversidade cultural e buscar um modelo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A Constituição da Bolívia estabelece o *Vivir Bien* como uma visão de sociedade que valoriza o equilíbrio entre os seres humanos e a natureza, a justiça social, a participação cidadã e a igualdade de gênero. O *Vivir Bien* também é refletido em políticas governamentais que buscam promover a soberania alimentar, a participação indígena e a gestão sustentável dos recursos naturais.

A inclusão do Bem Viver nas constituições desses países demonstra a busca por um novo paradigma de desenvolvimento que seja mais humano, sustentável e culturalmente sensível, tendo várias implicações importantes, como: Reconhecimento Cultural, Sustentabilidade, Justiça Social, Decolonização do Desenvolvimento, Participação Cidadã.

### **As teorias ecossocioeconômicas surgem a partir de um cenário de mudanças climáticas e desigualdades sociais em contraposição ao modelo de uma econômica hegemônica e utilitarista, como podemos definir a importância dessas alternativas?**

As teorias ecossocioeconômicas emergem como respostas críticas e alternativas aos desafios complexos apresentados pelas mudanças climáticas, desigualdades sociais e ao modelo econômico tradicional baseado no utilitarismo e crescimento ilimitado. As teorias ecossocioeconômicas reconhecem a interdependência entre sistemas naturais, sociais e econômicos. Elas oferecem uma abordagem mais holística para entender como esses sistemas estão interligados e como as ações em um domínio podem ter impactos profundos em outros.

As teorias ecossocioeconômicas promovem sistemas mais resilientes e adaptativos, capazes de enfrentar mudanças e perturbações. Elas reconhecem que a incerteza é uma característica intrínseca dos sistemas complexos e buscam desenvolver estratégias que aumentem a resiliência da sociedade e do meio ambiente. Elas representam uma tentativa de



repensar o desenvolvimento humano em harmonia com a natureza e com um foco nas necessidades e bem-estar de todas as pessoas, presentes e futuras (Sampaio, 2010).

**Em seu livro “Bem Viver e Ecosocioeconomias” você fez um apanhado de experiências ecosocioeconômicas já catalogadas no Brasil e no mundo, fale um pouco mais sobre isso.**

O livro "Bem Viver e Ecosocioeconomias", escrito em parceria com o Professor Carlos Alberto Cioce Sampaio, é uma obra que se propõe a explorar e apresentar uma compilação de experiências ecosocioeconômicas já catalogadas no Brasil e no mundo. Ele oferece uma visão abrangente das diferentes iniciativas e abordagens que buscam alternativas ao modelo econômico tradicional, colocando ênfase na sustentabilidade, justiça social e equilíbrio entre os sistemas naturais e sociais (Alcântara & Sampaio, 2019).

As experiências apresentadas enfatizam o bem-estar humano, a qualidade de vida e a harmonia com o meio ambiente. Isso pode incluir casos em que a melhoria do bem-estar das pessoas é alcançada sem comprometer os sistemas naturais e sem aumentar desigualdades sociais. O livro destaca exemplos de como as comunidades e organizações estão encontrando maneiras criativas de equilibrar as dimensões social, econômica e ambiental.

A compilação de experiências busca mostrar que alternativas ecosocioeconômicas têm o potencial de serem transformadoras em termos de como vemos o desenvolvimento, a economia e nosso relacionamento com a natureza. O livro apresenta experiências catalogadas em experiências na América e Europa.

Ainda que as experiências sejam alternativas que ocorrem no mundo da empiria das organizações, sejam em grupos produtivos, empresas, associações, comunidades, etc... essas experiências podem enfatizar modalidades classificadas como: Objetivos do desenvolvimento sustentável; Turismo comunitário, solidário e sustentável; Responsabilidade socioambiental corporativa; Economia Social; Gestão de unidades de conservação ambiental; Gestão sustentável de assentamentos; *Slow cities*; *Transition Towns*, entre outras.

**Apesar dos avanços e dos resultados práticos obtidos em arranjos institucionais e territórios, as ecosocioeconômicas não se colocam como soluções, por quê?**

As abordagens ecosocioeconômicas, apesar dos avanços e resultados práticos obtidos em arranjos institucionais e territórios, geralmente não se colocam como soluções definitivas



devido a vários fatores complexos e interconectados. As soluções ecossocioeconômicas muitas vezes são altamente contextualizadas, dependendo das características geográficas, culturais, socioeconômicas e políticas de cada região. O que funciona bem em um lugar pode não ser diretamente aplicável em outro contexto.

Embora as abordagens ecossocioeconômicas não se coloquem como soluções definitivas, representam tentativas importantes de repensar a relação entre sociedade, economia e ambiente, buscando equilíbrio e sustentabilidade. Essas abordagens podem inspirar mudanças positivas e fornecer insights valiosos para a construção de futuros mais resilientes e justos, embora a complexidade dos desafios signifique que múltiplas estratégias e abordagens serão necessárias para abordar a gama completa de problemas (Sampaio, Alcântara & Vieira, 2022).

**Quando uma determinada sociedade, encontra dificuldades em reproduzir o sistema econômico e social, e começa a se reorganizar sobre a base de outro sistema com novas condições, pode ser denominada como transitoriedade (Godelier, 2017). Você também entende que estamos vivendo em momentos de transitoriedade entre modelos econômicos?**

Sim, é possível argumentar que estamos vivendo em um período de transitoriedade entre modelos econômicos e sociais. A ideia de transitoriedade, como apresentada por Maurice Godelier, refere-se a situações em que uma sociedade encontra dificuldades em reproduzir um sistema econômico e social existente e começa a se reorganizar sob a base de outro sistema com novas condições. Isso pode ocorrer devido a mudanças tecnológicas, sociais, políticas, ambientais ou culturais que tornam o sistema anterior insustentável ou inadequado.

No contexto atual, várias tendências e desafios apontam para a possibilidade de uma transição entre modelos econômicos: Mudanças Climáticas e Sustentabilidade, Desigualdades Sociais, Tecnologia e Automação, Globalização e Interconexão, Mudanças nas Preferências do Consumidor, Crises e Eventos Disruptivos.

Esses fatores e outros indicam que estamos enfrentando mudanças significativas em nossos sistemas econômicos e sociais. No entanto, é importante notar que as transições entre modelos econômicos não ocorrem de maneira uniforme ou previsível. Elas podem ser complexas e envolver lutas políticas, resistências a mudanças e múltiplos caminhos possíveis.



A transição de um sistema para outro é influenciada por uma variedade de fatores econômicos, políticos, culturais e sociais, e as trajetórias específicas variam de acordo com as características de cada sociedade.

**Suas pesquisas também estão voltadas para os aspectos da governança ambiental, social e corporativa (Environmental, social, and corporate Governance - ESG). Qual a importância em se adotar essas práticas, tanto para iniciativa privada como para o setor público?**

A governança ambiental, social e corporativa (ESG) refere-se a práticas e políticas adotadas por organizações (tanto do setor privado quanto público) para abordar questões relacionadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e à gestão corporativa. A importância de adotar essas práticas abrange várias dimensões, incluindo a sustentabilidade de longo prazo, a confiança do público, a gestão de riscos e a criação de valor (ABNT- NBR PR 2030, 2022).

Para a Iniciativa Privada, a adoção de práticas ESG ajuda as empresas a se concentrarem em estratégias de longo prazo que consideram a sustentabilidade ambiental e social, além do lucro financeiro imediato. A avaliação e gestão dos riscos ambientais, sociais e de governança podem auxiliar as empresas a evitarem potenciais prejuízos financeiros e danos à reputação.

Os Investidores e instituições financeiras estão cada vez mais considerando fatores ESG ao tomar decisões de investimento. Empresas com boas práticas ESG podem atrair investidores interessados em apoiar organizações comprometidas com responsabilidade ambiental e social. Demonstrar responsabilidade social e ambiental pode melhorar a reputação da empresa e fortalecer sua marca.

No caso do Setor Público, a adoção de práticas ESG pode levar a uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos, garantindo que sejam alocados de maneira adequada e responsável. Práticas ESG no setor público podem promover o bem-estar social, garantindo acesso igualitário a serviços e oportunidades. Isso também inclui a proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras.



**No atual cenário da agenda 2030 com os objetivos do desenvolvimento sustentável, em sua opinião o Bem Viver e as experiências práticas das Ecosocioeconomias são capazes de contribuir com o atingimento das metas?**

Sim, o conceito de Bem Viver e as experiências práticas das ecosocioeconomias podem contribuir significativamente para o atingimento das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), busca abordar uma ampla gama de desafios, desde a erradicação da pobreza até a preservação do meio ambiente.

Tanto o Bem Viver quanto as ecosocioeconomias abordam o desenvolvimento de maneira holística, considerando as dimensões social, econômica e ambiental. Isso está alinhado com a abordagem integrada dos ODS, que reconhecem que os desafios estão interligados. A ênfase na sustentabilidade ambiental é central tanto no Bem Viver quanto nas ecosocioeconomias. Essas abordagens promovem práticas que garantem a saúde dos ecossistemas, contribuindo para metas específicas relacionadas à gestão sustentável dos recursos naturais (por exemplo, ODS 15 - Vida Terrestre e ODS 14 - Vida Aquática).

O Bem Viver e as ecosocioeconomias priorizam a equidade e a justiça social, buscando a redução das desigualdades e a inclusão de grupos marginalizados. Isso se alinha com ODS relacionados a pobreza (ODS 1), igualdade de gênero (ODS 5) e redução das desigualdades (ODS 10). No aspecto qualidade de vida, ambas as abordagens colocam o bem-estar humano no centro, enfatizando não apenas o crescimento econômico, mas também a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isso contribui para metas relacionadas à saúde (ODS 3) e educação (ODS 4).

Participação e Engajamento das comunidades nas tomadas de decisões, se alinham as alinham ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Valorizar o desenvolvimento local e a adaptação às circunstâncias específicas de cada região, contribui para metas relacionadas a cidades sustentáveis (ODS 11) e ação climática (ODS 13). Promover abordagens inovadoras para enfrentar desafios, o que se alinha ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

Em resumo, o Bem Viver e as ecosocioeconomias oferecem abordagens que compartilham muitos valores e princípios com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao enfatizar a sustentabilidade, a justiça social e o bem-estar humano, essas abordagens podem contribuir para alcançar muitas das metas estabelecidas na Agenda 2030, promovendo um desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e ambientalmente responsável.



## Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR PR 2030 (2022). *Ambiental, social e governança (ESG) - Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações*. Rio de Janeiro. 135 p.
- Acosta, A. (2019). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante.
- Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2019). *Bem viver e ecossocioeconomias*. Cuiabá: EdUFMT.
- Alcântara, L.C.S., Carranza, L. M. V., Rodrigues, M. C. C., & Silva Júnior, J. J. (2022). Do Desenvolvimento ao Pós-Desenvolvimento Desconstrução do Imaginário Colonialista: o Caso da População Afrolimonense da Costa Rica. In *XIX ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Blumenau* (Online). Blumenau, SC.
- Godelier, M. (2017). *Transitions et subordinations au capitalisme*. Éditions de la Maison des sciences de l’homme. <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmh.6229>
- Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC. (2022) *SYNTHESIS REPORT OF THE IPCC SIXTH ASSESSMENT REPORT (AR6)*. [https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_SYR\\_SPM.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf)
- Sampaio, C. A. C. (2010). *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau, SC: Edifurb.
- Sampaio, C. C., Grimm, I. J., Alcântara, L. C. S., & Mantovaneli Junior, O. (2020). Ecossocioeconomias: Análise de Experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3). <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i3.5888>
- Sampaio, C. A. C., Alcântara, L. C. S., & Vieira, P. H. F. (2022). Bem viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 59.
- United Development Programme - UNDP. *Sustainable development*. (2021). <https://feature.undp.org/2023-halfway-there>



# Educação especial no Brasil: caminhos e descaminhos

## Special education in Brazil: paths and detours

Larissa Gabrielle Ramos Navarro<sup>1</sup>; Abigail Malavasi<sup>2</sup>

Recebido: 20/02/2023. Aceito: 06/09/2023.

### Resumo

O objetivo principal deste trabalho é fazer um breve levantamento da história da educação especial no Brasil e das influências mundiais que a permeiam até os dias atuais. Por meio de uma revisão da literatura, o texto faz um panorama da educação especial em nosso país desde meados do século XVI até o século XXI. Trata-se de um caminho que vem sendo percorrido de forma lenta e transcorre pelos períodos de extermínio, de segregação/institucionalização, de integração e de inclusão das pessoas com deficiência, sendo este último o momento no qual nos encontramos e com imensos desafios a serem vencidos. Por que mesmo com tantas legislações que temos atualmente nas políticas de educação especial no Brasil a inclusão ainda não acontece de fato? Notamos que muito já avançamos, mas ainda existem lacunas. Os textos de leis, geralmente, são dúbios e o mais recente decreto sobre educação especial coloca em risco a inclusão escolar. Paralelamente, ainda persiste em nossa sociedade uma ideia de educação separatista que se divide entre uma escola especial e a escola inclusiva.

**Palavras-chave:** Legislação. História. Educação Especial.

### Abstract

The main objective of this work is to make a brief survey of the history of special education in Brazil and the world influences that permeate it to the present day. Through a literature review, the text provides an overview of special education in our country from the mid-sixteenth century to the twenty-first century. It is a path that has been taken slowly and goes through periods of extermination, segregation/institutionalization, integration and inclusion of people with disabilities, the latter being the moment in which we find ourselves and with immense challenges to be overdue. Why, even with so many legislations that we currently have in special education policies in Brazil, inclusion still doesn't actually happen? We note that we have come a long way, but there are still gaps. Education law texts are generally dubious and the most recent decree on special education puts school inclusion at risk. In parallel to this, an idea of separatist education that divides between a special school and an inclusive school still persists in our society.

**Keywords:** Education law texts. History. Special Education.

## 1 Introdução

Segundo dados da Unesco (2019), temos mais de um bilhão de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência e, dessas, 93 milhões são crianças. No Brasil, o número de pessoas

---

<sup>1</sup> Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental - Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. E-mail: [larissagrnavarro@gmail.com](mailto:larissagrnavarro@gmail.com)

<sup>2</sup> Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental - Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. E-mail: [amalavas@uol.com.br](mailto:amalavas@uol.com.br)



com alguma deficiência (PcD) chegam a 45,6 milhões, significando algo em torno de 24% da população brasileira.

Nota-se que esses números são altos e a população com deficiência, não só no Brasil como no mundo todo, cresce a cada dia. Assim, como para todos em uma sociedade, elas precisam ter os seus direitos garantidos e dentre esses está a educação.

Nos últimos anos tem havido um crescente interesse nas questões referentes às PcD e no que tange seus direitos à educação encontramos diversas leis com o desígnio de ampará-los.

E por que, mesmo com tantas legislações, vemos que a inclusão no Brasil ainda não acontece de fato?

Este estudo tem como objetivo, por meio de uma revisão da literatura, promover uma reflexão histórica para compreender a educação especial no Brasil e trazer um pouco das contribuições mundiais que tivemos nesse contexto.

A história da educação especial é permeada pelos valores de toda a sociedade e mostra que as PcD passaram por momentos de extermínio e, em seguida, viveram à margem da sociedade, longe da inclusão, sendo esta ainda dependente das mudanças de valores enraizados na população.

## **2 A história da educação especial no panorama mundial**

Para Fernandes (2013), a história da educação especial pode ser vista em quatro fases, sendo elas: fase 1- o período do extermínio, fase 2- o período da segregação/ institucionalização, fase 3- o período de integração e fase 4 – o período de inclusão. Em cada um desses momentos deve-se levar em consideração todo o contexto da época e a forma como se lidava com o conhecimento no determinado período, considerando que esses fatores foram determinantes no modo como cada grupo social lidou com a deficiência.

Segundo Rosseto et al. (2006), temos poucos registros de pessoas com deficiências (PcD) na origem da humanidade, sendo esse um momento histórico em que se precisava de habilidades individuais para sobreviver, o que se leva a acreditar que essas pessoas eram “abandonadas”.

Já na antiguidade a nobreza, constituída por cidadãos que detinham o poder, condenavam as PcD à morte, assim como descartavam aqueles que não possuíam funcionalidade para o trabalho. (ARANHA, 2005).



Nesse sentido, Aranha (2005) discorre que, posteriormente, entre os séculos XI e XII, inicia-se uma forte corrente do cristianismo e perante esse movimento, acreditando que o homem é uma criação de Deus, o extermínio de PcD passa a ser questionado. Todas essas transformações na visão sobre as PcD são graduais e, ainda neste mesmo momento histórico, as PcD são vistas por muitos como entretenimento, sendo estes até expostos em praças públicas e servindo como diversão para a nobreza, repetindo o que acontecia na antiguidade. Seguem à mercê de quem se dispõe a fazer caridades.

Dentro desta ótica, conforme se consolidam os valores religiosos, o período de extermínio chega ao seu fim e inicia-se o período da segregação, com uma forte presença da igreja católica e suas ações assistencialistas.

Segundo Fernandes (2013), no século XVI surgem os primeiros asilos e abrigos com o intuito de dar assistência às PcD, ou seja, a filantropia, que ganhou forças porque acreditava-se que tais atitudes levariam à salvação da alma. Neste momento o entendimento sobre as pessoas com deficiência era apenas no âmbito espiritual e elas eram vistas como anormais.

Em um próximo momento, com a revolução burguesa, a igreja católica passa a perder forças e deixa de ser o poder absoluto, assim surge espaço para a industrialização, para o capitalismo e para as ciências naturais.

No século XVI iniciam-se as discussões sobre a educação especial, quando as PcD passam a ser escolarizadas por médicos e educadores. O nome de Pedro Ponce de León (1520 – 1584), um monge espanhol que foi o primeiro educador de surdos, marca esse momento histórico (NORONHA, PINTO, 2014).

Considera-se assim, que foi no século XVI que se iniciou a história relevante da educação especial no mundo.

Em meados do século XVII Charles Michel de L'Épée (1722 – 1789) cria na França, na cidade de Paris, a primeira escola pública para surdos (SHIMAZAKI, 2012).

De acordo com Mazzotta (2011), nos séculos XVIII e XIX são criadas as primeiras instituições específicas para a educação de PcD, inicialmente a maioria delas encontram-se localizadas na Europa, elas têm como objetivo preparar essas pessoas para o mercado de trabalho. Para Fernandes (2013), houve um investimento nessas oficinas porque as PcD eram vistas como uma oportunidade de mão de obra barata para trabalhar na fase inicial da indústria.

Porém, segundo Fernandes (2013), no século XIX dá-se início ao período científico. Neste nos deparamos com 2 fases da educação especial: a integração e a inclusão. Essas marcam um momento de defesa e promoção dos direitos humanos para as PcD. A fase de integração



tem ainda como características as PcD como sujeitos passivos, enquanto na fase de inclusão ocorrem ações conjuntas e simultâneas, participam delas as PcD e os órgãos representantes, buscando seus direitos e inserção social através da acessibilidade, tecnologias e conhecimentos.

Ainda neste mesmo período, em 1857, é publicado o Tratado de Degenerescência: a teoria da degeneração do médico francês Benedict-Augustin Morel (1809-1873), iniciando-se assim a classificação das anomalias, doenças mentais e patologias de caráter comportamentais, passando a ser categorizadas e medicalizadas, o que dá origem a uma divisão por grupos: o dos idiotas, dos instáveis e dos imbecis, nascendo então a Psiquiatria. Nota-se que, nesse período, a classificação médico-pedagógica é muito utilizada e ainda se dividem as crianças em educáveis e ineducáveis (BRANDENBURG E LÜCKMEIER, 2013).

Segundo Alves, Guareschi e Naujorks (2017) input Banks-Leite e Souza (2000), o início do século XIX é marcado com o caso do menino selvagem, um garoto que após tentativas de extermínio, cresce na selva. Por volta dos 11 ou 12 anos de idade ele chegou ao médico Philippe Pinel, que o avaliou e diagnosticou como idiota, termo utilizado na época. O médico Jean-Marc Gaspar Itard (1774-1838) decide tratá-lo e assim inovou a prática de educar ao cuidar do menino Vitor. Desta forma surge a Psiquiatria Infantil e Itard torna-se um precursor da Psicologia e da Pedagogia Experimental.

De acordo com Pletsch (2009), o médico Itard foi o primeiro teórico da educação especial e foi o seu estudo que mostrou ser possível educar pessoas com deficiência mental.

Houve também o educador francês Édouard Séguin (1812-1880) que, seguindo os passos de Itard, trouxe de forma pioneira a teoria psicogenética da deficiência mental e fez fortes críticas a prevalência do olhar médico, acreditando na incurabilidade da deficiência mental. Sua metodologia trabalhava pela busca de estímulos para o cérebro com atividades sensoriais e físicas. Assim, o seu trabalho serviu como influência para Pestalozzi (1746- 1827), Fröebel (1782-1852) e Montessori (1870-1925), renomados estudiosos da educação de pessoas com deficiência mental (PLETSCH, 2009).

Pletsch (2009) diz que o nome de Séguin é de extrema importância na história da educação especial, pois, além dos seus estudos e pesquisas relacionados à educação para deficientes mentais, ele criou em 1837, a primeira escola para deficientes intelectuais e foi o primeiro a ocupar o cargo de presidente de uma organização de pesquisa dirigida sobre deficiência. Esta instituição foi fundada em 1876 como Associação Americana de Retardo Mental (AAMR), sendo conhecida atualmente como Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD).



As concepções de Itard e Séguin, em seus estudos sobre a educação dos deficientes, tinham como embasamento o diagnóstico médico baseado em um olhar organicista/biológico. Somente no século XX essa visão começou a se modificar, quando Alfred Binet introduziu o uso das medidas de Quociente de Inteligência - QI. O quociente de inteligência é o índice que calcula a inteligência pela relação entre a idade mental do indivíduo e sua idade cronológica, assim estudos científicos nessa vertente ganham espaços e começam a girar em torno de definições biológicas, sociais e educacionais (PLETSCH, 2009).

Para Mazzotta (2011), a médica italiana Maria Montessori (1870-1956) aperfeiçoou os trabalhos de Itard e Séguin e, nos internatos de Roma, ela desenvolveu um método de treinamento para as crianças com retardo mental. Suas técnicas de ensino para deficientes intelectuais perpetuaram por diversos países europeus e asiáticos, marcando também a história mundial da educação especial.

Essas perspectivas pedagógicas, voltadas para a infância do até então denominado “anormal”, seguiram até o século XX, mas de acordo com Domingues (2009), apenas em 1960 os movimentos relacionados à educação especial ganharam forças políticas, sendo que as discussões acerca do tema ocorrem ainda de forma lenta e no decorrer da história é sempre dependente de suas relações sociais.

### **3 A história da educação especial no Brasil**

No Brasil, no século XIX, nasce a história da educação especial, por meio de influências norte-americanas e europeias, trazidas por brasileiros dispostos a realizar atendimentos particulares às pessoas com deficiências mentais, físicas e sensoriais (MANTOAN, 2011).

Segundo Mantoan (2011, p. 1), pode-se afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos:

- de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado;
- de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- de 1993...– caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Mantoan (2011) descreve que o período entre 1854 e 1956 destacou-se pelo atendimento clínico e especializado, mas também no qual foi incluída a escolarização.

Neste período, temos como importante marco na história da educação especial no Brasil a criação de dois importantes institutos: em 1854, o Instituto do Meninos Cegos, onde hoje é o nosso Instituto Benjamin Constant e em 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos onde atualmente



é o nosso Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos no Rio de Janeiro (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS; 2014).

Mazzotta (2011) traz que em 1874 foi criado o Hospital Juliano Moreira na Bahia, no qual atendia-se pessoas com deficiência intelectual.

Em 1887 é fundada a Escola México no Rio de Janeiro, esta prestava serviços às pessoas com deficiências físicas e intelectuais.

Após a Proclamação da República, em 1889, muitos profissionais que haviam ido estudar na Europa começam a retornar para o Brasil, trazendo novidades que colaboraram para uma nova concepção sobre educação especial. Em 1906 no Rio de Janeiro, as escolas públicas passam a atender as crianças com deficiência intelectual.

Porém, enquanto na Europa no final do século XIX já existiam políticas para a educação de crianças com deficiência, no Brasil a exclusão social ainda durou um longo período, até aproximadamente o ano de 1950 (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS; 2014).

Entre os anos de 1930 e 1940 ocorreram algumas mudanças na educação do Brasil, entre elas a expansão da educação básica, porém ainda não se encontrou espaço para discussões sobre a educação de PcD (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS; 2014).

Em 1945 cria-se a Sociedade Pestalozzi do Brasil e, em 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), surgindo assim as escolas especiais, sendo essas instituições filantrópicas e privadas, isentando o Estado da obrigação do atendimento a educação para as PcD (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS; 2014).

A partir deste momento surgem dois subsistemas educacionais: a educação comum e a educação especial, ambos com o objetivo de formar cidadãos para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho. Ganha-se espaço para a educação e atendimento especial, bem como materiais e professores para área. Esse momento foi de grande relevância porque foi a partir de então que crianças com deficiência passaram a ter direito à educação (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS; 2014).

Mazzotta (2011) afirma ter sido nesse período, final dos anos 1950 e início da década de 1960, que foi incluída na política educacional brasileira a “educação dos excepcionais” ou a “educação especial”.

Mantoan (2011) também aponta que em 1957 se inicia o segundo período: quando o poder público assume a educação especial com a criação das “Campanhas”. Essas eram específicas para cada deficiência. Surge a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro



(CESB) e, em um segundo momento, é fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que permanece até os dias atuais.

Já em 1960 crescem, de forma significativa, as escolas especiais no Brasil e o número de classes especiais no ensino público (MENDES, 2010) ganham forças com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 4024 de 1961, assinada pelo então presidente do Brasil, João Goulart, o qual afirmava que a “Educação de Excepcionais” devia, no que fosse possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade (Brasil, 1961).

Notam-se avanços neste momento histórico em relação à educação especial. Inicia-se o amparo legal às PcD no Brasil, mas ficam expostos de forma marcante no texto da lei, os conceitos da sociedade da época, quando ele usa o termo “excepcionais” e reforça o objetivo de integração social dos deficientes.

Mantoan (2011) ainda afirma que o texto deixa dúvida o caráter de valor agregado à educação especial, pois de acordo com esta lei é o aluno quem deve se adaptar ao sistema e, quando não se enquadrar, deverá frequentar uma classe especial, o que deixa a entender que se trata de um subsistema sem qualidade.

Somente em 1970 o Brasil passa a dar espaço, na prática, para a ideia de integração. As crianças com deficiência começam a compartilhar ambientes com outras crianças que não possuem deficiência e de mesma idade, passam também a ter apoios necessários. Surge assim a ideia de uma vida menos segregada e mais próxima possível do que se conhece como normal (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS; 2014).

No ano seguinte, em 1971, a Lei n° 5.692 (hoje revogada) fixou diretrizes ao ensino do 1° e 2° grau, alterando a LDB de 1961, trazendo em seu texto que os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deveriam receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Mantoan (2011) pontua outro momento importante na história da educação especial brasileira, em 1972,

foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial – SEESP, que



manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC (MANTOAN, 2011, p.2).

Observamos acima alguns avanços em relação às políticas públicas da educação especial, mas vale salientar que, ainda que já iniciada a proposta de inclusão das crianças, as leis ainda preconizavam o atendimento especial.

Outro detalhe importante relativo às políticas de educação especial no Brasil, ressaltado por Mantoan (2011), é o tempo pelo qual elas ficaram atreladas ao monopólio de uma equipe que se incumbiu deste trabalho. Esse grupo liderou as instituições especializadas de maior renome, alguns dos quais também faziam parte da cúpula do regime militar e, posteriormente, guinaram para a política, desse modo suggestionam a opinião popular e a do próprio Governo em suas ideias e na direção que lhes é conveniente. Nessa liderança também temos pais de PcD, todos foram coadjuvantes nessa história e com papeis de fundamental importância, pois interferiram na formação positiva e/ou negativa na educação das PcD (MANTOAN, 2011).

Os pais das PcD que estão nessa liderança das políticas educacionais brasileiras, por muitas vezes e em sua maioria, estão lutando para manter uma concepção e condição de atendimento clínico e escolar e não lutando para mudá-las. Um grande exemplo de luta nessa vertente são os grupos de pais de crianças com deficiência mental que fundaram mais de 1.000 APAEs pelo Brasil, por meio de parcerias com a sociedade civil e governo. Portanto, nota-se que, ao contrário de outros países, no Brasil, ainda temos uma quantidade expressiva de pais de crianças com deficiência que ainda não se posicionaram a favor da inclusão escolar de seus filhos (MANTOAN, 2011).

Como exemplo, Mazzotta (2011) trouxe estudos realizados na Inglaterra, os quais afirmavam a preferência dos pais pela integração das crianças com deficiência nas escolas regulares, o que se contrapõe ao posicionamento dos brasileiros.

Ainda em 1972, o Conselho Federal de Educação compreendeu a “educação de excepcionais” como educação escolar, de acordo com o Parecer CFE nº 848/72, de 10 de agosto de 1972, que trouxe esclarecimentos e comentários sobre o assunto. No entanto, outras Portarias ministeriais, que se remetiam a outros assuntos, ao definir quem era o público da educação especial, ainda apresentavam uma visão terapêutica médico-assistencialista, sem intenções de viabilizar a educação escolar (MANTOAN, 2011).

Mesmo com as políticas públicas que determinavam a integração e a normalização, na prática, as crianças com deficiência eram retiradas das classes comuns e recolocadas nas salas



especiais, com a justificativa de que não estavam aptas para frequentar o ensino regular (RODRIGUES): “Esses estudantes, colocados nas classes especiais, deveriam ser preparados para o retorno à classe comum, o que demonstrava um equívoco no entendimento do princípio. Ou seja, nesse período, acreditava-se que o estudante é quem deveria se adaptar à escola, sendo predominante o caráter de integração à educação dos estudantes da Educação Especial.” (RODRIGUES, CAMPELLI, SANTOS, 2014, p. 6).

Em 1988, após 21 anos de ditadura militar no governo brasileiro, foi aprovada a Constituição da República Federativa do Brasil, que traz em seu texto uma seção sobre os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado em relação à garantia à educação. Esta prevê a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, garantindo ainda a oferta do atendimento especializado aos portadores de deficiência, *preferencialmente* na rede regular de ensino.

No ano seguinte, em outubro de 1989, o presidente José Sarney sanciona a Lei Federal n.º 7.853 que “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências” e que ao tratar da área da educação estabelece:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; [...] (BRASIL, 1989, p. 1).

Esta lei trouxe questões relacionadas às pessoas com deficiência nos âmbitos de saúde, transporte e outros, contudo pode ser observada nela ainda a ideia da integração escolar, na qual



os indivíduos deveriam se adaptar ao sistema de ensino para usufruir do ensino regular, caso contrário, enquadravam-se como público-alvo da educação especial.

Segundo Mantoan (2011), entre os anos de 1980 e 1990 as PcD começam a se organizar e participar de movimentos políticos com o objetivo de assegurar de alguma forma os seus direitos, de serem reconhecidos e respeitados, de terem suas necessidades atendidas. Conseguem permear diversos setores como trabalho, arquitetura, segurança, urbanismo, transporte, segurança e acessibilidade, mas movimentos ainda sem forças significativas para um impacto no âmbito educacional.

Em 1993, o presidente Itamar Franco por meio do Decreto nº 914, (hoje revogado pelo Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999) institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, já prevista na Lei nº 7.853/89 categorizando como:

- I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
- II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
- III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Em 1994, com o objetivo de garantir o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, é criada a Política Nacional de Educação Especial, que traz uma delimitação do público-alvo da educação especial, compreendendo aquele que apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, referentes às aprendizagens curriculares e de acordo com a sua idade. Entre outras questões ela apresenta: “[...] genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais, classificam-se em: portadores de deficiência (mental, visual, auditiva, física, múltipla), portadores de condutas típicas problemas de conduta) e portadores de altas habilidades (superdotados)” (Brasil, 1994, p. 13), este documento tem o foco no atendimento especializado e vai na contramão do movimento inclusivo quando estabelece que o acesso às classes comuns do ensino regular apenas para àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”(BRASIL, 1994, p. 19).



No mesmo ano tivemos a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais na Espanha, em Salamanca, com representantes de diversos países, com a participação da Unesco e a publicação da Declaração de Salamanca, documento de extrema importância para a educação especial e que foi incorporado nas políticas brasileiras.

A Declaração de Salamanca informa que 200 milhões de crianças não tinham acesso à educação, sendo essas em sua maioria, crianças com deficiência. Firma-se então um compromisso mundial para garantir o direito à educação para todos, sem exceções, promovendo a necessidade de comprometimento e prioridade de investimentos em educação no que diz respeito aos governos.

Na mesma década, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 – LDB - é promulgada, após anos de discussão, apresentando os deveres e as garantias da educação especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996). No artigo seguinte da LDB é exposta a responsabilidade das escolas perante os alunos com deficiências. Como por exemplo, assegurar professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

A LDB também aponta em seu texto outro item relevante para a educação especial, ao considerar que: visa a efetiva integração na vida em sociedade, inclusive em condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Assim, a LDB de 1996 garante a integração e a vida em sociedade para as PcD e, segundo (MANTOAN, 2011), esta lei foi um avanço, principalmente quando comparamos com a LDB de 1961, pois fica claro que a “educação dos excepcionais” pode pertencer ao sistema geral de educação, mas a autora critica o uso do termo “preferencialmente”, por ser muito subjetivo e dar margem a interpretações.

Outros trechos da LDB também são preocupantes, como o da “terminalidade específica” dos níveis de ensino, tais quais não deixam especificados os critérios.

Mantoan (2011) aponta, ainda referente a LDB, que na questão sobre a formação dos professores, estudos recentes realizados na Universidade Estadual de Campinas – SP mostram



que os docentes necessitam de uma formação para ensinar a todos, e não só especificamente aos alunos com deficiência, pois eles encontram dificuldades ao lecionar para os alunos em geral.

Seguimos com diversos documentos, leis, decretos, pareceres sobre a educação das PcD, (BRASIL, 1988; BRASIL, 1989; BRASIL, 1999; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2004, [...]).

Em 2008 é estabelecida a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Maria Teresa Egler Mantoan é uma das colaboradoras na produção deste documento que traz o trajeto histórico da inclusão escolar no Brasil para embasar suas diretrizes que fundamentam uma política pública direcionada à inclusão, “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2008 p.5).

No ano de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) tem em sua redação as vinte metas que devem ser cumpridas durante a sua vigência (dez anos), a meta quatro dispõe sobre os alunos com deficiência e propõe:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Nesta publicação o termo “preferencialmente”, utilizado em sua redação, deixa uma “brecha” para que as crianças com deficiência continuem matriculadas apenas nas escolas especiais, mas preconiza como meta a universalização do acesso de alunos com deficiência à rede regular de ensino.

Nota-se que, mesmo com todas as legislações, políticas e lutas acerca da educação especial, ainda não se alcançou de fato um sistema de inclusão no Brasil e que, segundo Mantoan (2011), são necessárias transformações, pois o que temos atualmente ainda é: o aluno tendo que se adaptar ao ensino. A escola precisa ser capaz de atender às diferenças dentro da sala de aula do ensino regular, sem segregação, sem trabalhar à parte com alguns, sem currículos, atividades e avaliações especiais.

Mantoan (2011) defende ainda que:

a inclusão total e incondicional de todos os alunos às escolas de seu bairro, como cita Salamanca, e que ultrapassa o âmbito dos alunos com deficiência, englobando-os, sem dúvida. Este especial da educação não é requerido apenas para a inserção de alunos



com deficiência, mas para que possamos reverter uma situação vergonhosa da escola brasileira, hoje, marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos (MATOAN, 2011, p.8)

E para Mantoan (2011), essas mudanças são possíveis e já estão sendo implementadas em alguns locais. Porém, o que temos de mais recente na legislação sobre a educação especial é o novo Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. Em diversos trechos o texto vai na contramão do que se estava almejando alcançar, dentre outros se destaca o que fala sobre as escolas e as classes especiais:

Artigo 2º

VI – Escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VII - Classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade [...]

Ainda são poucas as publicações sobre este decreto, mas nos estudos encontrados (ALMEIDA ET AL., 2020; ALMEIDA, MAGALHÃES E SANTOS, 2020; ROSA E RIBEIRO, 2020), todos se referem a ele como um retrocesso, uma perda para as PcD, seus familiares e para a sociedade. É reconhecido como uma barreira imposta em meio ao que a história vem construindo e desenvolvendo referente à educação especial inclusiva.

Familiares, pesquisadores, organizações e outros, manifestaram-se e mobilizaram-se contra o decreto. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) em outubro de 2020 entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra este decreto.

No dia 01 de dezembro de 2020 o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, diante da ação do PSB, suspendeu o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. A suspensão foi mantida pelo plenário para posteriormente ser julgada e, em 1º de janeiro de 2023, ele foi suspenso pelo DECRETO Nº 11.370.

O Ministério da Educação (MEC) manteve a divulgação do documento com a PNEE, mesmo após a suspensão do Decreto, e o Ministro da Educação Milton Ribeiro tem causado grande repercussão com suas falas e seu posicionamento. Milton Ribeiro falou em entrevista: "O que é o inclusivismo? A criança com deficiência era colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprendia, ela atrapalhava, entre aspas, essa palavra falo com muito cuidado, ela atrapalhava o aprendizado dos outros, porque a professora não tinha equipe, não



tinha conhecimento, para poder dar a ela atenção especial.” (Portal UOL, 2021) e em outro momento o Ministro diz: "Nós temos, hoje, 1,3 milhão de crianças com deficiência que estudam nas escolas públicas. Desse total, 12% têm um grau de deficiência que impossibilita a convivência. O que o nosso governo fez: em vez de simplesmente jogá-los dentro de uma sala de aula, pelo 'inclusivismo', nós estamos criando salas especiais para que essas crianças possam receber o tratamento que merecem e precisam" (Portal G1, 2021).

Essas falas do Ministro da Educação Milton Ribeiro reforçam a visão do decreto 10.502/20, de que as crianças com deficiência devem ficar separadas das demais, são de um governo que não investiu em políticas de inclusão, que não investiu na adequação das escolas para atender a todos com qualidade, e que enfraqueceu a educação inclusiva e fortaleceu as escolas especiais e a segregação.

### **Considerações finais**

Nota-se que ao longo da história as pessoas com deficiência por muito tempo foram marginalizadas, vistas de maneira supersticiosa, como algo maligno, serviram como objeto de piada e de forma muito lenta passou pelos períodos de extermínio, segregação, integração e inclusão, que é o momento atual, mas é fácil notar que essa inclusão ainda não ocorre de fato. Por meio das reflexões históricas pode-se afirmar que a história da educação especial ainda é algo muito recente e que os contextos sociais passados explicam a visão ainda excludente da sociedade perante as PcD, em razão de que por muito tempo não se conviveu com elas ou porque ainda eram exterminados ou estavam vivendo segregados, à margem da sociedade, muitas vezes em manicômios, que poucos faziam questão de saber que existiam.

Para que a inclusão aconteça de fato é necessária uma transformação nos valores da nossa sociedade, a escola precisa assumir plenamente o papel de preparar todos os alunos, sem nenhuma exceção, para o pleno exercício da cidadania e estar preparada para receber a todos, sem distinção. Mas todo esse processo, como pudemos registrar neste levantamento histórico, está ocorrendo de forma lenta, pois apenas em 1950 a educação especial passou a fazer parte das políticas públicas no Brasil. Desde então, muitas leis amparam as PcD, mas essas por muitas vezes são dúbias em seus textos e, ao mesmo tempo que avançam, deixam brechas em suas interpretações.



Por último, o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, foi suspenso pelo DECRETO Nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Mesmo tendo sido suspenso, ele marcou o nosso atual momento na educação especial com uma tentativa de retrocesso a tudo que vem sendo construído no âmbito da educação especial inclusiva no Brasil, ele foi contrário à sua versão anterior PNEE de 2008: o documento anterior dispõe que as crianças com deficiência devem ter acesso à educação e serem integradas ao ensino regular “sem nenhum tipo de discriminação”.

Todo o contexto histórico e político que presenciamos, interfere nas representações sociais dos indivíduos e fortalece em muitos a visão de segregação, o olhar de que a criança com deficiência não deveria estar ali na sala regular.

Assim, corre-se o sério risco de não se admitir mais alunos com deficiência nas salas comuns de ensino, o que, com certeza fere o direito de SER de cada criança, jovem ou adulto, o que não pode ser admitido.

## Referências

- Almeida, L. R. et al. (2020). Mas ele tem laudo! Implicações do decreto 10.502/2020 no desmonte das políticas públicas para a educação inclusiva. *Rev. Psic. da Ed.*, São Paulo, 127-131. <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/51429>
- Antunes, M. A. M., Magalhães, L. O. R., & Santos, R. C. (2020). Em defesa da Educação Inclusiva. *Rev. Psic. da Ed.*, São Paulo, 1-10. <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/issue/view/2486>
- Alves, M. D., Guareschi, T., & Naujorks, M. I. (2016). Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*, Oxford, v. 16, p. 246-250. <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12286>
- Aranha, M. S. F. (2005). *Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos*. Brasília. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971*.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional



de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília, 1994.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB 9394*. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 20/12/1996.

BRASIL. *Decreto n. 914, de 06 de setembro de 1993*. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 06 de set.

BRASIL. *Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

BRASIL. *Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020*. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. Diário Oficial da União.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL, Plano Nacional de Educação. - *Lei nº 10.172–Brasília - DF*, 2001. Diário Oficial da União. Publicado em 10 jan. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. (2002). *Classe hospitalar e atendimento pedagógico especializado domiciliar – estratégias e orientações*. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL, Ministério da Educação /SEESP. *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Fundamentação Filosófica – Brasília: SEESP, 2004.

Brandenburg, L. E., Luckmeier, C. (2013). A História da Inclusão X Exclusão Social na Perspectiva da Educação Inclusão. São Leopoldo – RS: EST, v, 1. Disponível em: A HISTÓRIA DA INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | Brandenburg | Anais do Congresso Estadual de Teologia.

Domingues, T. L. C., Domingues, M. R. C. (2020). *Educação Especial: Historicidade e Legislação*. Lins. <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-especial-historicidade-e-legislacao>



- Fernandes, S. (2013). *Fundamentos para Educação Especial*. Curitiba: Ibplex.
- Gil, Marta. (2017). *A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência*. <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia>
- Mantoan, M. T. E. (2011). A Educação Especial no Brasil – Da Exclusão à Inclusão Escolar. Publicação de Pedagogia ao Pé da Letra in *Educação, Educação Especial*. FE/Unicamp. <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>
- Mazzotta, M. J. S. (2011). *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*, 6. ed., São Paulo: Editora Cortez.
- Mendes, E. G. (2010). Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, 22 (57), mayo-agosto.
- Noronha, E. G., Pinto, C. L. (2014). *Educação especial e educação inclusiva: Aproximações e convergências*. Artigo SEDUC. Cuiabá-MT. <https://bonsucessomt.com.br/sws/Pasta-PDF-livro/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA.pdf>
- Pletsch, M. D. (2009). *Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: Diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. [https://www.uniapaemg.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Repensando\\_a\\_inclus\\_escolar\\_de\\_pessoas\\_com\\_-deficiencia\\_mental.pdf](https://www.uniapaemg.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Repensando_a_inclus_escolar_de_pessoas_com_-deficiencia_mental.pdf)
- Ribeiro sobre crianças deficientes nas escolas: 'Não queremos inclusivismo'. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/24/milton-ribeiro-ministro-da-educacao-fala-criancas-deficiencia.htm>
- Rodrigues, O. M. P. R., Capellini, V. L. M.s F., & Santos, D. A. do N. (2014). *Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade*. [https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155246?locale=pt\\_BR](https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155246?locale=pt_BR)
- Rosa, A. F., & Ribeiro, M. A. (2020). O Conceito de “Familia” abordado nas eleições de 2018: uma análise de narrativas. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos* - Ano III, Vol. III, n.7 (jul./dez.). <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/63/89>
- Rosseto, E. et al. (2006). Aspectos históricos da pessoa com deficiência. *Revista de Educação Educere et Educare*, 1(1), 103-108. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1013>
- Shimazaki, E. M. (2012). Fundamentos da Educação Especial. In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro; Jacobsen, Cristina Cerezuela. (Org.). *Atendimento Educacional Especializado no contexto da Educação Básica*. Maringá: EDUEM, 31-39. [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/md\\_elsa\\_midori\\_shimazaki.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_elsa_midori_shimazaki.pdf)



Tenente, Luiza. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda por que elas foram questionadas. Portal G1. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml>

UNESCO. Educação Inclusiva no Brasil. (2019). <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/inclusive-education>



# **Análise da abordagem de sustentabilidade em uma perspectiva de gestão *multistakeholder* em empresas do agronegócio**

## **Analysis of the sustainability approach from a multistakeholder management perspective in agribusiness companies**

Rafael Berres<sup>1</sup>; Dieisson Pivoto<sup>1</sup>; Giana de Vargas Mores<sup>1</sup>; Leila Dal Moro<sup>1</sup>; Jandir Pauli<sup>1</sup>; Vitor Francisco Dalla Corte<sup>1</sup>

Recebido: 28/06/2023. Aceito: 27/11/2023.

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar como as empresas do agronegócio abordam as estratégias de sustentabilidade corporativa perante os *stakeholders* e como este posicionamento afeta as suas ações. A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória. Foram analisados relatórios de sustentabilidade das 100 empresas listadas entre as maiores do agronegócio brasileiro segundo a Revista Forbes, considerando a adoção dos relatórios de sustentabilidade e relacionando com a relevância dada a cada *stakeholder*. Adicionalmente, foram efetuadas seis entrevistas com gestores das empresas relacionadas a partir do critério de saturação. Como técnica de análise, foi utilizada a análise de conteúdo, a qual foi baseada nos critérios GRI Standards para identificar os temas materiais prioritários das empresas e os grupos de *stakeholders* priorizados e engajados. A análise dos relatórios de sustentabilidade apresenta que 42% das empresas amostradas não demonstram de forma descritiva dados claros do modelo adotado para definir e priorizar os seus *stakeholders*. Os resultados indicam que a metodologia GRI fornece indicadores para monitoramento da performance de sustentabilidade, porém sinaliza-se a incompletude e a possibilidade de omissão de temas relevantes. A gestão *multistakeholder* materializa-se em abordagens heterogêneas pelas empresas, ao mesmo tempo em que se busca a equidade entre os grupos, o acionista recebe atenção especial devido à necessidade de atração de capital. O estudo contribui para as empresas que estão ou desejam iniciar a sua jornada na sustentabilidade, fornecendo reflexões que possam motivar os seus primeiros passos ou acelerar a sua contribuição nesse contexto.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. ESG. *Stakeholders*. Normas GRI.

### **Abstract**

This paper aims to analyze how agribusiness companies approach corporate sustainability strategies in face of stakeholders and how this position affects their actions. This research has a qualitative and exploratory approach. Sustainability reports of the 100 companies listed among the largest in Brazilian agribusiness according to Forbes Magazine were analyzed, considering the adoption of sustainability reports and relating them to the relevance given to each stakeholder. Additionally, interviews were conducted with managers of related companies based on the saturation criterion. As an analysis technique, content analysis was used, which was based on the GRI Standards criteria to identify the priority material themes of the companies and the groups of stakeholders that are prioritized and engaged. The analysis of sustainability reports shows that 42% of the sampled companies do not descriptively present clear data on the model adopted to define and prioritize their stakeholders. The results indicate that the GRI methodology provides indicators for monitoring sustainability performance, however it signals incompleteness and the possibility of omitting relevant topics.

---

<sup>1</sup> ATITUS Educação; [rafael\\_berres@hotmail.com](mailto:rafael_berres@hotmail.com) (R.B.); [dieisson.pivoto@atitus.edu.br](mailto:dieisson.pivoto@atitus.edu.br) (D.P.); [giana.mores@atitus.edu.br](mailto:giana.mores@atitus.edu.br) (G.V.M.); [leila.moro@atitus.edu.br](mailto:leila.moro@atitus.edu.br) (L.D.M.); [jandir.pauli@atitus.edu.br](mailto:jandir.pauli@atitus.edu.br) (J.P.); [vitor.corte@atitus.edu.br](mailto:vitor.corte@atitus.edu.br) (V.F.D.C.).



Multistakeholder management materializes in heterogeneous approaches by companies, while seeking equality between groups, the shareholder receives special attention due to the need to attract capital. The study contributes to companies that are or want to start their way in sustainability, providing reflections that can motivate their first steps or accelerate their contribution in this context.

**Keywords:** Sustainability. ESG. Stakeholders. GRI Standards.

## 1. Introdução

O posicionamento empresarial no âmbito da sustentabilidade tem se tornado elemento relevante na definição das estratégias de negócios e na forma como as empresas têm a sua imagem exposta ao mercado, pois a sociedade desenvolve novas necessidades que trazem exigências e oportunidades às empresas (Morais, Penedo & Pereira, 2018). A fim de atender às demandas dos seus *stakeholders*, o que pode estar ligado a um melhor resultado econômico-financeiro, as empresas buscam se adequar a essas demandas investindo em estratégias para a sustentabilidade (Nascimento, Barros, Pinsky & Marinho, 2013).

Para uma maior compreensão do contexto, é necessário ponderar que, quando se consideram as empresas do agronegócio, há uma oportunidade de estudos relacionados aos aspectos de sustentabilidade realizados no Brasil (Thomas, Lago & Brandalise, 2017). Arruda, Watanabe, Medeiros e Souza Filho (2022) realizaram uma análise dos artigos publicados no Brasil entre os anos de 2017 e 2021, constatando que foram produzidos apenas 30 estudos que relacionaram a temática de sustentabilidade e agronegócios, cujos principais temas abordados foram eco inovação; responsabilidade social corporativa; socioambientalismo e indicadores de desenvolvimento, assuntos pertinentes e que também são abordados neste trabalho, porém analisados de forma isolada não refletem o contexto da sustentabilidade.

A desassociação do sucesso empresarial ligado somente à busca por lucro sem conformidade com os aspectos ambientais, sociais e de governança, direciona as empresas a incorporarem ações do tripé de sustentabilidade, ou *triple bottom line* (Elkington, 1998), que podem gerar ou aumentar valor ao longo do tempo. No curto prazo, algumas ações podem aumentar despesas devido ao custo de implementação, mas no longo prazo podem aumentar o valor de mercado da companhia, valor de ações, retorno e novas fontes de receita (Hristov, Chirico & Ranalli, 2022).

O relatório de 2005 do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com bancos e fundos internacionais (United Nations, 2004) cunhou o termo práticas de ESG (ambiental, social e governança, na tradução do inglês), para se referir às ações de sustentabilidade adotadas nas empresas. Desde então, este conceito vem tornando-se



dominante, examinado, praticado e popularizado no campo prático em todo o mundo (Li, Wang, Sueyoshi & Wang, 2021).

Ainda hoje, a mensuração dos critérios sociais, ambientais e de governança é um desafio para as empresas e, para isso, diferentes formatos de relatórios de sustentabilidades surgem como ferramenta para facilitar a transparência desta comunicação ao mercado, com exemplos como os padrões: *Global Reporting Initiative* (GRI) e *International Integrated Reporting Council* (IIRC) (Ricardo, Barcellos & Bortolon, 2017). Estudos demonstram a relação positiva entre a divulgação do relatório e a melhor performance econômica em países da Ásia (Caesaria & Basuki, 2017), Europa (Climent, Garrigues, Paraskevopoulos & Santos, 2021; Conca, Manta, Morrone & Toma, 2021), Brasil (Caiado, Quelhas, Nascimento, Anholon & Leal Filho, 2017).

A preocupação por parte dos *stakeholders* com o maior compromisso e a transparência dos impactos ambientais e sociais oriundos das empresas gera a demanda de normas confiáveis que facilitem essa comunicação e oportunizem reflexão dos riscos e oportunidades dentro das organizações. A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional sem fins lucrativos que contribui com esse entendimento, estabelecendo elementos, normas e padrões para a construção de um relatório de sustentabilidade eficaz com o intuito de colaborar com a gestão dos indicadores de sustentabilidade dentro das empresas (GRI, 2016). Os indicadores GRI são estabelecidos e supervisionados pela Global Sustainability Standards Board (GSSB).

A versão 2021 da GRI reforça o papel fundamental dos stakeholders na estratégia de sustentabilidade das empresas. Acrescenta-se a essa ideia a expectativa de que a definição dos temas materiais e a medição do impacto passe por processos de engajamento de stakeholders e devida diligência (*due diligence*). O critério de engajamento de stakeholders também é um aspecto central no caderno setorial GRI 13, publicado em 2022, que trata especificamente de agropecuária, agricultura e pesca. A seção 2.4 do GRI 1 Fundamentos ressalta a necessidade da identificação e da inclusão dos *stakeholders* nos relatórios de sustentabilidade. Há também uma orientação para que a empresa cite a forma utilizada para a identificação de seus *stakeholders*, quais deles foram engajados e como essa relação impactou no conteúdo do relatório e no posicionamento dos produtos e serviços ofertados pela empresa, a fim de ser passível de verificação. Ademais, nos relatórios de sustentabilidade construídos com os indicadores GRI, a matriz de materialidade apresenta-se como um mapa que relaciona os interesses da empresa com os interesses dos seus *stakeholders* e ajuda a definir quais são os temas materiais que devem ser priorizados dentro da sua estratégia empresarial. A matriz abrange a visão de todos



os *stakeholders*, porém, há casos em que são priorizados os interesses dos acionistas (*shareholders*) e de outros provedores de capital (Santos, Rodrigues & Miranda, 2018).

Em 2019, o *Business Roundtable*, um grupo que reúne CEOs de grandes empresas americanas, emitiu uma declaração em que os executivos manifestam inclinação ao atendimento de propósitos de diversos grupos de *stakeholders*, posição diferente de outra declaração, na qual era descrito o dever de servir aos interesses dos acionistas (Harrison, Phillips & Freeman, 2019). Essa mudança oportuniza o avanço nos estudos da gestão *multistakeholder*.

Diante disso, torna-se oportuno aprofundar o entendimento das estratégias utilizadas e a forma como as práticas de sustentabilidade das empresas refletem os interesses de seus *stakeholders*. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos e outros produtos agrícolas do mundo, porém o setor carece de melhor posicionamento e comunicação quanto às práticas sustentáveis que abrangem sua cadeia de valor (Neves, Marques, Martinez & Cambaúva, 2020). Partindo da sustentabilidade e da premissa de que o processo de comunicação deva ser claro e estar alinhado com as expectativas dos *stakeholders*, esta pesquisa objetiva analisar como as empresas do agronegócio abordam as estratégias de sustentabilidade corporativa perante os *stakeholders* e como este posicionamento afeta as suas ações.

## **2. Engajamento de Stakeholders na construção da materialidade**

As reflexões de Karl Kapp iniciaram um processo que deu origem ao conceito de ecologia política, principalmente através da obra *The social costs of private enterprise* (Kapp, 1950). Nessa obra, o autor discorre sobre as relações entre economia e meio-ambiente sob um novo olhar. O termo ecossocioeconomia, cunhado por Kapp, foi adotado e expandido pelo também economista Ignacy Sachs, que defendia o desenvolvimento sustentável pautado por uma visão mais ampla, envolvendo mais dimensões da sustentabilidade (Sachs, 1993).

Para Sachs, o conceito de ecodesenvolvimento reflete a defesa do crescimento econômico de forma conjunta à responsabilidade ambiental e à inclusão social (Sachs, 1993). O tripé da sustentabilidade é um conceito que aborda as dimensões social, econômica e ambiental de forma conjunta que transcende o objetivo empresarial baseado apenas no ganho financeiro (Elkington, 1998). Essa abordagem estende a estratégia organizacional para além da obtenção do lucro, incluindo as áreas sociais e ambientais com o intuito da busca pelo equilíbrio entre as três bases.



O agronegócio tem um papel fundamental nesse contexto, pois as atividades do setor baseiam-se na biodiversidade, biotecnologia e biomassa (Corrêa & Passini, 2022). Apesar do Brasil se posicionar como fornecedor mundial de alimentos sustentáveis e bioenergia, há temas sensíveis que precisam ser considerados como: uso de agroquímicos, modificação genética, avanço em áreas de fronteira agrícola, entre outros, que necessitam ser abordados de forma transparente e por meio de fatos e dados para que essa posição se fortaleça (Neves et al, 2020).

Apesar de não serem hegemônicas, as políticas do *triple bottom line* trazem mudanças no cenário organizacional a partir da promoção da agenda em ESG, que surge a partir do relatório *Who cares wins* da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004). Cumpre esclarecer que há diferenças entre os conceitos de ESG e sustentabilidade. A sustentabilidade pode ser considerada como um objetivo maior, uma meta a ser alcançada, enquanto ESG é uma intersecção entre três campos principais: estratégia de negócios e as vantagens para a empresa; responsabilidade social e atitudes pautadas por questões éticas; e a sustentabilidade empresarial baseadas em razões científicas, não cobrindo assim toda a pauta do desenvolvimento sustentável (Belinky, 2021).

Embora haja desafios no estabelecimento de metas, acompanhamento e mensuração, a adoção das práticas ESG pelas empresas, além de trazer benefícios diretos para a sociedade e o planeta, também é vantajosa para as próprias empresas. O estudo de Quintiliani (2022) demonstra uma relação positiva entre a aderência a ESG e o preço das ações da empresa, ou seja, maior ganho financeiro. Também reforça a comunicação e a atratividade com *stakeholders* investidores seletivos quanto a esse tipo de ações.

A abordagem de uma empresa interconectada e que procura atender aos interesses dos seus influenciadores e dependentes compreende a base da teoria dos *stakeholders* de Freeman (1984). O dinamismo do ambiente em que a empresa está inserida e a preocupação com o desenvolvimento sustentável exige uma gestão participativa que englobe a diversidade dos *players* e de suas respectivas demandas e expectativas, em conjunto com a performance econômica da empresa.

A priorização dos *stakeholders*, além de útil para os gestores, pode ser uma tática importante para obter vantagem empresarial e política (Sharpe, Harwell & Jackson, 2021). Para classificar esses grupos conforme a importância, pode-se utilizar o modelo de saliência (Mitchell, Agle & Wood, 1997). Nesse modelo, cada *stakeholder* é avaliado quanto à posse de três tributos: poder, legitimidade e urgência. Esses atributos não são perenes, podem variar com o tempo e estar ativos ou latentes em diferentes momentos ao longo do relacionamento.



O engajamento dos *stakeholders* na tomada de decisão dos rumos estratégicos, assim como sua diversidade e priorização, exige uma avançada organização interna das empresas, promovendo a gestão *multistakeholder*. Nesse sentido, Bridoux e Vishwanathan (2020) comentam que *stakeholders* com muita influência podem restringir as escolhas dos gestores, realizando trocas e concessões conforme os seus interesses que podem ir, muitas vezes, de encontro às demandas dos demais grupos e da empresa.

Com as exigências crescentes por parte dos *stakeholders* para que as empresas sejam transparentes e divulguem as ações no campo da sustentabilidade, diferentes ferramentas foram criadas para facilitar essa comunicação, em especial o relatório de sustentabilidade. Não há uma normatização de como esses relatórios devam ser construídos, mas algumas instituições buscam gerar modelos que possam nortear os documentos, com destaque para a *Global Reporting Initiative*.

As normas GRI servem como guia para que a sustentabilidade das empresas esteja alinhada à Agenda 2030, plano de ação global da ONU. O plano busca o alcance de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abordam os principais desafios enfrentados pelas pessoas em todo o mundo, objetivando comprometimento global em busca de um futuro melhor, além de descrever novas oportunidades de mercados e negócios. O economista Jeffrey Sachs defende o desenvolvimento econômico e o fim da pobreza de forma conjunta, sustentados pelos investimentos públicos e privados em economias carentes através de ações que envolvem o atingimento de objetivos semelhantes aos atuais ODS (Sachs, 2005).

Em linha com as normas GRI, apesar da matriz de materialidade ser um demonstrativo dos principais temas sensíveis para a empresa, pode apresentar informações incompletas ou de forma que dificultam a comparação. No trabalho de Machado, Dias e Fonseca (2020), observou-se que, entre as 140 empresas amostradas, 30,7% possuíam conteúdo claro da norma GRI 102-43, que aborda o engajamento dos *stakeholders*.

A materialidade está diretamente ligada à inclusão das partes interessadas, portanto os *stakeholders* devem ser ativos na construção do relatório que deve representar seus interesses e demandas. Indicadores adequados devem ser selecionados dentre os sugeridos pelas normas GRI para monitorar as expectativas, porém conjuntamente podem ser utilizados outros indicadores definidos pela própria empresa, além da possibilidade de modificar ou substituir alguns parâmetros existentes, já que o objetivo do relatório é demonstrar o desempenho de sustentabilidade para as partes interessadas (Bellantuono, Pontrandolfo & Scozzi, 2018).



A análise da matriz de materialidade é um processo subjetivo que exige uma elaboração consistente e estruturada para ser validada, visto que sua importância está associada aos direcionamentos que as companhias seguirão. Entre as principais etapas desta construção, destaca-se a definição de quais serão os *stakeholders* envolvidos na discussão; quais são os aspectos relevantes ligados à sustentabilidade; à avaliação e à priorização dadas a cada tópico; e à clareza das implicações gerenciais geradas (Calabrese, Costa, Levaldi Ghiron & Menichini, 2019).

### 3. Método

A pesquisa é classificada como qualitativa e exploratória. Como fontes de evidências, foram coletados dados de maneira secundária (relatórios) disponíveis nos endereços eletrônicos das empresas ou outras fontes online, inicialmente, das empresas do objeto do estudo. Também foram coletados dados primários, por meio de entrevistas online. A seleção da amostra foi realizada a partir da lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil em 2021, considerando dados da Revista Forbes. O número de entrevistas seguiu o critério de saturação.

Considerando o critério de inclusão, a lista Forbes Agro 100 foi escolhida por considerar as empresas do agronegócio brasileiro, de capital aberto, com faturamento de, no mínimo, 1 bilhão de reais em 2020, ou seja, possuem grande representatividade no setor visto que, somadas, possuem faturamento de 1,29 trilhão de reais no período. A elaboração é baseada nos demonstrativos financeiros e dados compilados da agência S&P *Global Ratings* (Revista Forbes, 2021).

A pesquisa consistiu em duas etapas, na primeira delas foi realizada a pesquisa documental a partir dos relatórios de sustentabilidade das empresas do agronegócio amostradas, coletados de forma online. No segundo momento, ocorreu o estudo multicaso a partir de entrevistas semiestruturadas via online, com representantes de empresas acima referidas, a partir da conveniência.

A análise documental foi focada nos relatórios de sustentabilidade sob a perspectiva dos *stakeholders* e de acordo com a abordagem do modelo GRI. Ao todo, foram analisados 12 relatórios de sustentabilidade, todos com a adoção das normas GRI, divididos conforme a distribuição: cinco empresas do setor de alimentos e bebidas; três do setor de agroenergia; uma do setor de agroquímica; uma empresa do setor de cooperativas; uma empresa do setor de



madeira, papel e celulose; e uma empresa do setor de *trading* e comércio. Os relatórios foram selecionados por conveniência, desde que pautados pelo padrão GRI, e pelo método de saturação.

As entrevistas com roteiro semiestruturado foram realizadas com o responsável pela área de sustentabilidade da empresa ou, na ausência ou indisponibilidade desse, com um membro da área com conhecimento no tema, ou seja, o representante indicado pela área de sustentabilidade. As entrevistas foram realizadas de 08 de setembro a 20 de outubro de 2022. Totalizaram sete entrevistas online, cujas empresas estão distribuídas nos setores: duas empresas do setor de alimentos e bebidas (denominadas por Empresa B e Empresa G); duas do setor de agroenergia (Empresa C e Empresa F); uma do setor de cooperativas (Empresa D); uma empresa do setor madeira, papel e celulose (Empresa E); e uma do setor de *trading* e comércio (Empresa A). O roteiro de entrevista foi elaborado a partir de questões adaptadas do questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela B3, bolsa de valores brasileira, assim como foi validado por dois pesquisadores especialistas da área de sustentabilidade.

Após as entrevistas, a gravação foi transcrita na íntegra, totalizando cinco horas de áudio e 26 laudas de transcrição. Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo dos relatórios e das entrevistas (Bardin, 2011). As categorias de análise foram definidas *a posteriori*.

#### 4. Resultados e discussão

Ao realizar a análise das empresas do estudo, o primeiro resultado obtido diz respeito ao número de empresas que possuem ao menos uma edição de um relatório de sustentabilidade divulgado (Tabela 1). Esse resultado relaciona-se com a maturidade da pauta ESG dentre os diversos setores do agronegócio.

Tabela 1: Número absoluto e percentual de empresas que possuem relatório de sustentabilidade por setor no ano de 2020.

Setor	Nº total de empresas (Enumeração)	Empresas com relatório de sustentabilidade	Frequência
Agroenergia	15	12	80%
Agromecânica	1	0	-
Agropecuária	1	0	-
Agroquímica	7	3	43%
Alimentos e bebidas	31	21	68%



Setor	Nº total de empresas (Enumeração)	Empresas com relatório de sustentabilidade	Frequência
Cooperativas	24	4	17%
Madeira, celulose e papel	10	7	70%
Trading e comércio	11	5	45%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos relatórios de sustentabilidade.

A Tabela 1, que reflete as 100 maiores empresas do agronegócio em faturamento no ano de 2020 segundo a Revista Forbes, apresenta que 52 dessas empresas aderem ao relatório de sustentabilidade como um dos seus reportes não financeiros. Entre os setores que possuem números mais representativas, destaca-se o de agroenergia com o maior percentual de empresas adotantes do relatório (80%). Em contrapartida, estão as cooperativas com 17%. Filipin e Vieira (2022) analisam três empresas do agronegócio brasileiro pertencentes à B3, representantes da categoria alimentos e bebidas, as quais procuram divulgar informações relativas à sustentabilidade, porém em diferentes formas e graus, sendo que duas disponibilizam relatórios de sustentabilidade anuais.

Quanto à materialidade, trata-se do conjunto de temas sensíveis a uma determinada empresa, todos os assuntos que são considerados importantes e com os quais se deseja dar ênfase. Quando visualizado à luz dos indicadores ESG, há uma divisão entre temas no âmbito ambiental, social, de governança e outros que permeiam por dois ou três pilares. Como as práticas ESG não pressupõem que há um grupo de temas com maior relevância que os demais, espera-se que haja equilíbrio entre eles.

A norma GRI 3 Temas materiais orienta o processo de definição, listagem e gestão dos temas mais importantes para a organização, em contraste com a relevância dos temas para os stakeholders. De outro lado, a norma não orienta sobre a designação a qual pilar de ESG cada tema material deve ser associado, o que pode levar à falta de clareza, tanto por parte de quem divulga quanto por quem lê o relatório, principalmente pelo fator semântico. Isto faz com que, muitas vezes, a empresa utilize diferentes termos para se referir às mesmas temáticas (somente com a adoção de palavras diferentes), ou opte por agrupar mais de um tema no mesmo item, preferindo uma abordagem mais ampla em contraponto à densidade.

A análise dos relatórios de sustentabilidade da amostra, de modo empírico, evidencia as diferenças entre o número de temas materiais elencados pelas empresas, com um número médio de 8,83 temas e com uma amplitude que parte de três até 23 temas por empresa. Como não há segmentação por pilar ESG, pretendeu-se fazer a distinção baseada no contexto de cada tema e



na descrição desenvolvida no próprio relatório. A partir disso, pode-se chegar à proporção de temas ESG: 35% ambiental, 38% social e 28% de governança, o que representa um equilíbrio entre os três pilares, entendendo também que a governança permeia e pode abarcar todos os temas, além de possuir temas próprios que, mesmo em menor quantidade, são mais abrangentes.

Figura 1: Nuvem de palavras com os temas materiais citados pelas empresas dentro de cada pilar ESG.



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos relatórios de sustentabilidade.

Os resultados divergem do trabalho de Topp-Becker e Ellis (2017), que encontrou maior ênfase no campo ambiental nas empresas do agronegócio americano. A Tabela 2 apresenta o que é material, segundo as empresas do agronegócio, agrupado em grandes conceitos.



Tabela 2: Principais temas materiais apontados pelas empresas do agronegócio por segmentação ESG, conforme relatórios de sustentabilidade.

<b>Ambiental</b>
Cadeia de fornecimento responsável e preservação da biodiversidade; Comércio justo e consciente; Carbono neutro na cadeia de valor; Mudanças climáticas; Uso consciente dos recursos naturais; Gestão de saúde, segurança e meio-ambiente; Inovação, desenvolvimento e economia circular; Boas práticas na cadeia de valor; Ecoeficiência (energia, água, resíduos e emissões); Bem-estar animal; Desperdício de alimentos; Embalagem e reciclabilidade.
<b>Social</b>
Impactos socioeconômicos; Saúde e segurança; Desenvolvimento humano; Desempenho socioambiental de fornecedores; Impacto nas comunidades; Diversidade, equidade e inclusão; Qualidade do produto e segurança dos alimentos; Responsabilidade social; Venda, marketing e consumo responsável; Valores e cultura; Confiança e segurança do usuário.
<b>Governança</b>
Cooperação e inovação para a descarbonização; Conexões para a transição energética; Comunicação ética e transparente; Certificações e rastreabilidade dos produtos; Gestão de riscos; Estratégia; Qualidade e segurança dos produtos; Segurança da informação; Produção e logística; Governança, ética e <i>compliance</i> ;



Desempenho econômico-financeiro e expansão dos negócios;  
Inovação e tecnologia.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos relatórios de sustentabilidade.

No pilar ambiental, ao referir-se às mudanças climáticas que têm como uma das principais causas as emissões de dióxido de carbono, encontram-se as designações citadas nos relatórios: carbono neutro na cadeia de valor; mudanças climáticas; mudanças do clima; geração de energia limpa, minimização da pegada de carbono e redução dos riscos relacionados; mudanças climáticas e transição energética; ecoeficiência (energia, água, resíduos e emissões); mudança do clima, água e energia; proteção do clima e da biodiversidade. Pode-se extrapolar para outros termos genéricos utilizados que podem estar ligados a este tema material: sistema de gestão ambiental; gestão de impactos ambientais; gestão ambiental.

Na área social, observa-se a mesma situação quando se trata do tema diversidade, equidade e inclusão. Além desta designação, foram encontrados os termos: cultura de desenvolvimento, diversidade e inclusão; diversidade e inclusão; diversidade; direitos humanos, diversidade e inclusão; gestão de pessoas; diversidade e inclusão; além de termos mais abrangentes como responsabilidade social. Na governança, no tema ética, foi possível identificar: comunicação ética a transparente; ética e *compliance*; conduta ética e integridade; governança, ética e *compliance*; conduta ética e íntegra; ética e transparência; além de gestão e responsabilidade nas cadeias do agronegócio.

Dessa forma, podem-se ser destacados os três temas mais citados. Mudanças climáticas e redução das emissões na questão ambiental; diversidade, equidade e inclusão no pilar social e ética e *compliance* representando a governança. A análise de Gagné, Berthelot e Coulmont (2021) cita os temas materiais mais relevantes presentes em 37 relatórios de sustentabilidade de empresas canadenses de diversos setores, porém não os divide nos pilares ambientais, sociais e de governança. Contudo, é possível relacionar de forma livre cada tópico citado ao seu respectivo pilar ESG. Dessa forma, ética e governança figuram como o principal tema de governança, semelhante ao resultado da presente pesquisa. O principal tema ligado ao pilar ambiental é a gestão da água, enquanto saúde ocupacional e segurança são temas mais comuns na área social e, também, o primeiro de forma absoluta entre todos os três pilares.

A etapa de entrevistas teve as seguintes questões como objeto de estudo, conforme Tabela 3:



Tabela 3: Questões aplicadas durante as entrevistas.

Questão 1	Como se dá o processo de construção da materialidade da empresa voltada à ESG?
Questão 2	Como se dá o processo de análise da matriz de materialidade?
Questão 3	Como é o processo de engajamento dos stakeholders com o ESG considerando tanto a política quanto a estratégia da empresa?
Questão 4	Como a empresa realiza a gestão multistakeholder envolvendo o atendimento das demandas e a mediação de conflitos?

Fonte: Elaborada pelos autores com base no Questionário ISE B3 (2020).

A Tabela 4 apresenta os principais pontos citados nas entrevistas com as empresas do agronegócio. Ao iniciar pela definição de quais são os temas materiais, há indícios de uma metodologia semelhante entre elas, mesclando um olhar externo para as tendências de mercado, *benchmarking* com empresas do mesmo setor, consulta a *stakeholders* primários e um alinhamento com os ODS.

Tabela 4: Pontos de atenção para a materialidade na ótica do agronegócio

Empresa A	A materialidade sempre é feita com consultoria.
Empresa B	Sustentabilidade do agronegócio tem enfoque em emissões de carbono.
Empresa C	Materialidade só faz sentido se estiver alinhada com a cultura empresarial.
Empresa D	Conselheiro também pode ser <i>stakeholder</i> .
Empresa E	Temas materiais baseados nos ODS da ONU e na estratégia da própria empresa.
Empresa F	Materialidade é um processo político.
Empresa G	Diversidade como tema ainda pouco explorado pelo agronegócio.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas entrevistas.

Sobre o mercado de carbono brasileiro, o estudo de Wedy, Pimentel e Amaral (2022) destaca que, apesar do país não possuir um sistema regulatório consolidado, pressões do mercado externo e da sociedade têm ampliado o debate sobre o tema com avanços em medidas mitigadoras de emissões. A pesquisa de Silva, Queiroz, Francisco e Silva (2021), que relacionou relatórios de sustentabilidade de empresas da B3 de diversos segmentos, entre elas empresas do agronegócio, com o alinhamento aos 17 ODS, concluiu que as empresas adotam medidas sustentáveis, mas não de forma homogênea entre todos os ODS. Fome zero e igualdade de gênero foram apontados como oportunos de atenção, sendo que o último se refere principalmente à diminuição da desigualdade entre homens e mulheres. Os resultados reforçam os ODS como guias para a construção do relatório de sustentabilidade e expõem a diversidade



como um tema que precisa ser mais trabalhado entre as empresas de todos os segmentos estudados.

O alinhamento com a cultura empresarial faz-se importante pois a prática da sustentabilidade só ocorre quando há entendimento de todos do seu porquê, e que isso esteja ligado aos valores que a empresa possui como instituição. Exemplifica-se com o lado político do processo, que não é somente técnico, e que exige apoio e conformidade interna, pois gerará desdobramentos que impactarão no aspecto financeiro dos colaboradores e de todo o posicionamento estratégico da empresa.

Materialidade é um processo altamente político, não é simplesmente uma visão técnica do tipo faz isso ou aquilo. Tem muita coisa que é o que faz sentido, mas faz sentido em que nível? Para quem faz sentido? Às vezes surgem temas que não necessariamente a liderança interna vai estar confortável em querer trabalhar, então é importante a gente ter um apoio externo, uma consultoria isenta, que vai conseguir olhar os materiais externos, conversar com os stakeholders e apresentar o tema que é relevante. Se você vai querer trabalhar ou não é deliberado da empresa, você pode enfiar isso debaixo do tapete, ninguém vai te cobrar por isso, mas saiba que isso existe (Entrevistado da Empresa F).

O estudo de Bellantuono, Pontrandolfo e Scozzi (2018) aponta o fato de a metodologia GRI permitir às empresas a escolha dos temas de sustentabilidade nos quais há interesse de considerar no relatório, não impedindo o negligenciamento de temas potencialmente relevantes, oportunizando a omissão de tópicos importantes e diminuindo a eficiência do relatório. Os autores sugerem que um grupo de especialistas forneça uma lista de temas específicos para cada setor, a fim de diminuir a probabilidade desta ocorrência.

Na tentativa de entender o contexto, é importante ressaltar que a gestão é um tema sensível em qualquer nível nas empresas, principalmente devido ao dinamismo de mercado, necessidade de agilidade em tomadas de decisão pelas lideranças ao confrontar situações urgentes, muitas vezes sem a posse de todas as informações, além do desafio do confronto de gerações dentro e fora das empresas. Ao refletir sobre como gerir *stakeholders*, emerge a diversidade destes e a pluralidade cultural envolvida, portanto, gestão de *stakeholders*, ou estratégia para *stakeholders* é constituída por comportamentos, estruturas e práticas que estão vinculadas a essa teoria (Donaldson & Preston, 1995).

O relatório de sustentabilidade com a metodologia GRI não apresenta um apontamento claro de como essa gestão acontece em termos práticos, como destacado por Vieira et al. (2020), que identificam incompletude e falta de indicadores claros nos relatórios. A norma que mais se aproxima deste ponto é a GRI 2 Conteúdos Gerais, Conteúdo 2-29 Abordagem para



Engajamento de *Stakeholders*. Essa norma tem como indicador a forma como as empresas trazem seus grupos de *stakeholders*, após identificação e seleção, a discussão dos temas materiais, principalmente ligado ao processo em si de definição da materialidade. Nessa linha, são abordadas como as consultas foram realizadas, qual foi o fluxo de construção da matriz e a forma de validação dos temas. A norma orienta informar quais categorias de *stakeholders* a empresa engaja e como elas foram identificadas. Também sugere informar o propósito e como a organização busca garantir um engajamento significativo com *stakeholders*.

A partir da análise dos relatórios de sustentabilidade da amostra, podem-se elencar os principais métodos adotados. A Tabela 5 lista as ferramentas mais citadas entre as empresas para a construção da materialidade.

Tabela 5: Principais métodos para a definição da materialidade adotados pelas empresas amostradas

<b>Método</b>	<b>Frequência relativa</b>	<b>Frequência absoluta</b>
Pesquisa com <i>stakeholders</i>	100%	12
Entrevistas com liderança	83%	10
Análise de documentos	50%	6
Análise da literatura	42%	5
<i>Benchmarking</i>	25%	3
Consultoria externa	25%	3

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos relatórios de sustentabilidade.

Em destaque está a pesquisa com os *stakeholders*. Esse resultado está alinhado com o estudo de Gagné, Berthelot e Coulmont (2021), que identificou o método *survey* como o principal para consulta aos *stakeholders*, com 60,27% de frequência dentro da amostra analisada. Conforme os relatos das entrevistas, esta pesquisa pode ocorrer em diversos formatos, entre eles a disponibilização de formulários para *stakeholders* interessados de forma geral via online, o direcionamento para alguns grupos selecionados ou o foco em clientes e colaboradores. Entretanto, em alguns questionários, apenas cabe ao *stakeholder* a ponderação de valor entre temas que já foram pré-selecionados pelas empresas, para evitar redundância derivada do uso de termos similares, já em outros há campos abertos para sugestão de pontos não contemplados na pesquisa recebida.

Nesse contexto, o estudo de Garst, Maas e Suijs (2022) indica a abordagem da materialidade sob dois pontos de vista: os interesses organizacionais e os coletivos. Em 61,2% dos relatórios amostrados, as empresas descrevem a materialidade como uma combinação das duas perspectivas. O restante dos relatórios é baseado em uma perspectiva, frequentemente com



foco na consulta dos *stakeholders* externos para ranquear os tópicos ESG relacionados a riscos financeiros e oportunidades. Outros possuem as duas perspectivas sem a indicação de tensões entre elas, demonstrando alinhamento entre as perspectivas organizacionais e os interesses coletivos.

A Tabela 6 apresenta os principais pontos levantados durante as entrevistas com as empresas do agronegócio no que diz respeito à gestão *multistakeholders*. Destaca-se a assertiva sobre a ponderação de valor entre os grupos de interesse, assegurando que todos tenham a mesma relevância no tratamento e no atendimento das demandas.

Tabela 6: Pontos de atenção sobre a gestão *multistakeholders* nas empresas amostradas

<b>Empresa</b>	<b>Ponto de atenção</b>
Empresa A	Não há peso diferente entre os <i>stakeholders</i>
Empresa B	Papel fundamental de <i>startups</i> para alcance de metas de sustentabilidade
Empresa C	Conceito de desenvolvimento de <i>stakeholders</i>
Empresa D	Importância do mercado regulatório em consonância ao papel empresarial
Empresa E	Política de capital reputacional
Empresa F	Conflitos também podem ser internos
Empresa G	Falta de abertura para comunicação com determinados grupos

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas entrevistas.

As entrevistas mostram um contexto em que os acionistas e demais provedores de capital podem ter privilégios, quando se trata, por exemplo, de relatórios construídos esteticamente para atender aos seus interesses de evidências e estatísticas. Atender a esse público pode ser interessante para as empresas pela possibilidade de acesso a capital mais abundante, de menor juro e com maior prazo de pagamento.

Por que tanto interesse nos investidores? Porque somos uma empresa de capital aberto, bastante representativa na emissão de títulos vinculados à sustentabilidade, e tem metas que, se a empresa não cumprir de fato, vai pagar mais juros pelos empréstimos, então temos interesse nesse mercado de oportunidades financeiras, usando a sustentabilidade para conseguir mais dinheiro, mais barato e com maior tempo para pagar (Entrevistado da Empresa E).

Cumprir abordar a influência do *stakeholder* acionista sob dois ângulos, ao mesmo tempo em que a empresa pode ter um olhar diferenciado para o acionista, visando a oportunidades comerciais, a pesquisa de Flammer, Toffel e Viswanathan (2021) demonstra que, por outro lado, acionistas ativistas ambientais influenciam as empresas a adotarem de forma



voluntária a divulgação de relatórios de riscos climáticos, tornando a sustentabilidade um ciclo virtuoso.

Transcendendo a questão econômica, o capital reputacional é um ativo fundamental para que as empresas sejam reconhecidas e se consolidem nos mercados em que atuam. Foi relatado pelo colaborador da empresa G que alguns grupos não estão abertos a uma comunicação franca quando se trata de assuntos mais sensíveis, como o desmatamento. Esses conflitos podem ser a origem de críticas que o agronegócio sofre na mídia e que internamente exigem explicações das empresas para seus investidores. Esse grupo de *stakeholders* pode ser descrito, por Mitchell, Agle e Wood (1997), como observador perigoso devido à posse dos atributos de poder e urgência.

Para que isso contemple a estratégia, o gerenciamento das demandas dos *stakeholders* precisa ser constante e eficiente. Uma das formas encontradas pelas empresas é a criação de áreas específicas para o atendimento de determinados *stakeholders* como: clientes, fornecedores e investidores. A partir da análise de relatórios de sustentabilidade, Stocker, Arruda, Mascena e Boaventura (2020) desenvolvem uma classificação das práticas de engajamento, entendendo que as estratégias de engajamento devem ser tão diversas quanto os interesses e as demandas dos *stakeholders*.

A retomada dos aspectos elencados permite inferir, na gestão do *stakeholder* colaborador, que pode ser uma fonte de conflitos. Para que o público interno tenha engajamento genuíno com a política de sustentabilidade adotada pela empresa, a mesma precisa comunicar e vincular a sua imagem de maneira clara com a sustentabilidade. O público interno necessita perceber essas práticas e se identificar com elas, assim a empresa poderá se beneficiar do efeito positivo no desempenho dos seus colaboradores (Jerónimo, Lacerda & Henriques, 2020).

## 5. Conclusão

Os achados desta pesquisa reforçam as limitações da metodologia GRI na divulgação do desempenho de sustentabilidade por parte das empresas, no que tange à possibilidade de omissão de aspectos sensíveis ou não desejáveis e na falta de indicadores que atendam a demandas específicas setoriais, sem desmerecimento das normas como ferramentas úteis no monitoramento da performance e entendendo que são passíveis de melhorias contínuas.

Sob o ponto de vista gerencial, a partir dos resultados obtidos, no que tange à teoria dos *stakeholders*, destaca-se a possibilidade de o acionista apresentar-se em posição de



superioridade em relação aos demais grupos de interesse, tornando-se o *stakeholder* definitivo na análise da saliência. Nesse contexto, a abordagem e a divulgação do relatório de sustentabilidade para os outros grupos de interesse podem envolver *greenwashing*, assim análises e estudos aprofundados podem contribuir com este entendimento.

Os resultados apresentam elementos gerenciais que podem auxiliar as empresas do agronegócio a iniciarem ou avançarem em sua jornada de integração às melhores práticas de ESG. Não se pretende limitar este trajeto, ou defini-lo como caminho único, trata-se de uma análise de como algumas empresas estão atuando, possíveis tendências e indicações de desvios a serem evitados.

Como limitações desta pesquisa está a amplitude e a diversidade do mercado e, por consequência, das empresas do agronegócio. Buscou-se um olhar amplo entre setores que possuem características diferentes, considerando também que as empresas da amostra apresentam maior maturidade em relação a ESG do que grande parte dos *players* do mercado. Ainda, a amostra é limitada pelo número de empresas amostradas e pelas restrições de acesso a informações internas e confidenciais.

Recomenda-se para estudos futuros o enfoque em determinadas áreas do agronegócio, em que haja interesse na análise aprofundada e o uso de métodos quantitativos, para verificar se as conclusões deste trabalho podem ser consideradas como tendências para esse e outros setores. Também é possível avançar no entendimento das relações e percepções entre *stakeholders*, formação de laços e impacto na estratégia das empresas.

## Referências

- Arruda, E. V. B., Watanabe, C. Y. V., Medeiros, H. S., Souza Filho, T. A. (2022). Discussões sobre sustentabilidade no agronegócio: Produção entre 2017 a 2021. *Revista GeSec*, 13(3), 541-555.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Belinky, Aron. (2021). Seu ESG é sustentável? *Revista GVExecutivo*, 20(4), 37-44.
- Bellantuono, N., Pontrandolfo, P., Scozzi, B. (2018). Guiding materiality analysis for sustainability reporting: The case of agri-food sector. *International Journal of Technology, Policy and Management*, 18(4), 336-359.
- Bridoux, F. M., Vishwanathan, P. (2020). When do powerful stakeholders give managers the latitude to balance all stakeholders' interests? *Business & Society*, 59(2), 232-262.



- Caesaria, A. F., Basuki, B. (2017). The study of sustainability report disclosure aspects and their impact on the companies' performance. *SHS Web of Conferences*, 34, 1-5.
- Caiado, R. G. G.; Quelhas, O. L. G., Nascimento, D. L. M., Anholon, R., Leal Filho, W. (2017). Measurement of sustainability performance in Brazilian organizations. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 25(4), 312-326.
- Calabrese, A., Costa, R., Levialedi Ghiron, N., Menichini, T. (2019). Materiality analysis in sustainability reporting: A tool for directing corporate sustainability towards emerging economic, environmental and social opportunities. *Technological and Economic Development of Economy*, 25(5), 1016-1038.
- Climent, R. B., Garrigues, I. F., Paraskevopoulos, I., Santos, A. (2021). ESG disclosure and portfolio performance. *Risks*, 9(10), 1-14.
- Conca, L., Manta, F., Morrone, D., Toma, P. (2021). The impact of direct environmental, social and governance reporting: Empirical evidence in European-listed companies in the agri-food sector. *Business Strategy and the Environment*, 30(2), 1080-1093.
- Corrêa, M. A. K., Passini, J. J. (2022). Contribuições de Ignacy Sachs para o desenvolvimento sustentável do oeste do Paraná. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, 9(1), 50-58.
- Donaldson, T., Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Elkington, J. (1998). Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. *Environmental Quality Management*, 37-51.
- Flammer, C., Toffel, M. W., Viswanathan, K. (2021). Shareholder activism and firms' voluntary disclosure of climate change risks. *Strategic Management Journal*, 42(4), 1-30.
- Freeman, R. E. (1984) *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman.
- Gagné, V., Berthelot, S., Coulmont, M. (2021). Stakeholder engagement practices and impression management. *Journal of Global Responsibility*, 13(2), 217-241.
- Garst, J., Maas, K., Suijs, J. (2022). Materiality assessment is an art, not a science: Selecting ESG topics for sustainability reports. *California Management Review*, 65(1), 1-27.
- GRI. (2016). *GRI 101*: Foundation. 2016.
- Harrison, J. S., Phillips, R. A., Freeman, R. E. (2019). On the 2019 Business Roundtable "Statement on the Purpose of Corporation". *Journal of Management*, 20(10), 1-15.
- Hristov, I., Chirico, A., Ranalli, F. (2022). Corporate strategies oriented towards sustainable governance: Advantages, managerial practices and main challenges. *Journal of Management and Governance*, 26, 75-97.
- Jerónimo, H. M., Lacerda, T. C., Henriques, P. L. (2020). From sustainable HRM to employee performance: A complex and intertwined road. *European Management Review*, 1-14.



- Kapp, K. W. (1950). *The social costs of private enterprise*. Nottingham: Spokesman.
- Li, T., Wang, K., Sueyoshi, T., Wang, D. D. (2021). ESG: Research progress and future prospects. *Sustainability*, 13, 1-28.
- Machado, B. A. A., Dias, L. C. P., Fonseca, A. (2020). Transparency of materiality analysis in GRI-based sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 1-11.
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., Wood, D. J. (1997). Toward a Theory of Stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *The Academy of Management Review*, 22(4), 853-886.
- Morais, P. R. B., Penedo, A. S. T., Pereira, V. (2018). Empreendedorismo e sustentabilidade: Um novo “velho” paradigma do desenvolvimento. *Diálogo*, 38, 59-73.
- Nascimento, F., Barros, F. D., Pinsky, V. C., Marinho, B. L. (2013). A influência dos valores sustentáveis na escolha de uma organização para se trabalhar. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 7(3), 72-88.
- Neves, M. F., Marques, V. N., Martinez, L. F., Cambaúva, V. (2020). Os desafios de comunicação do agronegócio: O método “AgroPlanCom”. *Revista Agronomia Brasileira*, 4, 1-10.
- Quintiliani, A. (2022). ESG and firm value. *Accounting and Finance Research*, 11(4), 37-47.
- Revista Forbes. (2021). *Lista Forbes Agro 100*. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acessado em 01 de janeiro de 2023.
- Ricardo, V., F., Barcellos, S. S., Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado nas empresas listadas na BM&FBOvespa: Fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90-104.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo.
- Sachs, J. D. (2005). *The end of poverty: Economic possibilities for our time*. Nova Iorque: Penguin Books.
- Santos, W. P., Rodrigues, R. N., Miranda, L. C. (2018). Um estudo do posicionamento adotado pelos stakeholders sobre a materialidade e a responsabilização das informações contidas no relato integrado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 12(3).
- Silva, B. S., Queiroz, J. N., Francisco, J. R. S., Silva, R. C. (2021). Ações adotadas pelas empresas da B3 alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(2), 37-50.



- Sharpe, L. M., Harwell, M. C., Jackson, C. A. (2021). Integrated stakeholder prioritization criteria for environmental management. *Journal of Environmental Management*, 282, 1-8.
- Stocker, F., Arruda, M. P., Mascena, K. M. C., Boaventura, J. M. G. (2020). Stakeholder engagement in sustainability reporting: A classification model. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. 1-10.
- Thomas, J. A., Lago, S. M. S., Brandalise, L. T. (2017). A pesquisa científica sobre o meio rural e aspectos ligados à sustentabilidade. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 10(2), 587-611.
- Topp-Becker, J., Ellis, J. D. (2017). The role of sustainability reporting in the agri-food supply chain. *Journal of Agriculture and Environmental Sciences*, 6(1), 17-29.
- United Nations & Swiss Federal Department United Nations of Foreign Affairs. (2004). Who cares wins: Connecting financial markets to a changing world, Global Impact. Disponível em: [https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who\\_cares\\_wins\\_global\\_compact\\_2004.pdf](https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf). Acessado em 01 de janeiro de 2023.
- Vieira, I. L., Silva, E. R., Martini Junior, L. C., Mattos, U. A. O. (2020). Pontos positivos e negativos dos relatórios de sustentabilidade no modelo *Global Reporting Initiative*: Revisão da literatura nacional e internacional. *Revista Gestão Industrial*, 16(2), 21-46.
- Wedy, G., Pimentel, C., Amaral, W. (2022). *The carbon market and its regulation in Brazil*. Sabin Center for Climate Change Law, Columbia Law School, 1-27.



# Nos rastros das (novas) territorialidades: o pluriverso como inspiração para as transições desejáveis ao bem viver

## En las huellas de las (nuevas) territorialidades: el pluriverso como inspiración para las transiciones deseables hacia el buen vivir

Renata Amorim Almeida Fonseca<sup>1</sup>; Marta de Azevedo Irving<sup>2</sup>; Yasmin Guimarães Xavier Nasri<sup>3</sup>; Beatriz Leite Ferreira Cabral<sup>4;5</sup>

Recebido: 05/10/2023. Aceito: 26/10/2023.

### Resumo

A aceleração das mudanças climáticas e da erosão da biodiversidade, em articulação com as crescentes desigualdades sociais, figuram como desafios centrais da agenda socioambiental. Nesse contexto planetário, diversas comunidades, sobretudo aquelas situadas no Sul Global, vêm se mobilizando no sentido da construção de alternativas sistêmicas, ecologicamente sustentáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, buscando fazer frente às pressões oriundas do modelo insustentável de desenvolvimento. O presente ensaio tem como objetivo discutir, criticamente, os rastros do pluriverso de alternativas sistêmicas comunitárias, sob uma perspectiva de Bem Viver. A partir de uma revisão narrativa da literatura, buscou-se identificar, sobretudo, os princípios ético-políticos envolvidos, enquanto pistas para as transições socioecológicas desejáveis no sentido de sociedades sustentáveis, resilientes e equitativas. Sem embargo, a composição plural de leituras e narrativas de mundo e de práticas sociais ancoradas em racionalidades ambientais situadas e enraizadas em múltiplas territorialidades, vêm revelando inúmeras potencialidades para inspirar outros horizontes existenciais e inovações em políticas públicas. Este pluriverso vem contribuindo, sobretudo, como oportunidades de aprendizagem para uma transição epistemológica, e até mesmo paradigmática, urgente e essencial às demais transformações necessárias ao enfrentamento dos complexos desafios socioambientais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Transformação Socioecológica. Alternativas Comunitárias. Epistemologias do Sul.

### Resumen

La aceleración del cambio climático y la erosión de la biodiversidad, en conjunto con las crecientes desigualdades sociales, figuran como preocupaciones centrales en la agenda socioambiental. En este contexto planetario, varias comunidades, sobre todo las ubicadas en el Sur Global, se han venido movilizandohacia la construcción de alternativas sistémicas, ecológicamente sostenibles, socialmente justas y económicamente viables, buscando enfrentar las presiones del insostenible modelo de desarrollo actual. Este ensayo tiene como objetivo discutir críticamente las huellas del pluriverso de

<sup>1</sup> Pós-doutoranda no Programa EICOS de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [biol.renata@gmail.com](mailto:biol.renata@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBAE/FCC/UFRJ; EICOS/IP/UFRJ; PPED/IE/UFRJ; INCT/PPED/CNPq). Email: [marta.irving@mls.com.br](mailto:marta.irving@mls.com.br)

<sup>3</sup> Pós-doutoranda no Programa EICOS de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [yasmin.nasri@hotmail.com](mailto:yasmin.nasri@hotmail.com)

<sup>4</sup> Professora na Universidade Federal do Paraná, Doutoranda no Programa EICOS de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [beatriz.cabral.ufpr@gmail.com.34](mailto:beatriz.cabral.ufpr@gmail.com.34)

<sup>5</sup> Agradecimentos: Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



alternativas sistémicas comunitarias en construcción, desde una perspectiva del Buen Vivir, buscando identificar, a partir de una revisión narrativa de la literatura, sobre todo, sus principios ético-políticos como pistas para transiciones socioecológicas deseables hacia sociedades sostenibles, resilientes y equitativas. Sin embargo, la composición plural de lecturas y narrativas del mundo, ancladas en racionalidades ambientales ubicadas y arraigadas en múltiples territorialidades, viene revelando innumerables potencialidades para inspirar otros horizontes existenciales y innovaciones en las políticas públicas. Esto pluriverso estas contribuyendo, sobre todo, a una transición epistemológica, y mismo paradigmática, urgente e imprescindible a las demás transformaciones necesarias para enfrentar el complejo desafíos socioambientales contemporáneos.

**Palabras clave:** Sostenibilidad. Transformación socio-ecológica. Alternativas comunitarias. Epistemologías del Sur.

## 1. Introdução

Frente aos desafios e impasses contemporâneos, traduzidos nas conexões entre as mudanças climáticas e as crescentes desigualdades socioeconômicas (Chancel et al., 2023), associadas à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico (Fanning et al., 2022), a sociedade civil vem empreendendo movimentos e micropolíticas potencialmente transformadores com o intuito de buscar alcançar meios de vida ecologicamente equilibrados, socialmente justos e economicamente viáveis (Kothari, 2021).

Assim, em vinculação direta com seus modos de vida e suas territorialidades, com suas culturas e lutas emancipatórias, distintos grupos sociais vêm resistindo ao modelo ecologicamente destrutivo e socialmente desigual de desenvolvimento, imposto pela matriz de poder capitalista, estatista, patriarcal e antropocêntrica (Santos, 2000; 2007). Tais sujeitos coletivos, com destaque para aqueles considerados minoritários<sup>6</sup> (Porto-Gonçalves, 2006; 2012; Haesbaert, 2021), vêm (re)construindo, desde o cotidiano, em estreita ligação com a terra, múltiplas estratégias de (re)existência para a (re)produção da vida, gerando importantes lições e oportunidades de aprendizagem sobre resiliência e esperança em tempos de crises, guardando inúmeros e severos desafios, mas também potencialidades capazes de inspirar, inclusive, a formulação de políticas públicas inovadoras (Kothari, 2021; Ferreira; Felício, 2021).

Construído desde bases ontológicas e epistemológicas múltiplas, distintas àquelas que orientam o pensamento ocidental-moderno hegemônico, o pluriverso<sup>7</sup> de modos de

---

<sup>6</sup> Grupos sociais minoritários são assim denominados não por sua expressão reduzida em termos estatísticos, mas sim devido à discriminação e exclusão sofridas por determinados grupos sociais, como indígenas e mulheres, refletindo-se em uma limitada representatividade destes nos espaços de poder.

<sup>7</sup> Pluralismo de conceitos, cosmovisões e práticas sintonizados com os princípios de justiça social e ecológica, engajados na construção de “um mundo onde caibam outros mundos”, segundo princípios zapatistas, em contraste com o universalismo propagado pela modernidade ocidental. Nesse sentido, na obra “Pluriverso: um



organização social e produtiva comunitários contra-hegemônicos (Escobar, 2018; De La Cadena; Blaser, 2018; Kothari et al., 2019) parece revelar, com efeito, capacidades coletivas social e ambientalmente transformadoras, fornecendo também pistas para um leque de reflexões críticas às limitações do paradigma da modernidade para o enfrentamento das policrises contemporâneas (Morin, 2005; Santos, 2000; 2007; 2020).

Isso porque, como profundamente debatido por Morin (2005), o paradigma da modernidade vem sendo marcado por concepções disjuntivas da realidade que tendem a reduzir as complexas interrelações da existência a modos cartesianos, reducionistas e disjuntivos de compreender o mundo, que tendem a restringir o horizonte de possibilidades de pensamento e ação. Entretanto, no bojo da Teoria Crítica ao Desenvolvimento<sup>8</sup>, o horizonte imaginativo e prefigurativo de possibilidades ético-políticas alternativas vem se ampliando, justamente, a partir de um conjunto plural e heterogêneo de experiências territorializadas, construídas desde as lutas emancipatórias e cotidianas situadas, majoritariamente, às margens do capitalismo, no Sul Global<sup>9</sup>, as quais, não raro, são invisibilizadas, desconsideradas e inviabilizadas pela sociedade dominante.

Nesse contexto, a noção de Bem Viver, enquanto uma perspectiva de pós-desenvolvimento proveniente da América Latina, inspira o debate sobre vias alternativas ao modelo hegemônico desenvolvimentista, sendo entendida não como mais um caminho derivativo para se pensar e incrementar seus processos, mas sim como via potencial para se colocar em questão a própria noção de desenvolvimento em si, capaz de abrir o campo de horizontes imaginativos de futuro, a partir de outras concepções da natureza das relações, dos

---

dicionário do pós-desenvolvimento” (KOTHARI et al., 2019), os autores Ashih Kothari (Índia), Ariel Salleh (Austrália), Arturo Escobar (Colômbia), Federico Demaria (Espanha) e Alberto Acosta (Equador) mapeiam ao redor do mundo e reúnem cerca de 15 soluções “*mainstream*” e mais de 90 alternativas “radicais” que desafiam o *status quo* com essa perspectiva.

<sup>8</sup> Nesse campo, pode-se destacar como uma das obras fundantes o “Dicionário do Desenvolvimento” de Wolfgang Sachs (1992). Ao criticar as bases coloniais-modernas da economia capitalista neoliberal, advogando em favor de uma transformação paradigmática, em articulação com o campo epistêmico e econômico, o autor discute a vinculação da narrativa usual sobre desenvolvimento a interesses imperialistas, a qual, não raro, oculta os desafios que, inicialmente, propôs resolver, como a fome e a pobreza. Para a superação de seus impasses, seria necessário, por conseguinte, pensar em alternativas sistêmicas, interdisciplinares e interculturais, em um horizonte de pós-desenvolvimento.

<sup>9</sup> A noção de Sul Global se vincula às desiguais relações de poder geopolíticas e coincide, em parte, com aspectos relativos à cartografia dos continentes. Em articulação com a dimensão econômica, a suposta supremacia das culturas de matriz eurocêntrica sobre as demais constitui-se como um aspecto estruturante do projeto imperialista do Norte Global. Essas intrincadas relações de fundo etno-racial legitimam uma lógica extrativista (neo)colonial, debatida em profundidade por Boaventura de Sousa Santos (2007) e outros pensadores que advogam por um “pensamento do sul”, nos termos de Edgar Morin (2011). Uma de suas expressões marcantes, decorre da (neo)colonização epistêmica (MIGNOLO, 2003), sob a (re)produção de estereótipos e discriminantes intersubjetivos, sendo este talvez seu eixo mais complexo de se conceber e criticar abertamente (SANTOS, 2007).



problemas contemporâneos e das possíveis soluções (Acosta, 2016; Gudynas, 2011; Walsh, 2010; Alcântara; Sampaio, 2017; 2020; Sampaio et al., 2022; Krenak, 2020; Santos, 2020).

Dentre as três vertentes ideológicas que guardam a pluralidade do Bem Viver – a “indigenista-pachamamista”, a “socialista-estatista” e a do “pós-desenvolvimento-ecologista” – conforme a perspectiva trina proposta por Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017) e detalhada por Sampaio, Alcântara e Vieira (2022), o presente ensaio enfatiza o terceiro enfoque, reconhecendo, entretanto, a importância dos múltiplos saberes e fazeres vinculados às ecossocioeconomias (Sampaio et al., 2018) para articular as distintas vertentes e integrar as abordagens setoriais, identitárias e culturais, políticas e sociais, econômicas e ambientais.

Partindo desta breve contextualização introdutória, ao considerar os aportes teóricos-metodológicos decoloniais latino-americanos e as propostas afins problematizadas na literatura associada ao pluriverso, o presente ensaio teórico se apoia, portanto, em uma perspectiva de Bem Viver, buscando iluminar as dinâmicas que perpassam o processo de construção de (novas) territorialidades. Com base na revisão da literatura acadêmica, esse ensaio se inspira na leitura das narrativas e das práticas socioambientais vinculadas ao assim denominado pluriverso, tendo como objetivo discutir, criticamente, os princípios ético-políticos enquanto pistas para uma transição epistemológica, e mesmo ontológica e paradigmática<sup>10</sup> de sociedade, pela perspectiva das Epistemologias do Sul<sup>11</sup>.

Reconhecendo os atravessamentos da colonialidade do poder<sup>12</sup> (Quijano, 2000) expressos em bases culturais ocidentais, busca-se, em última instância, reafirmar a importância dos movimentos propositivos de rompimento com as tendências das narrativas

---

<sup>10</sup> A transição paradigmática, segundo Boaventura de Souza Santos (2021) abrange um longo processo, no qual as “cinco monoculturas” que caracterizam os sistemas capitalísticos dão lugar à expansão de “cinco ecologias”: da monocultura do saber rigoroso às ecologias de saberes; da monocultura do tempo linear às ecologias das temporalidades; da monocultura da classificação social ex-natura à ecologia das diferenças e dos reconhecimentos; da monocultura da escala dominante à ecologia das trans-escalas; e da monocultura do produtivismo capitalista à ecologia de produtividade (SANTOS, 2021).

<sup>11</sup> As Epistemologias do Sul, conforme discutido pelo mesmo autor (SANTOS, 2007), vem contribuindo para promover a expansão de imaginários políticos para além das “linhas cartográficas abissais” que demarcam o esgotamento intelectual e político do denominado “Norte Global”, traduzido na incapacidade de enfrentamento dos desafios e ameaças prementes. Partindo do entendimento de que as “linhas cartográficas abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era moderna-colonial, permanecem no pensamento pós-moderno ocidental, permeando as relações políticas e culturais excludentes. A injustiça social global estaria, assim, estreitamente associada à uma injustiça cognitiva global e a luta por justiça social global requer, por conseguinte, um pensamento “pós-abissal”, ecológico, cujos princípios ético-políticos constituem as premissas programáticas de uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007).

<sup>12</sup> Cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), enquanto conceito, a colonialidade do poder articula o legado do colonialismo europeu à ordem social contemporânea, constituinte da subjetividade e do padrão de poder mundial capitalista, moderno-colonial e eurocêntrico, baseado, fundamentalmente, na ideia de raça, enquanto categoria criada com o intuito de naturalizar uma suposta condição de inferioridade dos colonizados em relação aos colonizadores.



dominantes sobre desenvolvimento e suas práticas correspondentes, nutrindo-se de referências e sistemas de conhecimento que transcendem a visão moderna e eurocêntrica de mundo, também no sentido de buscar “descolonizar” o debate em torno da agenda socioambiental e das políticas públicas multissetoriais transversais.

## **2. Os rastros do pluriverso e as pistas para uma travessia epistemológica**

À luz do exposto, diante dos múltiplos desafios socioambientais contemporâneo, diversos grupos sociais, ao enfrentarem condições de vulnerabilidade ao redor do globo, sobretudo na América Latina, vêm tentando promover, criativamente, vias propositivas de ação e de micropolítica na linha de frente de seus territórios (Kothari et al., 2019; Ferreira; Felicio, 2021). Com base em arranjos de organização social e produtiva inovadoras – a exemplo do emprego de práticas agroecológicas e agroflorestais como base para a promoção da soberania alimentar e da democracia econômica, alinhadas ao compromisso de restauração ecológica e conservação da biodiversidade, salvaguardando a valorização de diferentes saberes e das identidades culturais – essas iniciativas vêm se constituindo como alternativas sistêmicas, potencialmente transformadoras, ao incidirem em vários campos da vida em sociedade, contribuindo para gerar inúmeros benefícios, recebendo por isso cada vez mais atenção de pesquisas acadêmicas.

Ao serem pensadas e experienciadas na microescala das territorialidades, das próprias comunidades, em suas especificidades e singularidades, estas alternativas vêm abrindo um leque de possibilidades adaptáveis a diversos contextos sociais, guardando um potencial pedagógico para processos de aprendizagem, realizados com base na vivência, na troca de experiências, na solidariedade e na interculturalidade. Nesse sentido, essas iniciativas podem ser compreendidas como catalizadoras de transformações societárias desejáveis e, por essa razão, deveriam ser, cada vez mais, consideradas nos debates em curso sobre caminhos para uma transição justa e ecológica, principalmente no contexto pós-pandemia de Covid-19, aqui compreendida como um alerta às condições de vulnerabilidade humana, face à crise ecológica.

Frente às incertezas em curso, contudo, o suporte financeiro e os investimentos necessários em políticas públicas dirigidas à governança nesse sentido – cruciais para o enfrentamento de um aumento global médio de temperatura superior à 2°C até o final do século (IPCC, 2021) – são ainda claramente insuficientes diante da complexidade dos desafios



a serem enfrentados pelos países, relativos à adaptação, mitigação, justiça e resiliência climáticas (IPCC, 2022a; 2022b). E assim, em um cenário de limiar civilizatório, expresso nos mais recentes estudos da ciência do sistema Terra sobre a preocupante situação dos limites biofísicos planetários<sup>13</sup> (Richardson et al., 2023), se reforça a urgência de se efetivar, sistemicamente, outras vias de convivialidade e sociabilidade, que transcendam o *modus operandi e vivendi* capitalístico neoliberal, rumo à (re)construção de caminhos a futuros possíveis que sejam sustentáveis, resilientes e equitativos.

Isso porque, ao ter dissociado sociedade e natureza, sujeito e objeto, corpo e mente, razão e afeto, e ter se tornado globalizada e hegemônica, a racionalidade moderna/colonial vem contribuindo para a consolidação de uma estratificação social que está na origem das relações dicotômicas e hierarquizadas, aprofundando as desigualdades socioeconômicas e evidenciando, mais do que nunca, a insustentabilidade ecológica de um modelo mental de desenvolvimento, diante dos imperativos da emergência climática cada vez mais notável (Chancel et al., 2023).

Nessa complexa dinâmica, o dualismo associado a uma herança epistêmica eurocêntrica, tende a dificultar uma reflexão mais profunda e sistêmica sobre a crise civilizatória, com vínculos à sua dimensão ético-política, contribuindo, também, para desqualificar os saberes e as práticas culturais de grupos humanos, pejorativamente enquadrados como “primitivos” e “atrasados”, em contraposição às sociedades “desenvolvidas” e “avançadas”<sup>14</sup>, segundo o pensamento hegemônico. Assim, conforme denunciado por Ailton Krenak (2019), vem se aprofundando um abismo entre os sentidos de tradição e modernidade, a partir de rupturas com as bases fundantes da história e da

---

<sup>13</sup> “Esta atualização da estrutura dos limites planetários constata que seis dos nove limites foram transgredidos, sugerindo que a Terra está agora bem fora do espaço operacional seguro para a humanidade. A acidificação dos oceanos está perto de ser violado, enquanto o carregamento de aerossóis excede regionalmente o limite. Os níveis de ozônio estratosférico recuperaram ligeiramente. O nível de transgressão aumentou para todos os limites anteriormente identificados como ultrapassados. Como a produção primária impulsiona as funções da biosfera do sistema terrestre, a apropriação humana da produção primária líquida é proposta como uma variável de controle para a integridade funcional da biosfera. Este limite também é transgredido. A modelagem de diferentes níveis de transgressão dos limites das mudanças climáticas e do uso da terra ilustra que esses impactos antropogênicos no sistema terrestre devem ser considerados em um contexto sistêmico” (Richardson et al, 2023, p.1, tradução livre com grifos nossos).

<sup>14</sup> Este parece ser o caso do tratamento conferido aos povos e comunidades tradicionais, e também àqueles periféricos e rurais, no Brasil. Cabe ressaltar ainda que diferentes definições vêm sendo dirigidas às denominadas comunidades tradicionais na América Latina. Na legislação brasileira, atualmente, são reconhecidas 28 categorias distintas de comunidades tradicionais e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais as concebe como sendo “grupos culturalmente diversos que se reconhecem como tal, com formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, sendo os conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).



ancestralidade, da complexa constelação de modos de vida e formas de organização social em resistência, sobretudo no Sul Global, reforçando “as linhas cartográficas do pensamento abissal”, conforme discutido por Boaventura Souza Santos (2007).

O processo sócio-histórico de desqualificação do conjunto de valores socioculturais, distintos dos ocidentais, revela uma crise de percepção de mundo, discutida em profundidade na obra de Adichie (2018). A autora alerta para o perigo da construção de uma “história única”, circunscrevendo os imaginários coletivos a estereótipos universalizantes, e para o fato de a produção de narrativas não estar isenta de intencionalidades, sendo permeada por ideais associados às relações de poder. Desse modo, considerando a inexistência de narrativas neutras ou imparciais, mas como a tradução de distintos modos de ser e pensar, compreender e estar no mundo, adotar uma única leitura homogeneizante sobre a realidade tende a restringir o imaginário e o campo de possibilidades para atravessar os turbulentos tempos contemporâneos. Por essa razão, a valorização e o reconhecimento da diversidade de racionalidades envolvidas nas leituras da realidade tendem a ser cruciais, tanto para que se possa analisar, criticamente, as estruturas subjacentes à crise civilizatória, vinculadas aos imperativos de desenvolvimento que sustentam os padrões da racionalidade dominante, como para ampliar o repertório de caminhos possíveis frente aos desafios.

Compreendida enquanto uma ideologia, ou seja, uma visão social construída em articulação com os ideais de modernização, a noção vigente de desenvolvimento reafirmaria a dinâmica econômica expansionista, como condição necessária a um modelo de vida, urbano e industrial, “universalmente” almejado, a ser “inevitavelmente” seguido e reproduzido por todos, o que denotaria, na atualidade, segundo Sachs (1992, p.4), uma “ruína na paisagem intelectual”. Em contraponto, os diálogos e interações interculturais no âmbito do pluriverso tenderiam, por outro lado, a promover ideais plurais sobre bem-estar, mediante a descolonização de imaginários e a construção de relações alicerçadas nas noções de interdependência e complementariedade (Leff, 2006; Santos, 2007; Dilger et al., 2016).

Nesse debate, transcender a perspectiva convencional sobre a polissêmica noção de sustentabilidade, como uma visão que busca reeditar práticas coloniais e (neo)extrativistas, implicaria em reconhecer outras racionalidades ambientais coexistentes, nos termos de Leff (2006), enraizadas em cosmovisões que reafirmam os modos de existência na intrínseca indissociabilidade entre natureza e cultura, como traduzido no paradigma do Bem Viver. Concebido por Acosta (2016) como “uma oportunidade para imaginar outros mundos”, essa perspectiva (re)construída na confluência entre as cosmovisões indígenas e o pensamento



crítico na América Latina, vem se consolidando como uma potente plataforma para a construção sócio-histórica de uma nova práxis política, buscando alinhar as dimensões de identidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica, articuladas à resignificação das relações do ser consigo mesmo e com os outros seres, humanos e não-humanos (Acosta, 2016; Gudynas, 2011; Walsh, 2010; Hidalgo-Capitán; Cubillo-Guevara, 2017).

Contudo, não parece ser simples traduzir as expressões de Bem Viver em breves palavras. Mais do que um conceito ou uma noção, esse paradigma vem iluminar os modos de ser e a visão de mundo de sujeitos coletivos, construídos desde uma matriz singular de significados. Expressando a experiência vivida pelos povos e pelas comunidades andinas e amazônicas, traduzindo os sentidos do *sumak kawsay* quéchua e do *suma qamaña* aymara (Acosta, 2016), o Bem Viver se associa à uma conduta inspirada em racionalidades ambientais outras (Leff, 2006), enquanto um movimento de contraponto ao critério econômico como predominante da racionalidade social.

Com essa perspectiva, Krenak (2020) define o Bem Viver ao mesmo tempo como memória e como horizonte, perpassando a existência presente. Por um lado, uma memória pré-colonial e tradicional dos povos originários, por outro lado, um sentido de protesto e luta contra os excessos do capitalismo agroindustrial globalizado. Nesse caso, as alternativas políticas do presente se sustentariam nas raízes orgânicas da memória ancestral, como fontes de energia vital a mover a construção de processos autônomos para o enfrentamento das contradições inerentes à transformação das sociedades, em busca por uma convivência sensível entre o ser, o outro e os demais seres da natureza, constituintes do próprio cosmo vivo, compreendido como um todo indissociável em suas contradições (Krenak, 2020).

Inspirando este exercício exploratório de pesquisa, um dos principais expoente do debate sobre as Epistemologias do Sul (Santos, 2007), o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, propõe o que denomina como uma “sociologia das emergências”, visando à: “Amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido, tanto no que diz respeito à compreensão, como à transformação do mundo” (SANTOS, 2007, p. 23).

Segundo o autor, no contexto de um mundo em crise, o conjunto das redes e iniciativas que compõem o considerado “cosmopolitismo subalterno”<sup>15</sup> (Santos, 2007)

---

<sup>15</sup> Segundo Santos (2007), o cosmopolitismo subalterno manifesta-se “através de projetos emancipatórios, cujas reivindicações e critérios de inclusão social vão além dos horizontes do capitalismo global e, apesar do seu caráter ser ainda embrionário, constituiria uma globalização contra-hegemônica, composta por um vasto



salvaguardaria as potencialidades para uma transição epistemológica, como condição *sine qua non* aos imperativos de transformação das realidades sociais. Essa afirmação está em sintonia com as perspectivas de pós-desenvolvimento do pluriverso aqui situadas, ao partir da compreensão de que os processos de exclusão social e degradação ambiental constituem “duas faces da mesma moeda”, sendo ambos desdobramentos emergentes e indissociáveis, com origem nas históricas relações de poder político-econômico entre o Norte e o Sul Global.

Consubstanciando esse debate, a matriz síntese de análise construída apresenta, a seguir, uma sistematização das pistas conferidas pelos rastros do pluriverso de alternativas sistêmicas comunitárias, visando contribuir para identificar, em diversas dimensões de existência, os princípios ético-políticos associados às transições justas e ecológicas. No plano epistemológico, em tempos de fronteiras paradigmáticas (Santos, 2000), para se (re)pensar a travessia rumo a futuros decoloniais, o sentido do Bem Viver, a síntese dessa reflexão está apresentada na sequência, logo após a matriz (Quadro 1).

Quadro 1 - Matriz-síntese de análise dos princípios ético-políticos associados aos rastros do pluriverso

<b>Dimensões</b>	<b>Pistas para as Transições Desejáveis no Sentido do Bem Viver</b>
Expressão Política	Luta, resistência e micropolítica com base na descentralização do poder e na participação direta. Busca pela ampliação do diálogo comunitário e da atuação em rede. Atuação nas instâncias de participação social no plano governamental. Reconhecimento das micropolíticas de autogestão e de formas de governança voltadas à autonomia e emancipação coletivas. Valorização de práticas democráticas e coletivas de tomada de decisões. Negociações e construções de pactos por vias horizontais, circulares e participativas de tomada de decisão.
Produção de Conhecimento	Reconhecimento dos diferentes modos de apreender e conhecer a realidade. Compreensão da realidade como um sistema complexo e integrado. Aproximação entre cognição e afeto, razão e emoção, mente e corpo. Valorização dos saberes locais, tradicionais e intergeracionais, ancestrais e sacros, e da transmissão de conhecimentos pela via da oralidade e da experiência. Produção de conhecimentos a partir da incorporação de novos e exógenos elementos para o fortalecimento das autonomias comunitárias. Valorização dos métodos empíricos de investigação e experimentação, das territorialidades comunitárias e das relações horizontais entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa.
Bases da Educação	Promoção de processos formativos formais e informais de educação popular. Valorização e inclusão dos conhecimentos ancestrais nos processos

conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural, gerada pelo atual modelo de capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal” (2007, p.23).



	<p>formativos, reedição de práticas contextualizadas e produção de inovações em tecnologias sociais. Valorização de pedagogias e processos de aprendizagem práticos e contextualizados. Valorização dos conhecimentos que estão para além das fronteiras que usualmente separam as disciplinas acadêmicas. Busca pela interculturalidade através da criação de espaço-tempo para a troca de saberes e construção de práticas dialógicas no processo de ensino-aprendizagem. Reconhecimento da transmissão de saberes orais, para além de registros escritos. Reconhecimento das práticas corporais, como danças, jogos e manifestações artísticas como caminhos pedagógicos.</p>
Relação com o Ambiente	<p>Conexão entre humanos e não-humanos. Sentidos de pertencimento à natureza. Valorização dos bens naturais preservados. Busca pela produção de tecnologias sociais para a redução dos impactos ambientais negativos relacionados ao uso e ocupação do solo. Busca pelo cuidado e respeito no uso dos bens comuns. Desenvolvimento de práticas regenerativas*.</p>
Vida em Coletivo	<p>Construção de laços comunitários. Inclusão produtiva de mulheres, jovens e anciãos. Cuidado com a não-ruptura intergeracional. Busca por relações pautadas pela confiança e apoio mútuo, pela equidade étnico-racial, de gênero, classe e de direitos. Práticas horizontais e descentralizadas de autogestão e de organização social do trabalho. Processos participativos com salvaguarda da representatividade nos processos de tomada de decisão. Práticas de partilha emocional e de gestão de conflitos. Compartilhamento de ferramentas de trabalho, de rituais, de festas e celebrações, refeições, meios de transporte, realização de mutirões, entre outras construções coletivas.</p>
Expressão da Cultura	<p>Reconhecimento e valorização das diversidades socioculturais, buscando a superação de critérios de raça, religião e cultura através do respeito à diferença, concebida, por sua vez, como complementar. Reconhecimento da indissociabilidade entre autoconhecimento, transformação individual e coletiva. Expressão das artes, também associadas à espiritualidade, com ênfase ao sentido de pertencimento e ao sagrado.</p>
Bases da Economia e da Inclusão Produtiva	<p>Sistemas econômicos solidários, circulares, locais e diversificados, com foco nas cadeias regionais. Práticas colaborativas de trabalho e cuidado com os bens comuns, baseadas em atividades produtivas diversificadas. Uso multifuncional do território, integrando produção agrícola, turismo pedagógico, projetos educativos, culturais e de saúde, voluntariado, entre outras atividades produtivas envolvendo a salvaguarda da representatividade dos grupos sociais. Envolve mutirões, sistemas de trocas, criação de moedas sociais, propriedade coletiva da terra e de edificações, compartilhamento de ferramentas de trabalho, assim como a geração de renda por meio de práticas regenerativas. Valorização da economia baseada em associativismos e redes de solidariedade.</p>
Bases da Produção Agrícola	<p>Ênfase na agroecologia, na produção para autoconsumo familiar e comunitário, na policultura, na produção intensiva com uso de insumos biológicos, baseados em sistemas agrícolas tradicionais e em práticas permaculturais. Priorização da segurança e da soberania alimentar, das cadeias curtas de produção e consumo e de arranjos locais e regionais. Conservação comunitária de sementes crioulas. Sistemas de trocas de sementes e de alimentos, também na conexão entre campo, cidade e com territórios distantes. Valorização do campo como lugar produtivo e de vida social. Beneficiamento de alimentos e produtos em pequenas agroindústrias autogeridas.</p>



Governança Territorial	Governança territorial comunitária. Reconhecimento das diferentes formas de organização e reprodução sociais, a partir do compartilhamento de saberes e práticas. Retomadas e recuperação de territórios ancestrais. Autodemarkação e retomada de territórios coletivos e autodeterminação dos usos da terra. Reconhecimento da multifuncionalidade dos territórios. Valorização dos movimentos de reivindicação, luta e emancipação comunitária, com base no reconhecimento das territorialidades.
Elementos de Cuidado em Saúde	Compreensão holística de saúde. Construção de uma ética coletiva e circular do cuidado no cotidiano comunitário. Reconhecimento das práticas ancestrais de cura, mediante a valorização das tradições no trabalho das parteiras, benzedeiras e erveiras. Busca pela restauração do equilíbrio multidimensional e saúde do ser. Identificação e valorização do cultivo comunitário de plantas medicinais. Beneficiamento da biodiversidade para o bem-estar coletivo. Banho de florestas e de imersão espiritual, em interação com os elementos vivos.
Espiritualidade e Ancestralidade	Busca por respeito à sacralidade da existência. Politeísmo. Pluralidade de crenças, rituais sagrados e elementos místicos e mágicos. Práticas introspectivas de contemplação e conexão espiritual com outros elementos da natureza. Reverência à vida como sagrada. Valorização da natureza animada e encantada, com respeito às diferentes crenças, ritos e mitos comunitários. Reverência aos ancestrais e encantados e às tradições coletivas. Conexão e respeito aos elementos minerais, vegetais e animais, às energias e seres invisíveis constituintes das paisagens, patrimônios e monumentos bioculturais, considerados partes inteligentes integrantes do cosmo vivo e sagrado, com direitos próprios.
Cosmologias Inspiradoras	Referência ao <i>Bem Viver</i> e à busca pela felicidade e qualidade de vida individual e coletiva, abrangendo elementos humanos e não-humanos. Respeito às múltiplas visões de mundo, sobretudo, àquelas dos povos originários. Compreensão da complexidade ontológica. Tolerância às crenças e aos conjuntos de referências culturais que expressam o pertencimento ao coletivo. Noção das relações de interdependência e complementariedade.

\*Tais como: bioconstrução, permacultura, tratamento ecológico de efluentes, captação de água da chuva, compostagem dos resíduos orgânicos, reciclagem de materiais, restauração de ecossistemas terrestres e aquáticos associada à produção de alimentos e de plantas medicinais, com base na biodiversidade local, identificação de espécies nativas de plantas e fungos alimentícios não convencionais, extrativismo com respeito à sabedoria ecológica e aos ciclos vitais, geração de energia limpa/renovável de forma descentralizada, etc.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O Quadro 1 ilustra algumas das singularidades associadas ao pluriverso de alternativas sistêmicas comunitárias, com destaque para certas peculiaridades em contraponto aos padrões universalizantes, mecanicistas e dicotomizados, associados ao pensamento ocidental hegemônico. Oriundas de sistemas vivos em permanente co-criação, as pistas apreendidas a partir dos rastros das (novas) territorialidades do Sul Global parecem apontar para (novos) horizontes nos diversos âmbitos da vida social e dimensões da existência.

Refletidas na indissociabilidade entre os campos mais concretos da vida em sociedade, como trabalho e lazer, educação e política, economia e cultura, assim como discutido por



Nasri et e colaboradores (2023). As relações de interconectividade e interdependência também se apresentam entre as dimensões subjetivas e intersubjetivas, expressos nos sentidos de espiritualidade, ancestralidade e nas cosmologias envolvidas e, assim, as práticas e as narrativas traduzidas na literatura pluriversa parecem apontar para a potência do coletivo na construção de caminhos criativos para a superação de desafios socioambientais e ético-políticos contemporâneos.

Outro aspecto relevante nessa reflexão, que se origina da análise das pistas elencadas, se refere à dimensão espaço-temporal envolvida. Isso porque, ao centrar-se nas territorialidades, o pluriverso de alternativas sistêmicas situa e contextualiza soluções possíveis aos desafios globais no nível local, sendo essas ali criativamente pensadas, vividas e adaptadas pelos distintos grupos sociais, em conexão com os elementos não-humanos. Nesse movimento de “fricção” (Krenak, 2020), a dimensão espaço-temporal ganha contornos cíclicos e inclusivos, atravessando a dinâmica da existência, desde as relações dialéticas entre tradição e inovação, como entre natureza e cultura, que permeiam as realidades vivas do presente.

Essa leitura representa um real contraponto às promessas inalcançáveis de futuro provenientes dos recorrentes discursos hegemônicos de cunho neoliberal que predominam nas narrativas contemporâneas. Por essa perspectiva, a emergência de uma via para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, ancorada na dinâmica da vida cotidiana, tende a favorecer soluções comunitárias aplicadas ao equacionamento de questões globais urgentes, dentre as quais, aquelas associadas à complexa agenda socioambiental. Por meio de uma perspectiva sistêmica, as pistas fornecidas pelos rastros do pluriverso poderiam inspirar processos mais inclusivos e democráticos do que aqueles construídos e impostos, historicamente, pela narrativa única e homogeneizante do sistema-mundo colonial-moderno, em categorias mais estanques.

A partir do Quadro 1, é possível apreender, ainda, algumas pistas para uma transição epistemológica, em articulação com a compreensão sobre as dinâmicas espaço-temporais envolvidas. Um esforço com esse direcionamento representaria um movimento de contraponto ao enquadramento da realidade em esquemas conceituais simplificadores, formulados a priori, que aprisionam e, por vezes, silenciam nuances singulares e essenciais que permeiam as múltiplas territorialidades no cotidiano, reveladas a partir da construção de relações de confiança e respeito ao tempo comunitário.



Ademais, no que tange à transição epistemológica, um aspecto transversal expresso nos rastros do pluriverso de alternativas comunitárias refere-se à necessidade de ampliação de horizontes, não prospectivos, mas sim existenciais, a partir do reconhecimento das distintas subjetividades e visões de mundo que permeiam a dimensão do sensível, que não pode ser apreendida apenas pela racionalidade. Nesse caso, o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos experienciais e dos elementos mágicos, sacros e encantados que permeiam a vida, parecem ser fundamentais para a construção pedagógica dos referenciais culturais e identitários que fortalecem o sentido de pertencimento ao coletivo. Por sua vez, o próprio sentido de pertencimento comunitário tende a ser essencial, tanto para a construção de alternativas, como para a adesão dos sujeitos coletivos ao movimento de enfrentamento aos desafios contemporâneos globais que influenciam fortemente as dinâmicas socioecológicas locais (Costa; Mendes, 2014; Costa; Silva, 2015).

Pelas razões expostas, as narrativas e práticas socioambientais comunitárias associadas ao pluriverso parecem traduzir um potencial ilimitado para se (re)pensar caminhos para uma possível “metamorfose civilizacional”, conforme defendido por Morin (2020). A construção de uma “democracia ecológica radical”, nesse sentido, seria enraizada em uma série de valores potencialmente subjacentes a esse movimento, como: solidariedade, dignidade, salvaguarda de direitos, reconhecimento da diversidade, autonomia, liberdade, autoconfiança, autodeterminação, simplicidade, não violência e respeito por todas as formas de vida (Kothari, 2021).

Nesse processo de forte base intercultural e sociopolítica, cosmovisões antigas e modernas se articulariam para o enfrentamento dos desafios e das contradições inerentes aos movimentos de transformação, reafirmando princípios ético-políticos convergentes, também na relação entre conhecimentos acadêmicos e comunitários, os quais poderiam confluir como híbridas e potentes sementes de contracultura (Cusicanqui, 2018) e contracoloniais (Bispo dos Santos, 2015). Mover-se por meio das cosmpolíticas da terra, em direção a uma “democracia ecológica radical” (Kothari, 2021), parece requerer, sobretudo, a tessitura de (novas) territorialidades, conectadas através de redes e relações horizontais de colaboração em amplas alianças comprometidas com a construção de uma nova dinâmica mundial, justa e ecológica, sustentável, o que parece sugerir uma outra leitura de globalização, contra-hegemônica, como defendem Enrique Leff (2006) e Boaventura Sousa Santos (2007) e tantos/as outros/as autores/as.



Nessa direção, as (novas) territorialidades tenderiam a ser viabilizadas por meio de ecossocioeconomias (Sampaio et al., 2018) pautadas na criação e/ou no reavivamento de meios de subsistência dignos, seguros e autossuficientes, baseados nas potencialidades dos territórios e das culturas, conectados às demais inteligências planetárias. Ao avançarem, gradativamente, na direção de novos horizontes e práticas associadas aos diversos âmbitos da vida social, segundo o argumento de Sampaio, Alcântara e Vieira (2022), as iniciativas associadas ao Bem Viver podem também inspirar caminhos inovadores para políticas públicas, “[...] visando reenquadrar políticas sociais, fiscais e monetárias; apoiar as pequenas e médias empresas e o setor informal; direcionar recursos para contingentes socialmente excluídos; e reduzir impostos e taxas de juros [...]” (Sampaio, Alcântara e Vieira, 2022, p.172).

Tal abordagem em políticas públicas seria, por sua vez, consubstanciada por epistemologias alinhadas aos princípios ético-políticos anteriormente mencionados, envolvendo os compromissos de sustentabilidade ecológica, equidade social e identidade cultural, em associação à perspectiva trina do Bem Viver e centradas, especialmente, na representatividade e na escuta aos grupos sociais desprivilegiados considerados “minoritários”. Essas travessias envolvem a desconstrução de paradigmas arraigados e, por essa razão, implicariam em questionamentos e desconfortos permanentes e desafiadores. Contudo, os rastros do pluriverso de alternativas sistêmicas vêm delineando, no presente, inúmeras pistas para inspirar essas transições que parecem urgentes e essenciais para reimaginar possibilidades e caminhos ao alcance de futuros desejáveis.

### **3. Pistas Finais para as Transições Desejáveis**

A imersão na literatura pluriversa que tangencia o debate crítico sobre pós-desenvolvimento permitiu identificar inúmeras pistas às transições desejáveis no sentido do Bem Viver. No plano epistemológico, uma das principais pistas emergentes se refere ao reconhecimento dos princípios ético-políticos associados aos sentidos de pertencimento, refletidos na ressignificação das relações do ser consigo mesmo (identidade cultural), com o outro (equidade social) e com os demais seres da natureza (sustentabilidade ecológica), segundo uma ética comunitária associada ao Bem Viver.

Isso porque, embora o pluriverso de experiências seja extremamente diversificado em suas origens e práticas socioambientais, também permeado por erros, acertos e inúmeros conflitos e contradições, a premissa básica que o orienta, se fundamenta no resgate e/ou na



salvaguarda da governança comunitária dos bens comuns. Consubstanciando a construção de tecnologias sociais para o enfrentamento dos desafios cotidianos, a potência do protagonismo comunitário, parece ocorrer, justamente, em função do reconhecimento das contradições e dos conflitos como inerentes aos processos de coletivização, tendo como premissa o respeito à alteridade e às diferenças, fundadas em sentidos de interdependência e complementaridade entre os humanos e também entre estes e os não-humanos.

Na articulação entre as dimensões econômicas, sociais, ecológicas, culturais e ético-políticas que caracterizam a vida em sociedade, busca-se a transcendência a racionalidade instrumental e utilitária que permeia a narrativa da “história única” associada às relações de poder no sistema-mundo capitalista, moderno, colonial, patriarcal e antropocêntrico. Assim, não se pode perder de vista nesse debate, sobretudo, que uma transição epistemológica, e mesmo ontológica, paradigmática, parece ser condição básica para uma transição socioecológica. Este caminho por sua vez, implica na revisão das bases ético-políticas que permeiam a crise civilizatória atual, atrelada a uma profunda crise de valores intersubjetivos relacionados ao sentido de convivência com o contraditório e com a diferença.

Por conseguinte, tendo a literatura acadêmica como pano de fundo, parece possível afirmar que a luta emancipatória no horizonte desejável de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável implicaria no reconhecimento da pluralidade de modos de organização e reprodução da existência nos territórios. Assim, através da valorização da dimensão local na identificação de práticas inovadoras e de soluções criativas desenvolvidas no cotidiano, talvez seja possível alcançar o redirecionamento de uma lógica que esteve historicamente centrada no indivíduo, na tentativa de destacar a potência da colaboração em coletivo.

Com base nas pistas de experiências comunitárias, difundidas e discutidas na literatura pluriversal, cabe também reconhecer, no entanto, os inúmeros desafios e a complexidade envolvida na apreensão dos significados e sentidos que constroem e reconstroem as pluriversas territorialidades que, por sua vez, abrangem distintos e diversos contextos e realidades sociais.

Portanto, como uma via epistemológica contra-hegemônica, concebida para iluminar certas nuances singulares que permeiam narrativas e práticas socioambientais contextualizadas, o caminho às transições necessárias apontado nesse ensaio parte não de certezas, mas sim de rastros sutis, tendo como premissa a escuta atenta à pluralidade de vozes



que parecem estar contribuindo, com suas próprias trajetórias e temporalidades para a construção de bons conviveres possíveis.

## Referências

- Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante.
- Adichie, C. N. (2018). *O perigo de uma história única*. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Universidade Federal do Paraná, 40, 231-251, abr.
- Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2020). Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Universidade Federal do Paraná, 53, 78- 101, jan/jun.
- Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCT.
- Brasil. (2007). Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*.
- Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Org.). (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Chancel et al. (2023). *Climate Inequality Report 2023*, World Inequality Lab Study 2023/1. 149p.
- Costa, S. L. & Mendes, R. (Org.) (2014). *Redes sociais territoriais*. Editora FAPUNIFESP. 221p.
- Costa, S. L. & Silva, C. R. C. (2015). Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10 (2), p. 283-291.
- Cusicanqui, S. R. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón.
- De La Cadena, M. & Blaser, M. (Eds.). (2018). *A World of Many Worlds*. Durham: Duke University Press. 224p.
- Dilger, G. et al. (Org.) (2016). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.



- Escobar, A. (2018). *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds* (New Ecologies for the Twenty-First Century). Duke University Press.
- Fals Borda, O. (2009). *Uma sociologia sentipensante para América Latina: antología y presentación de Víctor Manuel Moncayo*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores y CLACSO.
- Fanning, A. L. et al. (2022). The social shortfall and ecological overshoot of nations. *Nat. Sustain.* 5: 26–36.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora.
- Ferreira, J. & Felício, E. (2021). *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Teia dos Povos, Arataca. 439p.
- Fonseca, R. A. A.; Irving, M. de A.; Nasri, Y. X. G.; Ferreira, F. G. (2022). Sustainability and social transformation: the role of ecovillages in confluence with the pluriverse of community-led alternatives. *Climate Action*, Springer Journal, 1:23.
- Gudynas, E. (2011). Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina em Movimento - ALAI*, nº 462: 1-20; fevereiro.
- Haesbaert, R. (2021). *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina* / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF.
- Hidalgo-Capitán, A. L. & Cubillo-Guevara, A. P. (2017). Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano. *El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales*. International Development Policy.
- Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC. (2021). Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC. (2022a). Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC. (2022b). Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Kothari, A. et al. (Orgs.) (2019). *Pluriverse: a post-development dictionary*. Tamil Nadu: Tulika Books.
- Kothari, A. (2021). These alternative economies are inspirations for a sustainable world. *Scientific American*, 324 (6), 60-69.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.



- Krenak, A. (2020). *Caminhos para a cultura do Bem Viver*. São Paulo: Cultura do Bem Viver.
- Lander, E. (2010). Estamos vivendo uma profunda crise civilizatória. América Latina em Movimento, 452 - *Sumak Kawsay: Recuperar el sentido de vida*. Quito.
- Lang, M. (2022). Buen vivir as a territorial practice. Building a more just and sustainable life through interculturality. *Sustain. Sci.* Springer 17:1287–1299.
- Latour, B. (2020). *Imaginar gestos possíveis que barrem o retorno da produção pré-crise*. N-1 Edições.
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Maldonado-Torres, N. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e Estado*, 31 (1), Brasília, jan/abr.
- Mignolo, W. (2003). *Histórias locais, projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2011). *Para um pensamento do Sul: Diálogos com Edgar Morin*. Rio de Janeiro: SESC. Departamento Nacional.
- Morin, E. (2020). *É hora de mudarmos de via: As lições do Coronavírus*. Colaboração de Sarah Abouessalam e tradução de Ivone C. Benedetti. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Nasri, Y. X. G. N.; Irving, M. de A.; Fonseca, R. A. A. (2023). Entre festas tradicionais e lutas socioambientais: uma leitura sobre o Lazer de Base Comunitária a partir da perspectiva descolonial do Sul Global. In: SILVA, Walesson Gomes da.; TOMASI, Alessandro Rodrigo Pedroso. *Caminhos e possibilidades para os estudos do Lazer*. Eixo 9. Estudos do Lazer na perspectiva do Pensamento Decolonial, vol. II. UFMG: Editora Sarerê.
- Porto-Gonçalves, C. W. P. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Porto-Gonçalves, C. W. P. (2012). A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Florianópolis: *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, 9 (1), 16-50, jan./jul.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, 2, 342-386. Special Issue.
- Richardson, K. et al. (2023). Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Sci. Adv.* 9 (37), eadh2458.
- Sachs, W. (1992). *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Bloomsbury Academic.



- Sampaio, C. A. C., et al. (2018). Bem Viver e Ecosocioeconomias: uma síntese. *Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Universidade Federal do Paraná, 47, 121-128, out.
- Sampaio, C. A. C., et al. (2022). Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid 19. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Universidade Federal do Paraná, 59, 162-181.
- Santos, B. de S. (2000). A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência: para um novo senso comum. *A ciência e a política na transição paradigmática*, 1. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78.
- Santos, B. de S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Almedina.
- Santos, B. de S. (2021). *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. São Paulo: Boitempo.
- Scarano, F. R. (2019). *Regenerantes de Gaia*. Rio de Janeiro: Dantes Editora.
- Solón, P., et al. (Org.) (2019). *Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Editora Elefante.
- Walsh, C. (2010). Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (des)envolvimentos coloniais. *Desenvolvimento*, 53(1), 15-21.



# Facilitadores e obstáculos para adoção de tecnologia educacional em escolas básicas privadas no Brasil

## Facilitators and obstacles to the adoption of educational technology in private elementary schools in Brazil

Pedro Julião Pessoa Prado<sup>1</sup>, Isabel Grimm<sup>2</sup>, André Francisco Alves<sup>3</sup>

Recebido: 25/08/2023. Aceito: 27/11/2023.

### Resumo

As ferramentas de Tecnologia Educacional têm aumentado sua presença na dinâmica escolar ao longo dos anos, ajudando alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem. O estudo objetivou analisar quais são os principais facilitadores e obstáculos para adoção de Tecnologia Educacional pelas escolas básicas privadas no Brasil, sob a ótica dos fornecedores de tecnologia. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa e realizada por meio de entrevista semiestruturadas. As entrevistas foram analisadas pela abordagem da análise de conteúdo e utilização do *software* Atlas.ti. Os resultados da pesquisa sugerem que em relação aos argumentos de facilitação dessa utilização de recursos, destaca-se a geração de dados para melhoria das práticas de ensino, além de outros fatores. Quanto aos obstáculos, foi constatado que não há apenas um obstáculo, mas sim alguns aspectos do contexto escolar que prejudicam a utilização efetiva dos recursos tecnológicos, como infraestrutura da escola e formação dos professores. A contribuição do estudo consiste em identificar os fatores facilitadores como: geração de dados; os custos; escala; pandemia e o interesses da família. E por outro lado, obstáculos como: a orientação a dados; infraestrutura; cultura e a formação do professor. Esse estudo amplia o debate acerca de que a tecnologia foi o principal resultado obtido quando os executivos foram questionados em relação aos fatores de escolha dos Sistemas de Ensino pelas escolas.

**Palavras-chave:** Tecnologia Educacional. Sistema de Ensino. Exclusão Digital.

### Abstract

As ferramentas de Tecnologia Educacional têm aumentado sua presença na dinâmica escolar ao longo dos anos, ajudando alunos e professores no processo de ensino e aprendizado. O estudo objetivou analisar quais são os principais facilitadores e obstáculos para adoção de Tecnologia Educacional pelas escolas básicas privadas no Brasil sob a ótica dos fornecedores de tecnologia. The research is characterized as descriptive, with a qualitative approach and carried out through interviews. The interviews were analyzed using the content analysis approach and the use of Atlas.ti software. The research results suggest that in relation to the arguments for facilitating this use of resources, the generation of data to improve teaching practices, in addition to other factors, stands out. As for obstacles, it was noted that there is not just one obstacle, but some aspects of the school context that hinder the effective use of technological resources, such as school infrastructure and teacher training. The contribution of the study is to identify facilitating factors such as: data generation; the costs; scale; pandemic and family interests. And on the other hand, obstacles such as: data orientation; infrastructure;

---

<sup>1</sup> Mestre em Governança e Sustentabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE). E-mail: [pedrojuliaopp@hotmail.com](mailto:pedrojuliaopp@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Coordenadora do Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade do ISAE. Pesquisadora da Universidade Santa Úrsula E-mail: [isabelgrimm@gmail.com](mailto:isabelgrimm@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Governança e Sustentabilidade pelo ISAE, coordenador de desenvolvimento de sistemas da Climatempo. E-mail: [andalves@gmail.com](mailto:andalves@gmail.com)



culture and teacher training. This study expands the debate about which technology was the main result obtained when executives were asked about the factors in choosing Education Systems by schools.

**Keywords:** Educational technology. Education system. Digital Exclusion.

## 1. Introdução

A pandemia decorrente da Covid-19 gerou discussões e impactos em campos além da saúde, pois a privação da mobilidade em decorrência da necessidade de isolamento para contenção do vírus afetou e continua afetando diversos setores da economia, como é o caso da educação. Para exemplificar a relevância do tema, sabe-se que “entre os 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia da Covid-19, enquanto 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas” (Chagas, 2020).

Nesse contexto, entende-se de acordo com Barbosa, Viegas e Batista (2010) que é necessário a busca de soluções que possibilitem a oferta do ensino remoto, necessidade que se acelerou com o surgimento da pandemia. Tão importante quanto a busca rápida por alternativas de cura e imunização da população, é a discussão sobre a democratização do acesso ao ensino, entendendo que esse acesso não seja somente a presença dos alunos em sala de aula, mas a absorção de conteúdo para terem uma formação digna (Barbosa *et al.*, 2020), e isso deve ocorrer tanto presencialmente quanto de forma remota. Trata-se, portanto, da gestão e risco no setor de educação, caso a sociedade venha a enfrentar novas pandemias no futuro.

Quanto à formação, a educação ao longo das décadas tem apresentado pouca mudança em relação à metodologia de trabalho, repetindo o modelo do professor explanando conteúdo para alunos divididos em salas, segmentadas por anos letivos. Apesar disso, a aceleração da difusão de ferramentas tecnológicas tem provocado discussões interessantes sobre quais mudanças poderiam auxiliar na sistemática de ensino e aprendizagem nas escolas. “O sucesso da integração tecnológica nas salas de aula depende de como a tecnologia é usada” (Alenezi, 2016, p. 2).

Devido aos avanços tecnológicos e as necessidades de investimento, diversas empresas têm criado iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de novas habilidades no ambiente escolar. Quanto a isso destaca-se a empresa americana *Google*, conhecida mundialmente pelo site de busca, e a marca *Apple*, conhecida por desenvolver aparelhos eletrônicos tais como celulares e computadores de alta qualidade. Nesse ponto, vale destacar que, quanto aos



investimentos em educação, Parra et al. (2018) sinalizam que algumas empresas optam por controlar a oferta de produtos e serviços de comunicação tanto para universidades, como institutos de pesquisa e redes de educação.

Assim, os instrumentos de formação educacional vão tomando espaço na discussão quanto ao avanço na tecnologia. Trata-se do conteúdo pedagógico, fornecido pelos Sistemas de Ensino, que influencia diretamente a curto e longo prazo na formação cidadã crítica. Por isso é necessária uma discussão ampla de como esse aspecto da educação pode ser melhorado ou flexibilizado visando uma melhor formação para seu público-alvo. Nesse contexto, a participação dos gestores educacionais, bem como professores, coordenadores, famílias e alunos precisa ser levando em consideração (Umbelino, 2017).

Ao abordar os fatores relevantes tanto positivamente como negativamente quanto a adoção de tecnologia educacional busca-se compreender os principais aspectos de influência da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Assim, quanto mais informações de qualidade estejam à disposição no mercado para auxiliar no planejamento dos agentes responsáveis por esse processo nas escolas, maior é a possibilidade de avanço no sistema educacional.

Com base no exposto, o artigo tem como objetivo identificar quais são os principais facilitadores e obstáculos para adoção de Tecnologia Educacional pelas escolas básicas privadas no Brasil sob a ótica dos fornecedores de tecnologia. Como resultados apresentam-se *insights* no que tange aos fatores que devem ser mais bem avaliados quanto a discussão da adoção de tecnologia educacional, identificando por meio de consulta com profissionais da educação e tecnologia, os fatores considerados facilitadores (positivos) e obstáculos (negativo) quanto a performance de implementação da educação à distância, por meio de tecnologia.

## **2. Sistemas de Ensino**

Como fornecedores de conteúdo, seja por meio de material didático impresso ou outro meio, os Sistemas de Ensino fazem parte da estratégia da gestão pedagógica das escolas parceiras. Essa gestão, é construída por meio de ações intencionalmente organizadas que devem levar em consideração os impactos em professores, alunos e no conhecimento escolar de forma ampla. Cabe ressaltar que, na equipe de profissionais dos Sistemas de Ensino, existem assessores pedagógicos que organizam essas ações respeitando a individualidade e os interesses de cada escola, dentro dos limites do conteúdo fornecido pelo sistema. De forma geral, há uma



proposta de eventos, formações e ações que, a partir do alinhamento entre escola conveniada e fornecedor, serão distribuídas durante o calendário letivo, com possíveis customizações (Carvalho, 2019).

A operação de Sistemas de Ensino também recebe algumas críticas, principalmente na discussão sobre a potencial limitação de autonomia dos professores, retirando sua capacidade de buscar conhecimento e criatividade. Isso existe, pois para escalar o modelo de negócio, é preciso que o Sistema de Ensino construa práticas padronizadas para aplicação e transmissão dos conhecimentos presentes em seus materiais em sala de aula. Isso reforça a importante participação, direta ou indireta, dos docentes em reuniões com os Sistemas de Ensino, para que, como usuários, possam ajudar a construir melhores premissas e ajudar a direcionar as melhores práticas para uma eficiente proposta pedagógica dos materiais no processo de ensino e aprendizado dos alunos (Giacomini ; Otto, 2017).

Nesse contexto, quanto ao material didático, tem-se que os termos “livro didático” e “livro integrado”, também podem ser conhecidos como material apostilado, conforme explica a SM Educação (2022), em seu sítio eletrônico. De acordo com a empresa a qual é especializada na consultoria de gestão escolar, esses dois elementos são diferentes e essa situação pode gerar dúvidas aos educadores. A diferença entre os dois materiais se dá, conforme descrito pela empresa, pelo fato de que o livro didático é um material mais aprofundado e completo, oferecendo mais possibilidades para os professores de escolherem a melhor maneira de trabalhar em sala de aula. A proposta do livro integrado é aumentar a praticidade, direcionando as atividades em sala de aula para uma proposta específica e escalável.

Como exemplo de Sistema de Ensino relevante no Brasil, no que se refere a quantidade de escolas e quantidade de alunos, é o Sistema Ari de Sá, apresentado em estudo elaborado pelos autores Fontenele e Oliveira (2018). Nesse estudo, focado na Tecnologia Educacional desse fornecedor, os autores destacam o posicionamento mercadológico dessa organização, que oferece não apenas material didático, como também serviços de consultoria para as escolas do Brasil. A consultoria citada é de cunho pedagógico, com foco em formação de processos e auxílio das escolas conveniadas na melhor utilização do material e recursos disponibilizados pelo fornecedor em questão.

Indo além do livro físico e dos serviços pedagógicos associados aos Sistemas de Ensino, Cardoso (2020) considera relevante a discussão atual sobre plataformas de material didático digital na Educação Básica. Essa reflexão conecta a tradição dos materiais pedagógicos dos



Sistemas de Ensino com a necessidade de adaptação, por eles e pelas escolas parceiras, das ferramentas tecnológicas presentes no cotidiano atual. Dessa forma, a discussão quanto aos sistemas de ensino permeia a estratégia educacional no que se refere ao uso de material didático impresso, formação continuada e recursos oferecidos como suporte a professores.

## 2.2 Tecnologia Educacional

Desde o papiro até o surgimento de livros eletrônicos pode-se entender que o livro evoluiu bastante ao longo do tempo. Isso é reflexo da constante evolução do modelo e das necessidades de ensino e aprendizagem para acompanhamento das necessidades do mercado profissional. Apesar do livro não ter perdido suas características originais, ele foi melhorado e incorporado a outras ferramentas complementares visando o objetivo final de ajudar no desenvolvimento e compreensão dos alunos (Reis & Rozados, 2016).

Nesse alinhamento, entende-se que para o acompanhamento das necessidades do mercado e da evolução tecnológica, faz-se necessário explicar e aprofundar o conhecimento no tema da Transformação Digital, tema esse que pode ser entendido como “uso de sistemas que automatizam atividades, promovendo mudanças na essência de como a empresa presta seus serviços ou produz seus produtos” (Salles, 2021, p. 95). De acordo com a autora, o tema supramencionado tem acelerado nos últimos anos, a partir de movimentos como as redes sociais e a maior utilização de equipamentos tecnológicos, como celulares e computadores.

De acordo com Reis e Rozados (2016, p. 4), “nota-se que, além das questões técnicas, há questões financeiras e econômicas que permeiam esse processo”, haja visto, inclusive, o interesse de diversas corporações, como *Apple* e o *Google*, em lançamento de produtos com ferramentas criadas propositalmente para o mercado educacional. Ainda de acordo os autores, esse fato não precisa ser interpretado como puro interesse econômico, desde que as ferramentas criadas possam também ajudar efetivamente os alunos e professores, proporcionando uma realidade em que diversos agentes têm vantagens no processo, pois o aluno aprende mais e melhor, o professor consegue transmitir o conhecimento de forma mais interessante e prende a atenção dos alunos, enquanto as empresas podem lucrar com isso e manter um volume de investimentos para garantir tecnologias de vanguarda.

Além da questão metodológica e aplicada diretamente no processo de ensino e aprendizagem, a tecnologia educacional também pode ser entendida como uma ferramenta de preservação ambiental, quando analisada sob o prisma da economia de papel gerada pelo



desenvolvimento de livros eletrônicos, por exemplo (Reis; Rozados, 2016). Na realidade brasileira, é válido destacar o trabalho de Barbosa et al. (2021, p. 1), que realizaram estudo por meio do método quali-quantitativo sobre “os impactos identificados e relatados pelos profissionais de educação do ensino superior [...] mediante isolamento social, sobre suas experiências do novo modelo de aula proposto [...] denominado como aula remota”.

Direcionando a atenção para o importante papel dos professores na aplicação efetiva da Tecnologia Educacional como ferramenta de ensino e aprendizagem, Alenezi (2016) considera que esses profissionais podem ser acostumados com a utilização de recursos tecnológicos no cotidiano, mas isso não significa que estejam preparados para usufruir dos benefícios das ferramentas na integração entre tecnologia e ensino, o que é um desafio estudado pelos acadêmicos e pesquisadores na área da exclusão digital.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Com o intuito de analisar quais são os principais facilitadores e obstáculos para adoção de Tecnologia Educacional pelas escolas básicas privadas no Brasil sob a ótica dos fornecedores de tecnologia, o presente estudo está delineado conforme o objetivo como descritivo, com abordagem qualitativa e realizado por meio de entrevista. A amostra do estudo compreendeu entrevistas com 6 gestores do mercado educacional. A eles, foi questionado informações de tamanho do Sistema de Ensino e perfil socioeconômico, bem como ferramentas tecnológicas conectadas ao material, fatores facilitadores e obstáculos da adesão das ferramentas e, por fim, perspectivas futuras do tema tecnologia na educação básica brasileiro.

Os entrevistados fazem parte de alguns dos maiores sistemas de ensino do país e terão seus nomes e empresas mantidos em sigilo. Para garantir a validade da estratégia metodológica para as entrevistas, foram realizadas três etapas. A primeira etapa detalhou o roteiro da entrevista. A segunda, descreveu as funcionalidades do software escolhido para comunicação. Por fim, ocorreu a validação (Quadro 1), após transcrição, da entrevista com os próprios entrevistados, de forma individual. Vale destacar que a escolha dos entrevistados foi baseada na rede de relacionamento, pela facilidade de acesso a profissionais da alta gestão de Sistemas de Ensino, com participação ativa nas principais decisões das organizações e entendimento do portfólio, mercado e clientes.

Quadro 1 – Resumo da proposta de validação da pesquisa.



Critério	Entrevista
Validade Interna	Detalhamento do Roteiros
Validade Externa	Validação da entrevista pelos entrevistados
Confiabilidade	Descrição dos softwares utilizados (Teams e Atlas.ti)

Fonte: Autores (2022).

Sobre a seleção dos entrevistados, entrou-se em contato com os principais Sistemas de Ensino do país, a partir da pesquisa apresentada na Hoper Educação pelo educador Paulo Presse, convidando a participação de executivos a serem entrevistados. Obteve-se a concordância das instituições para a coleta dos dados. Por questão de confidencialidade, não serão informados os nomes dos executivos e, também, dos seus respectivos Sistemas de Ensino (Quadro 2).

Quadro 2- Identificação dos Entrevistados

Entrevistado	Sistema de Ensino	Quantidade de Escolas	Tempo no Mercado
Executivo A	Sistema de Ensino A	700	25 anos
Executivo B	Sistema de Ensino B	500	30 anos
Executivo C	Sistema de Ensino C	4.000	4 anos
Executivo D	Sistema de Ensino D	1.000	7 anos
Executivo E	Sistema de Ensino E	60	9 anos
Executivo F	Sistema de Ensino F	5.400	35 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O roteiro das entrevistas contemplou 10 perguntas, partindo desde perguntas para caracterização do perfil do entrevistado e de seu respectivo Sistema de Ensino, passando por entendimento de fatores de influência e obstáculos à implantação de ferramentas de Tecnologia Educacional no dia a dia da sala de aula, até o contexto atual das escolas. As entrevistas ocorreram por meio do *software* de comunicação *online Microsoft Teams*, ferramenta da empresa americana *Microsoft*, que permite gravação da entrevista e estabilidade de conexão para reduzir o risco de interferências durante a conversa. Em decorrência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as gravações tiveram a devida autorização por ambas as partes (entrevistado e entrevistador).

Todas as entrevistas foram transcritas em documentos no *Microsoft Word* e, na sequência, foram enviadas ao sistema Atlas.ti, que permite a codificação das entrevistas redigidas, visando atender os requisitos de Bardin (1979), para caracterização do procedimento de análise de conteúdo.

Calculando-se a quantidade de escolas de cada Sistema de Ensino, tem-se mais de 11.500 escolas privadas brasileiras atendidas por algum dos executivos entrevistados no



presente trabalho. Para que se tenha noção da representatividade, de acordo com o Censo Escolar 2021, a rede privada compreende 17,4% das matrículas de um total de 178,4 mil escolas no país. Dessa forma, pode-se entender, em média, que o total de escolas privadas no país seja um número aproximado de 31 mil escolas. Quando perguntou-se aos entrevistados quanto esse volume de escolas representaria em quantidade de alunos, o resultado é acima dos 3 milhões de estudantes usuários de algum dos Sistemas de Ensino.

Quanto ao perfil socioeconômico das escolas atendidas pelos Sistemas de Ensino (Quadro 3) dos executivos entrevistados, este é abrangente, considerando desde escolas *premium*, até algumas com características econômicas de classe D, como resumido no Quadro 3.

Quadro 3 - Perfil socioeconômico dos Sistemas de Ensino dos Entrevistados

Sistema de Ensino	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
A		✓	✓	✓
B	✓	✓		
C	✓	✓	✓	✓
D	✓	✓		
E	✓	✓		
F	✓	✓	✓	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

## 4. Resultados e discussões

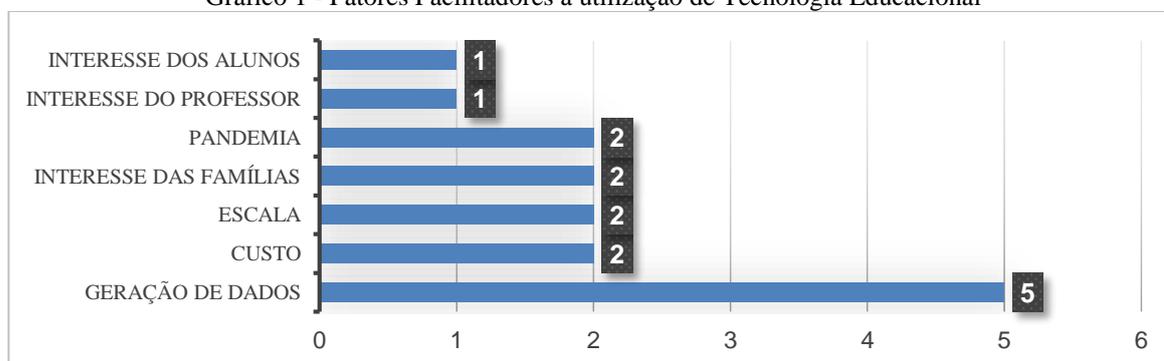
### 4.1 Fatores facilitadores à utilização de Tecnologia Educacional

Para aprofundar o entendimento da motivação desse cenário, questionou-se aos executivos os fatores facilitadores a utilização das ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem.

A Figura 1 evidencia as respostas dos executivos, em que a Geração de Dados lidera a estatística, seguida pelos interesses de famílias, professores e alunos.



Gráfico 1 - Fatores Facilitadores à utilização de Tecnologia Educacional



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Geração de Dados, conforme já mencionado em item analisado anteriormente, quando foram abordadas as ferramentas tecnológicas, foi o assunto mais mencionado, em 5 das 6 entrevistas, como fator de favorecimento da utilização de Tecnologia Educacional nas escolas. Para os entrevistados (Executivos B e E) a contribuições das ferramentas tecnológicas para a educação:

Eu acho que o fator primordial são os dados que a gente tem. A gente deixa de ter apenas *feeling* e passa a ter dados (Executivo B).

As escolas que percebem isso claramente conseguem avançar mais que as outras no quesito pedagógico e no quesito mercadológico (Executivo E).

Entretanto, para o Executivo F, “as escolas e as famílias entenderam que o mundo da educação não pode se digitalizar usando apenas elementos analógicos, sem captura de dados”. Para esse entrevistado, essa é uma das principais motivações para que eles utilizem uma plataforma única, que centraliza todas as ferramentas tecnológicas do Sistema de Ensino, visando garantir que haja comunicação entre os dados e que os educadores consigam extrair análises e tomar melhores decisões a partir disso. Uma plataforma única “é um ambiente completo de ensino e existem ferramentas que, apesar de não serem visíveis ao aluno, ajudam no *backoffice* da escola” (Executivo F).

O entrevistado citado, porém, esclarece que existe uma gama de níveis de maturidade entre as escolas mais orientada a dados e aqueles que tem, atualmente, menos direcionado a um modelo de gestão baseado em informações concretas e fundamentadas. “No geral, todas as escolas melhoraram, mas muitas continuam em um nível muito operacional”. Para esse



entrevistado, “a transformação digital tem mais a ver com uma mentalidade orientada a dados e uma gestão baseada em dados, ao invés de uma gestão baseada em percepções e sentimentos”.

Conforme defende o Executivo C, o contexto de isolamento decorrente da Covid-19 fortaleceu algumas ferramentas tecnológicas, “seja por ser a única opção ou porque surgiu uma demanda durante a pandemia, como a Sala de Aula Virtual”. Como o mesmo entrevistado explica, não que as escolas se prepararam para esse cenário, mas foram obrigadas a isso. Quem corrobora com essa constatação é o Executivo A, relatando que “se houve um benefício da pandemia para a Educação, foi tornar a Tecnologia mais presente na sala de aula, esse é um ponto relevante”. De acordo com esse último entrevistado, o processo de digitalização foi muito acelerado e deve continuar assim, pois os próprios alunos estão exigindo.

Em relação a vantagem financeira, por meio da redução de custo e ganho, como fatores de favorecimento da aplicação de Tecnologia Educacional nas escolas, “a escola pode replicar processos que eram físicos em um formato *online*, com mais escala e menos custo” (Executivo C). Esse ponto citado abre diversas possibilidades antes inexploradas pelas instituições de ensino básico, inclusive para que a escola possa considerar a aplicação de novas metodologias para engajar mais seus alunos, como é o caso da Sala de Aula Invertida (Executivo C).

As famílias, comenta o Executivo F, já reconhecem a Tecnologia Educacional como parte essencial para o processo de ensino e aprendizagem. “Hoje não é irrelevante a quantidade de escolas e famílias que não querem mais receber papel”. Para esse profissional de longa experiência no mercado educacional, já houve épocas em que não entregar o conteúdo por meio impresso era um tabu.

É importante destacar que, quando o “Mantenedor da escola, compreende o benefício real da Tecnologia Educacional no desempenho dos seus alunos, ele se torna um vetor importante na adesão das ferramentas no dia a dia escolar” (Executivo D). Em paralelo, “a geração que está aí não aguenta esse formato antigo e o uso dessas ferramentas é cada vez mais importante da sala de aula” (Executivo B).

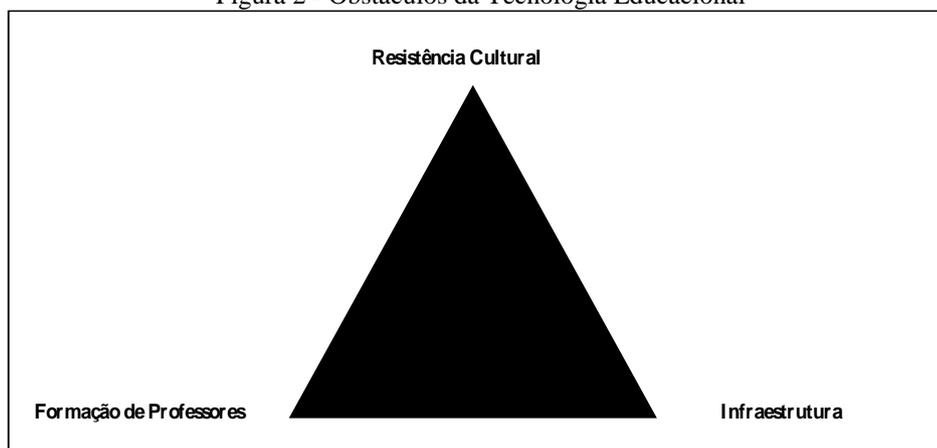
#### 4.2 Obstáculos para utilização de Tecnologia Educacional

Após a discussão dos principais fatores de influência positiva à adesão de Tecnologia Educacional na rotina pedagógica das escolas privadas, foi feito aos entrevistados o



questionamento sobre os obstáculos para utilização dos recursos tecnológicos. Três termos foram destacados pelos entrevistados (Figura 2).

Figura 2 - Obstáculos da Tecnologia Educacional



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para o Executivo A, o principal ponto é que “os professores não sabem lidar com a Tecnologia ainda, infelizmente”. Apesar disso, o entrevistado entende que é uma realidade que varia de região para região do Brasil, pois percebe que existem regiões mais resistentes às novas ferramentas de Tecnologia Educacional, principalmente nas cidades do interior dos estados. Menciona também a indisponibilidade de internet como potencial obstáculo. Mas, “o maior entrave é mesmo a formação dos professores” (Executivo A).

A percepção do Executivo A, tem relação direta com o exposto por Van Deursen (2015), quando destaca o fato de que escolas privadas, em algumas cidades interioranas, não conseguem acesso à internet, como exemplo do primeiro nível de Exclusão Digital. Já o fato de que alguns professores não sabem usar os recursos que tem ao seu dispor, demonstra um contexto caracterizado como nível dois de Exclusão Digital.

Seguindo a linha de raciocínio sobre a formação de professores, o Executivo B adiciona que “a maior dificuldade do professor é sair da função de centro para se tornar apenas um mediador” em sala de aula, direcionando os alunos para o que eles precisam, utilizando as ferramentas de forma personalizada para que os alunos possam solucionar os problemas. Além desse ponto, o profissional também cita em sua entrevista que “a infraestrutura é um obstáculo importante a ser citado”, quanto na questão da cultura. Sob o ponto de vista dele, é necessário quebrar o paradigma de que o aluno não pode usar celular ou tablet em sala de aula. Paradigma



esse criado pelo fato de que alguns educadores e familiares consideram esse manuseio como um risco à distração do aluno no processo de aprendizado (Executivo B).

Sobre infraestrutura, as dimensões continentais do Brasil é um desafio para difusão de uma conectividade de qualidade para todas as regiões. Além disso, os professores, podem muitas vezes construírem-se como agente de resistência à mudança de sua rotina em sala de aula. “Tem muito professor que aprendeu a mexer com isso, porém o *gap* ainda é grande” (Executivo C). Isso corrobora a discussão de Salles (2021, p. 97), onde o autor aponta que “um fator muito importante que deve ser visto [...] é a necessidade qualificação dos colaboradores e gestores para o uso de metodologias e ferramentas que apoiam a Transformação Digital”.

O Executivo D destaca a formação e capacitação da equipe docente das escolas. Para ele a “intimidade desse professor com o aparato de tecnologia é baixa, seja pela geração, seja pela faixa etária, seja pela condição (tempo) de preparar a aula dele”. Esse obstáculo cresce à medida que é realidade de diversos professores a execução de suas atividades letivas em mais de uma escola que, ao utilizarem Sistemas de Ensino diferentes, exigirá do professor versatilidade para ministrar conteúdos semelhantes com possíveis didáticas diferentes. Adicionalmente “existe o gargalo de infraestrutura das escolas, seja pelos devices, pela internet ou pelo poder aquisitivo em si” (Executivo D). O Executivo E reforça a opinião dos colegas, e chama atenção inclusive a questão dos equipamentos de infraestrutura tais como ferramentas de filmagem, captação de sons e, até mesmo, rede de cabeamento das escolas.

Outro entrevistado adiciona na discussão um quarto obstáculo que descreve como mentalidade orientada a dados. “Acredito que os principais obstáculos passam pela falta, em algumas escolas, de uma mentalidade orientada a dados, pois, sem ela, qualquer ferramenta é proforma” (Executivo F).

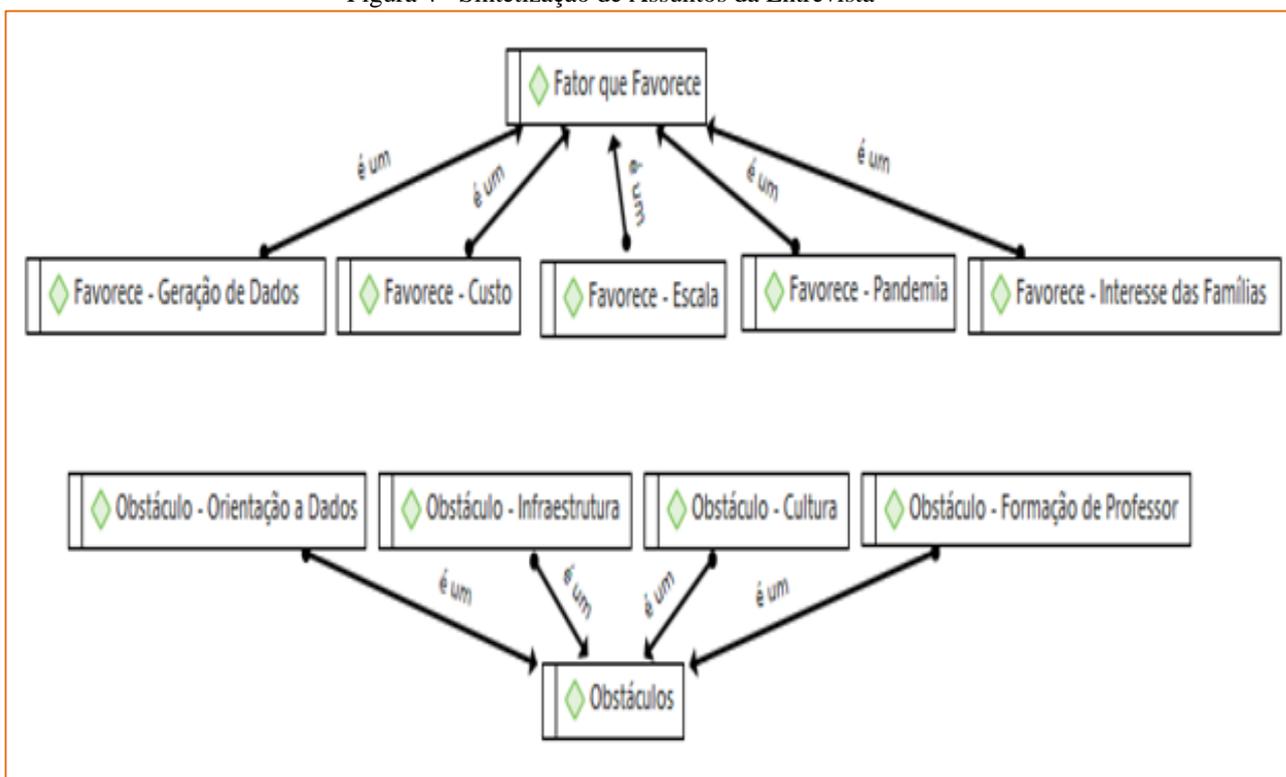
Com a consolidação das respostas e análise dos resultados, é válido reiterar que o presente trabalho reflete a opinião de uma parcela da população envolvida com o tema da educação básica privada do Brasil. Sabe-se que os executivos de Sistemas de Ensino têm “olhares” diferentes de gestores educacionais e de professores, além de outros agentes como alunos e familiares.

Em decorrência da utilização do software Atlas.ti, como mencionado na metodologia, é possível construir esquematizações que sumarizam os principais resultados obtidos. Conforme pode-se perceber na Figura 4 foi realizada a sintetização dos principais fatores facilitadores e



os principais obstáculos identificados pelos respondentes para adesão de Tecnologia Educacional nas escolas básicas privadas no Brasil.

Figura 4 - Sintetização de Assuntos da Entrevista



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Verifica-se que entre os fatores positivos (facilitadores) para a implementação de tecnologia educacional: a geração de dados; os custos; escala; pandemia e o interesses da família. Por outro lado, os fatores vistos como negativos (obstáculos) podem ser citados: a orientação a dados; infraestrutura; cultura e a formação do professor.

## 5. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo identificar quais são os principais facilitadores e obstáculos, para adoção de Tecnologia Educacional pelas escolas básicas privadas no Brasil sob a ótica dos fornecedores de tecnologia. Para isso buscou-se compreender as principais ferramentas de Tecnologia Educacional existentes, caracterizar o mercado de Tecnologia Educacional no Brasil e identificar o “olhar” de executivos de Sistemas de Ensino sobre a aplicação de Tecnologia Educacional.



Ao analisar-se os resultados obtidos, percebe-se um crescimento da importância da Tecnologia Educacional no dia a dia das escolas. Esse fato reflete-se não apenas na rotina de estudo do aluno, mas também em diversos outros fatores, como a remodelagem do processo avaliativo, o auxílio a professores para conseguirem evoluir suas práticas letivas, a possibilidade de gestores escolares conseguirem reduzir custos e ganhar escalas em processos internos, até, inclusive, na relação da escola com as famílias.

Destaca-se, nesse contexto, que a Tecnologia foi o principal resultado obtido quando os executivos foram questionados em relação aos fatores de escolha dos Sistemas de Ensino pelas escolas. Por outro lado, a Tecnologia Educacional também surge, no aspecto da ausência de Infraestrutura de algumas escolas, como um obstáculo. Esse fato tem relação direta com os níveis de Exclusão Digital.

Mesmo compreendo que a pesquisa possui limitações, a adição desse conteúdo à academia reforça a relevância da Educação Básica como objeto de estudo fora do ambiente educacional apenas do contexto de graduações e pós-graduações de âmbito pedagógico, como o caso da gestão e da administração de empresas, assim como sustentabilidade, através da relevância dos ODS.

Além disso, cabe citar que a pesquisa focou nos executivos dos Sistemas de Ensino, mas existe uma parcela significativa, como mencionado na metodologia, de fornecedores de materiais didático tradicionais, modelo diferente do Sistema de Ensino, que não foram abordados no presente trabalho. Cabe, ainda, comentar que não foram ouvidos professores, estudantes e gestores das escolas, para confronto das opiniões. Finalmente, é possível ver que, apesar de alguns executivos terem materiais disponibilizados para escolas públicas e privadas, o foco foi questionar o “olhar” desses entrevistados em relação às escolas básicas privadas do Brasil.

Como sugestões de pesquisas futuras pesquisas, motivadas ou influenciadas pelo presente trabalho, pode-se citar algumas, desde expansão da amostragem de opiniões, até aprofundamento de alguns pontos específicos citados. Sugere-se uma pesquisa nos mesmos moldes da atual, porém com foco integralmente nas escolas de educação básica pública no país. Considerando, inclusive, que a realidade entre a iniciativa pública é diferente da privada, é válido o confronto desses dois cenários a partir dessa sugestão de pesquisa.

Adicionalmente, é válido compreender que perante o “olhar” externo, mais especificamente dos executivos entrevistados nesse estudo, pesquisas futuras possam ser



confrontadas com outros agentes desse contexto, como professores, alunos, famílias por exemplo. Esse outro olhar, poderá originar reflexões sobre o alinhamento de expectativas de ambos os lados, bem como oportunidade de melhorias. Esses desafios despontam e nos permitem questionar se, “num futuro próximo o ensino poderia ser planejado considerando também o uso de tecnologias baseadas na internet de forma síncrona” (Ferreira et al., 2020).

## Referências

- Alenezi, A. (2016). *Obstacles for teachers to integrate*. New York.
- Barbosa, A. M., Viegas, M. A. S., & Batista, R. L. N. F. F. (2020). Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, 25(51), 255-280.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Persona.
- Brasil. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, *dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)*.
- Cardoso, G. D. O. (2020). Material Didático Digital em Plataforma On-Line: Um estudo de caso em escola confessional de educação básica. *PUC*.
- Carvalho, E. D. A. P. M. (2019). Implantação de inovações curriculares no interior da escola: a perspectiva da gestão. *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*.
- Chagas, E. (2020). DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. *Senado notícias*.  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>
- Ferreira, D. H. L., Branchi, B. A., & Sugahara, C. R. (2020). Processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas e atividades remotas no Ensino Superior em tempo da pandemia Covid-19. *Revista práxis*, 12(1sup).
- Fontenele, A., & Oliveira, D. (2018). Desafios na potencialização de uma cultura ágil de inovação centrada no usuário: relato de experiência na tecnologia educacional do SAS Plataforma de Educação. In *Anais Estendidos do XVII Simpósio Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais*. SBC.
- Giacomini, R. D. M.; Otto, C. Sistema de Ensino Apostilado: Um "Cavalo de Troia"? *Educação: Teoria e Prática*.
- Parra, H., Cruz, L., Amiel, T., & Machado, J. (2018). Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do Google Suite for Education. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 23(1), 63-99.



- Presse, P. (2021). Educação Básica: Cenário de Oportunidades de Mercado no Pós-Pandemia. *HOPER Educação*. [S.l.].
- Reis, J. M. D., & Rozados, H. B. F. (2016). O livro digital: histórico, definições, vantagens e desvantagens. *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (19.: 2016 out. 15-21: Manaus, AM). Anais. Manaus, AM: UFAM, 2016.*
- Salles, C. M. S. (2021). Transformação Digital em tempos de pandemia. *Revista Estudos e Negócios*, 1 (1), 91-100.
- Umbelino, G. O. (2017). Gênero É História: Uma Proposta De Material Didático Para A Educação Básica. *13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11.*



# As mulheres no semiárido brasileiro: contribuições das trabalhadoras rurais para a sustentabilidade na região do Cariri Oeste

## Women in the Brazilian semi-arid region: contributions of rural workers to sustainability in the Cariri Oeste

Milanya Ribeiro da Silva<sup>1</sup>; Doris Aleida Villamizar Sayago<sup>2</sup>

Recebido: 07/10/2023. Aceito: 27/11/2023

### Resumo

Pouca atenção é dada às transformações operadas por alguns grupos para um desenvolvimento que seja sustentável. Dentre os grupos invisibilizados pelos atuais modelos de desenvolvimento está o de mulheres trabalhadoras rurais. Por essa razão, o objetivo deste trabalho é resgatar as falas de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no Semiárido brasileiro e identificar suas contribuições para repensar as atividades produtivas nessa região. O método escolhido para a pesquisa foi o da história oral de vida, com realização de um estudo empírico na Região do Cariri Oeste, localizada no interior do Ceará, Nordeste do Brasil. Ao todo foram feitas 32 entrevistas. As atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas demonstraram maior capacidade de adaptação à realidade do Semiárido, permitindo o uso racional dos bens naturais e diversificação da renda familiar. Como consequência, nos períodos recentes de estiagem as atividades agropecuárias realizadas por essas mulheres contribuíram para a permanência delas e de suas famílias em suas comunidades.

**Palavras-chave:** Mulheres Trabalhadoras Rurais. Desenvolvimento Sustentável. Semiárido. Cariri Cearense.

### Abstract

Little attention is paid to the transformations carried out by some groups towards sustainable development. Among the groups made invisible by current models of development is rural women workers. For this reason, the objective of this work is to rescue the speeches of rural women workers who live in the Brazilian semi-arid region and to identify their contributions to rethinking the productive activities in this region. The method chosen for the research was the oral history of life, with an empirical study being carried out in the Cariri Oeste Region, located in the interior of Ceará, Northeast Region of Brazil. A total of 32 interviews were conducted. The activities carried out by the women interviewed showed a greater ability to adapt to the reality of the Semi-arid Region, allowing for the rational use of natural assets and diversification of family income. As a consequence, in recent periods of drought, the agricultural activities carried out by these women have contributed to their and their families staying in their communities.

**Keywords:** Rural Women Workers. Sustainable Development. Semi-arid. Cariri Cearense.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA); Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB); Email: [milanya.ribeiro@ufca.edu.br](mailto:milanya.ribeiro@ufca.edu.br)

<sup>2</sup> Professora da Universidade de Brasília (UnB); Doutora em Sociologia (UnB); Email: [doris.sayago@gmail.com](mailto:doris.sayago@gmail.com)



## 1. Introdução

A década de 1970 foi marcada por discussões acerca dos modelos de desenvolvimento adotados até então e os danos causados ao meio ambiente. A pressão sobre a natureza, decorrente do crescimento demográfico, do crescimento econômico e do nível de consumo e impactos do progresso científico e tecnológico, levaram a uma maior preocupação com as questões ambientais. Reflexo disso foi o aumento dos movimentos sociais em defesa da ecologia, a publicação de obras pioneiras que alertavam sobre os riscos para a continuidade da vida na terra e de conferências internacionais promovidas pela ONU para debater sobre meio ambiente e desenvolvimento (Bursztyn & Bursztyn, 2012).

Diante de tais preocupações, emergiram discussões teóricas e publicações que se debruçaram sobre três reflexões centrais: as críticas ao industrialismo (Gorz, 2005; Illich, 1973; Schumacher, 1973), as inter-relações entre ser humano e natureza (Meadows et al, 1973; Meadows, Meadows & Randers, 2007; Naess, 1973; Georgescu-Roegen, 1971; Boulding, 1966) e os riscos sociais e ambientais (Beck, 2011; Giddens, Lash & Beck, 1997; Castoriadis & Cohn-Bendit, 1981; Moscovici, 2007). Discussões que reuniram estudiosos de diferentes áreas, identificaram diversos problemas e propuseram uma variedade de alternativas com vistas à proposição de novos modelos de desenvolvimento pautados na busca pela sustentabilidade.

Apesar de uma visão hegemônica ainda presente nas discussões sobre desenvolvimento, existem estudos que seguem na contramão. Tais propostas partem de alternativas construídas a partir de baixo, já que há problemas que o paradigma da modernidade ocidental buscou resolver, porém esses permanecem sem solução e tornaram-se mais urgentes. Uma tentativa para sairmos dessa situação seria o processo de tradução, ou seja, reunir saberes e práticas fortes que consigam ofertar alternativas, que hoje sejam possíveis e estejam disponíveis, para a elaboração de um futuro melhor (SOUSA SANTOS, 2002). A teoria ecossocioeconômica se configura como uma dessas abordagens, buscando evidenciar práticas cotidianas empregadas por grupos, comunidades que valorizam as capacidades humanas locais e o uso equilibrado dos bens naturais (SAMPAIO, 2010).

Diante de todos os problemas que as concepções predatórias e excludentes de desenvolvimento trazem, podemos destacar a pouca atenção que é dada à voz, às reivindicações e às transformações que alguns grupos realizam em suas localidades. Um desses grupos invisibilizado pelos atuais modelos de desenvolvido é o de mulheres que vivem em áreas rurais. Portanto, o objetivo deste trabalho é resgatar as falas de mulheres trabalhadoras rurais que



vivem no Semiárido brasileiro e identificar suas contribuições para repensar as atividades produtivas nessa região. No contexto do Semiárido, região com formação histórica peculiar e marcada pela exclusão, as mulheres sertanejas ficaram conhecidas como as viúvas da seca, pois permaneceram no sertão quando os homens migraram para as regiões Sul e Sudeste do país à procura de emprego, durante os períodos de estiagem.

Segundo Chacon (2007), são elas que vêm sustentando o Sertão social, cultural e economicamente, pois cuidam da casa, da pequena produção, dos filhos e dos idosos, e ainda ocupam a maioria dos empregos públicos da região. Por cuidar das atividades domésticas e atuarem como professoras, agentes de saúde, auxiliares de enfermagem e líderes comunitárias, a mulher sertaneja conhece profundamente a história do Semiárido. Elas conseguem identificar seus problemas e possibilidades. No entanto, ainda não foram adequadamente valorizadas no processo de planejamento do desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para essa região.

Além desta introdução, este artigo possui uma seção com a apresentação do local da pesquisa e os procedimentos metodológicos para a coleta e análise dos dados. A seção seguinte traz os principais resultados e discussões, considerando duas categorias que emergiram a partir da coleta de dados: uso do espaço e de bens naturais e produção e comercialização. A última seção contempla as considerações finais sobre a investigação.

## **2. Metodologia**

A presente pesquisa é de natureza qualitativa com realização de um estudo empírico na Região do Cariri Oeste, interior do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. A região compõe o território do Semiárido. Com uma área de 1,03 milhão de Km<sup>2</sup>, o Semiárido brasileiro ocupa 12% do território nacional e 53% da região Nordeste (SUDENE, 2021). Aproximadamente 12% da população brasileira, que corresponde a mais de 27 milhões de pessoas, moram em região semiárida (IBGE, 2021). Metade dos estados do Nordeste possuem mais de 85% do seu território no Semiárido, e o Ceará é o estado com a maior porcentagem do território nessa região. As mulheres representam 50,6% da população que reside no Semiárido brasileiro (IBGE, 2021).

A Região do Cariri Cearense, com extensão de 17.417 Km<sup>2</sup>, é composta por 29 municípios e população estimada de 1 milhão de pessoas em 2020 (IPECE, 2021). Porém, metade dessa população está concentrada em três municípios: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, com altos índices de urbanização. O Território do Cariri é conhecido como um “oásis



no sertão” em razão de suas características edafoclimáticas, o que o diferencia de outras regiões localizadas no Semiárido brasileiro. Devido a diferenças econômicas, sociais e ambientais que compõem a Região de Planejamento do Cariri o governo do estado do Ceará subdivide a região em três microterritórios: Cariri Central (11 municípios), Cariri Leste (08 municípios) e Cariri Oeste (10 municípios) (Quadro 1). Sendo o Cariri Oeste, dentre os três, o microterritório que abriga os municípios com os maiores índices de pobreza no espaço rural, baixo acesso a serviços públicos básicos e pouco dinamismo econômico.

Quadro 1 - Microterritórios do Território do Cariri

Microterritório	Área	População	Municípios
Cariri Central	6.384 Km <sup>2</sup>	672.233	Abaiara, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Várzea Alegre
Cariri Leste	3.589 Km <sup>2</sup>	205.656	Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras
Cariri Oeste	6.360 Km <sup>2</sup>	157.829	Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPECE (2021)

A região do Cariri Oeste foi escolhida para a realização desta pesquisa em razão de ter sido alvo do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, entre os anos de 2017 e 2021. O Projeto Paulo Freire foi fruto de um acordo entre o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Para acessar os dados de interesse da pesquisa foi utilizado o método da história oral de vida. A história oral de vida consiste na narrativa da experiência vivida por uma pessoa, onde o intuito é identificar não apenas os percursos individuais narrados, mas também processos coletivos (MEIHY, 2005). Deve ser entendida como método de pesquisa histórica, antropológica, sociológica voltado ao estudo de acontecimentos históricos, de instituições, grupos sociais, profissionais, movimentos e outros (ALBERTI, 1990). O instrumento primordial para a coleta de dados no método da história oral de vida é a entrevista, portanto o instrumento de coleta de dados consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturado. A proposta de um roteiro semiestruturado é a de construção de questões-guia. Sendo que, durante a aplicação do roteiro, a partir das observações, falas e posturas de cada entrevistada, novas



perguntas foram sendo introduzidas, o que trouxe uma singularidade para cada entrevista aplicada.

A fim de identificar as mulheres a serem entrevistadas, realizou-se um primeiro contato com técnicos de extensão agrícola vinculados ao Projeto Paulo Freire. Por indicação de um desses técnicos foi feito o acompanhamento do 9º Encontro do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste, com duração de um dia, em outubro de 2018. A partir desse primeiro contato com mulheres participantes do Fórum, foram agendadas as primeiras visitas às comunidades, que ocorreram de novembro de 2018 a julho de 2019. Após os primeiros contatos, novas participantes foram acionadas a partir de indicações das mulheres já entrevistadas, com uso da técnica bola de neve (snowball). A bola de neve é uma técnica não probabilística para coleta de dados contínua que é finalizada quando se aproxima da saturação. Por meio de “sementes” (informações-chave e documentos norteadores) localiza-se o grupo que possui o perfil desejado (testemunhas privilegiadas), esse grupo, por sua vez, indicará novos grupos e contatos de sua própria rede social. Ao todo foram realizadas 32 entrevistas em comunidades rurais dos 10 municípios do Cariri Oeste.

Todas as entrevistas foram transcritas. A princípio foi feita uma pré-análise, com a leitura de todas as transcrições e notas, destacando pontos de relevância aparentes. Em seguida partiu-se para uma exploração mais profunda do material. Primeiro o material transcrito foi desagregado, buscando-se identificar palavras e ideias-chave presentes, para posterior reagregação conforme repetição de elementos semelhantes. Por fim, realizou-se o tratamento dos resultados a partir da descrição, inferências e interpretações. Esses resultados serão apresentados na seção a seguir.

### **3. Resultados e Discussão**

Esta seção está dividida em duas partes, conforme categorias que emergiram com a análise das entrevistas. Na primeira são apresentados os relatos das entrevistadas sobre a atual dinâmica de utilização do espaço e dos bens naturais. Já a segunda parte traz os modos de produção e comercialização em que as mulheres entrevistadas estão envolvidas.

#### **3.1. Uso do espaço e dos bens naturais**



As comunidades da região pesquisada tradicionalmente têm como principais atividades agrícolas a produção de milho, arroz, sorgo, mandioca e algodão. A partir da década de 1990 as mulheres da região se distanciaram das atividades de monocultivo. As razões para esse distanciamento, segundo as entrevistadas, foram os recursos para investimento em atividades alternativas advindos de projetos por intermédio das associações e um maior acesso à água nas proximidades das residências. Com essas mudanças, muitas mulheres começaram a investir seu tempo e força de trabalho em sistemas diversificados de produção no entorno da propriedade. Um espaço que já era de seu domínio, porém agora utilizado também para a geração de renda.

A plantação de árvores frutíferas e verduras no entorno das residências rurais do Semiárido historicamente são realizadas pelas mulheres, justamente pela proximidade com a casa. Assim como a criação de animais de pequeno porte, como galinhas, bodes e porcos. Animais que podem ser alimentados até mesmo com as sobras de alimentos do consumo doméstico e necessitam de pouca água. Segundo as entrevistadas, anos atrás essa produção era utilizada quase que exclusivamente para consumo doméstico, enquanto o milho e o arroz, após suprir a demanda da família, era comercializado. Porém, a partir dos anos 2000, a produção de hortifrutigranjeiros foi, aos poucos, sendo ampliada, como revelam os relatos a seguir:

Antes era só aqui no quintal que eu plantava uns pés de alface e criava umas galinhas para pegar os ovos. Depois eu fui aumentando, porque já tinha cisterna perto de casa para pegar água. Hoje nós já temos uma produção maior (Entrevistada 29, 45 anos). Como resultado das atividades da associação, um hectare e meio de terra passou a receber irrigação. Nessa área a gente deu preferência a plantar coisas variadas, um pouco de feijão, tomate, alface, couve (Entrevistada 27, 46 anos).

Os dois recortes das entrevistas transcritos acima destacam um elemento importante para as comunidades e em especial para a vida das mulheres, o acesso à água. Conforme relatado pelas entrevistadas, as mulheres eram as principais responsáveis por buscar água para suprir as necessidades domésticas. Porém, muitas vezes, essa água só era encontrada a uma grande distância de caminhada. Esses percursos eram percorridos pelas mulheres, acompanhadas pelas crianças, que traziam a água em latas na cabeça ou com auxílio de algum animal, como o jumento.

Ter água próximo às casas, permitiu com que elas reduzissem o tempo gasto e o esforço físico para acessar esse bem, assim como permitiu com que elas dinamizassem suas produções. O que fez com que, por volta dos anos 2010, a plantação de árvores frutíferas e de hortaliças e a criação de galinhas se tornassem importantes atividades produtivas nas comunidades da



região. Os principais meios de acesso à água, segundo as entrevistadas, se deram pela colocação de bombas para retirada de água de rio ou açude, instalação de cisternas ou escavação de poços.

Aqui é importante destacar a forte relação que as mulheres têm com a água no Semiárido. Por ser uma região com concentração de chuvas em alguns meses do ano e sofrer com períodos consecutivos de estiagem, a mulher assume um papel importante de atriz social responsável pelo provimento da água para beber e cozinhar. Ainda, as mulheres que trabalham com a agropecuária se responsabilizam pela água para uso na agricultura e para a criação de animais de pequeno porte. O papel da mulher no Semiárido também está atrelado ao uso racional dessa água, já que não é encontrada de forma abundante e com a qualidade necessária. Ou seja, essas mulheres possuem papel ativo na busca e no uso da água, porém ainda são colocadas como passivas na elaboração de políticas e programas relacionados ao acesso à água e no planejamento do uso desse bem natural escasso.

A preocupação das mulheres entrevistadas não se limitou apenas ao acesso e uso adequado da água, mas também à valorização e cuidado com o ambiente, com a terra, e à preservação dos bens naturais para os seus descendentes. O que se destacou na fala das entrevistadas foi o sentido de envolvimento com a natureza, o que chamaremos aqui de relações de afeto com a natureza, em oposição a uma visão utilitarista e predatória, onde os bens naturais são vistos como recursos. Isso pode ser percebido no relato da Entrevistada 15:

[...] a natureza, a água, a terra, os animais, são muito importantes para nós, para a nossa vida. Muitas vezes escuto as pessoas falando sobre a natureza como se não fosse parte dela. Mas nós não apenas vivemos e dependemos da natureza, nós somos parte dela, nós também somos da natureza. [...] Eu falo muito para o pessoal aqui de casa, nós precisamos amar a terra, e o que tem nela, porque nós estamos nela e somos dela (Entrevistada 15, 52 anos).

Para as entrevistadas, a natureza faz parte de suas memórias e suas aspirações:

Quando a gente era criança, eu e meus irmãos, meus primos, a gente saía brincando por essas terras todas para comer as frutas, tomar banho de rio brincando [...] a água é fonte de vida (Entrevistada 04, 63 anos).

Eu lembro que quando eu ia para a cidade eu ficava com vontade de voltar, porque era como se lá não fosse o meu lugar. Eu sentia falta dos passarinhos cantando, que era o que me deixava mais feliz. Eu ficava sentindo falta da natureza, até do ar que eu respirava aqui eu sentia falta. [...] Eu só fico com vontade de ir para a cidade quando as coisas por aqui estão muito difíceis, quando falta a água, quando falta as coisas ou quando é difícil trazer algo para cá, mas não sendo isso eu gosto mesmo é de ficar aqui perto da natureza (Entrevistada 26, 49 anos).



E, por essa razão, a natureza precisa ser cuidada “como se fosse um membro de nossa família” (Entrevistada 31, 50 anos), “como parte de quem nós somos” (Entrevistada 14, 49 anos). Esse cuidado se reflete nas suas práticas de trabalho e no uso do espaço, conforme relatado a seguir:

A terra ela é sensível, nem sempre ela produz bem, não que ela [a terra] não consiga, mas é porque falta cuidado nosso. Eu mesma via meu pai, vejo meu marido também, às vezes, arrancando as plantas, queimando, eu digo para não fazer, pois no que é meu mesmo eu não faço. Na parte da horta, que eu cuido, é tudo limpinho, mas sem arrancar ou queimar nada. [...] A gente precisa cuidar da terra porque ela sente e responde (Entrevistada 14, 49 anos).

Eu não gosto de cortar as árvores nativas para plantar outras coisas, acho melhor ir plantando nos cantinhos, onde dá, isso é importante para preservar as árvores e as nascentes. [...] Para mim a horta e o quintal são os lugares mais importantes, porque eu gosto de plantar os alimentos e colher sem agredir e prejudicar o restante. Porque se não for assim, como que os meus filhos e os meus netos, e as outras pessoas vão poder conhecer as plantas, os rios e os animais como eu conheci? Como que as pessoas vão conseguir plantar como eu estou plantando hoje? Porque se a gente não cuidar, alguma hora isso tudo vai se acabar, como a gente já vê acontecendo (Entrevistada 22, 56 anos).

Um acontecimento precisa ser destacado ao observarmos os relatos aqui expostos. O período de realização desta pesquisa coincidiu com uma época de estiagem prolongada na região. Ocorreram secas consecutivas entre os anos de 2012 e 2021. Segundo as entrevistadas, nesse período, várias famílias tiveram que se desfazer dos animais de grande porte, como vacas e bois, pois a água tornou-se escassa, assim como não havia mais pasto para os animais. Também se tornou difícil a manutenção dos monocultivos.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres estavam mais adaptadas às características do clima, além de consumirem menos recursos para sua manutenção, o que tornou possível às famílias permanecerem em suas comunidades. Esse é um fenômeno importante no contexto do Semiárido, tendo em vista que até então os períodos de secas prolongadas levavam a um esvaziamento do território, principalmente dos homens. As alternativas agrícolas mais adaptadas e menos agressivas lideradas pelas mulheres permitiram não apenas a permanência delas, mas de suas famílias. Aliado a isso, encontramos também a presença de políticas públicas de transferência de renda como elementos que contribuíram para essa mudança.

Nesse período, as atividades agropecuárias comandadas pelas mulheres passaram a se configurar como a principal atividade produtiva de muitas famílias. Tais fatos corroboram para o que é apontado por Herrera (2016), que as mulheres que realizam atividades agrícolas são



atrizes fundamentais para a subsistência socioeconômica das famílias, mas, principalmente para o bem-estar coletivo e para a preservação do meio ambiente. Esse tipo de produção permitiu uma maior qualidade da alimentação das famílias em um período adverso, porém também se tornou uma importante fonte geradora de renda.

São as mulheres que mais realizam ações para a preservação da biodiversidade nas pequenas propriedades rurais, selecionando espécies de sementes, preservando os cultivos de quintais e criando pequenos animais (BUARQUE, DORDELLY & GARCIA, 2022). E as reivindicações das mulheres estão justamente em alcançar uma produção diversificada e saudável para o autoconsumo e para a geração de renda (SAMPER-ERICE & CHARÃO-MARQUES, 2017). Segundo Buarque, Dordelly e Garcia (2002), o problema está na proporção que essas atividades representam para o meio rural em relação à produção patronal de mercado, o que faz com que os impactos das ações das mulheres para a sustentabilidade do espaço rural sejam localizados e minimizados quando observados contextos mais amplos.

### **3.2. Produção e comercialização**

Como apontado anteriormente, na região pesquisada as principais atividades agrícolas são a produção de milho, arroz, sorgo, macaxeira e hortifrutigranjeiros. O relato das entrevistadas demonstrou a participação ativa das mulheres nos processos de colheita e beneficiamento do milho, arroz, sorgo, macaxeira e outros. No entanto, essa mesma participação não ocorre no processo de comercialização. As dificuldades existentes da “porteira para fora”, que envolvem comercialização e escoamento da produção, não é novidade dentro dos estudos rurais. Mas, para as mulheres, essas barreiras tornam-se ainda maiores. Isso se deve ao fato de que o cultivo desses alimentos é de domínio principal dos homens. Ocorre que, se durante a produção a participação das mulheres é aceita, mesmo que reconhecida como uma ajuda ou atividade secundária, durante a comercialização essa é uma tarefa quase que exclusiva dos homens, já que, na maioria das vezes, envolve o deslocamento para a área urbana.

Ao observarmos os relatos sobre a produção de hortifrutigranjeiros percebemos que estes eram, a princípio, de responsabilidade das mulheres, destinados principalmente para alimentação da família, ou seja, não eram destinados à comercialização. Porém esse foi um espaço em que as mulheres encontram meios de acessarem políticas públicas e recursos. As políticas públicas destinadas a atividades agropecuárias tradicionais, monocultivos e criação de animais de grande porte, eram acessadas principalmente pelos homens, chefes de família,



detentores da titularidade da terra. Já os incentivos às atividades alternativas, como quintais produtivos, agroflorestas, sistema de mandalas e produção orgânica, tornaram-se um caminho para que as mulheres reconfigurassem sua participação na produção agropecuária da região pesquisada.

Com os resultados satisfatórios das atividades, as mulheres passaram a comercializar parte da produção dos pomares, hortas e granjas. Muitas vezes dentro da própria comunidade ou em feiras, permitindo ampliar a renda da família e as redes de contato das mulheres. Políticas públicas para aquisição dessa produção, tornaram-se fundamentais para ampliar os canais de comercialização e consolidar as atividades desenvolvidas pelas mulheres, como foi o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A produção que eu tenho aqui é para consumo próprio, mas o excedente nós vendemos. Nós fornecemos para o PAA e PNAE. As pessoas que sabem também que os produtos não têm agrotóxicos, mandam comprar aqui na comunidade. Esse é um ponto forte para a comercialização. Aqui a gente tem mamão, banana, macaxeira, cebolinha, cheiro verde, berinjela, pimentão (Entrevistada 07, 54 anos).

A partir dessas conquistas, atividades consideradas como próprias do ambiente doméstico, invisibilizadas, passaram a agregar outros membros da família, como filhos e cônjuge, como relata a Entrevistada 21:

Quem cuida aqui da produção sou eu e meu filho. A gente limpa, planta e colhe. Já são 12 anos que a gente produz sem agrotóxico, nós utilizamos biofertilizante e uma mistura de mato e esterco de gado (Entrevistada 21, 53 anos).

Segundo os relatos, essa reorganização da família em torno dessas “novas” atividades produtivas, veio, primeiro, a partir do êxito na comercialização, porém ganhou ainda mais força com as perdas agrícolas recorrentes devido ao período de estiagem prolongada iniciado em 2012. Quanto à comercialização dessa produção, as entrevistadas demonstraram ter maior participação do que na comercialização da produção tradicional. Inclusive com maior autonomia de negociação. No entanto, as entregas e a participação em feiras mais distantes da comunidade ficam geralmente a cargo de seus maridos e/ou filhos.

As atividades que as mulheres têm maior controle e autonomia na comercialização e na renda gerada são as que envolvem algum tipo de transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas, como produção de doces, poupas de fruta e queijo, ou as atividades não-agrícolas,



como a produção artesanal. Nesses casos, são elas as principais responsáveis pela comercialização.

Existem dois pontos que precisam ser destacados a partir dessas constatações. O primeiro deles diz respeito ao controle sobre a produção, comercialização e renda. Por vezes, os planos de desenvolvimento buscam prioritariamente promover a geração de renda própria entre as mulheres. Ocorre que muitas vezes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres estão no controle sobre a renda ou sobre a produção e comercialização.

Ter a própria renda nem sempre é condição suficiente para que a mulher tenha controle sobre ela ou sobre outros recursos. Considerando a distância que pode haver entre acesso e controle, podemos considerar que as mudanças ocorridas na participação das mulheres na atividade produtiva se deram pelas modificações nas condições de acesso (informações, recursos, capacitações), mas, primordialmente pela ampliação da capacidade de controle, seja esse controle individual ou compartilhado com outros membros da família.

O segundo ponto consiste na importância das atividades de comercialização e da participação em feiras e eventos para a construção de autonomia das mulheres. Ao ficarem distantes das atividades de comercialização da produção agropecuária tradicional as mulheres possuíam menores condições de desenvolverem redes de contatos e acessarem capacitações. Os relatos das mulheres entrevistadas demonstram o quanto a possibilidade de comercializarem em feiras e participarem de eventos lhes permitiram desenvolver habilidades, ampliar capacidades e buscar melhorias para si, para outras mulheres e para a comunidade.

No entanto, ficar distante da casa e da família ainda se apresenta como uma barreira, principalmente quando há na casa crianças pequenas, idosos ou doentes que demandam cuidados específicos. E, aquelas que conseguem ir para as feiras e eventos, muitas vezes se veem sobrecarregadas, pois as atividades domésticas continuam sobre sua responsabilidade. Houve relatos em que as entrevistadas disseram que os maridos realizam tarefas domésticas, como cozinhar ou limpar a casa, ainda assim a perspectiva assumida é de que essas atividades são de domínio das mulheres, responsáveis por sua execução ou organização / gerenciamento / distribuição das tarefas. As atividades realizadas pelos homens nesse espaço são categorizadas como ajuda e estes são considerados como menos habilidosos para a execução de tais atividades.

Esses impedimentos à participação das mulheres fora do ambiente doméstico refletem não apenas nas atividades de produção, comercialização e geração de renda, mas também nas



atividades sociais e políticas. A exemplo da menor participação de mulheres no Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste em relação ao quantitativo de homens. Mesmo a criação do Fórum sendo o resultado de uma mobilização com importante participação de mulheres.

#### **4. Considerações Finais**

Este artigo teve como objetivo resgatar as falas de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no Semiárido brasileiro e identificar suas contribuições para repensar as atividades produtivas nessa região. A partir dos resultados encontrados foi possível observar que as mulheres continuam tendo um papel importante para a manutenção da vida no Semiárido. Nos períodos recentes de estiagem as atividades agropecuárias realizadas por essas mulheres contribuíram para a permanência delas e de suas famílias em suas comunidades. Esse é um marco importante para a região, que já vivenciou intensos fluxos migratórios para outras regiões do país. As atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas demonstraram maior capacidade de adaptação à realidade do Semiárido, uso racional dos bens naturais e diversificação da renda familiar.

Cabe também refletir sobre o papel das mulheres no território investigado. A importância que as mulheres tiveram para a manutenção histórica e cultural do Semiárido no passado precisa ser reconhecida e valorizada. E hoje, as atividades e contribuições trazidas pelas mulheres para a continuidade da vida no Semiárido devem integrar os espaços de planejamento e os planos de desenvolvimento para esse território.

Um desenvolvimento que se pretende sustentável deve contemplar relações mais sustentáveis, que respeitem diferentes cenários, diferentes falas e que se apresente próximo o suficiente para aprender. Portanto, a aproximação com as práticas existentes deve preceder a elaboração dos planos de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável não pode ser considerado como um “vir a ser” impositivo, que ocorrerá quando as mulheres forem alcançadas por essas intervenções, pouco dando atenção às alternativas já empreendidas por elas. Também fica explícita a necessidade de elaboração de múltiplas formas de desenvolvimento, pois este não é igualmente entendido e desejado por todas e todos. No caso das mulheres trabalhadoras rurais, elas se deparam com projetos de desenvolvimento liberais e individualistas, ao passo que suas atuações e anseios se voltam para atividades colaborativas, cooperativas e solidárias.



## Referências

- ALBERTI, V. (1990). *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BECK, U. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34.
- BOULDING, K. (1966). The economics of the coming spaceship Earth. In: Jarett, Henry (ed.). *Environmental quality in a growing economy*. Baltimore, MD: Resources for the future/John Hopkins University Press.
- BUARQUE, C., DORDELLY, L. E. G. & GARCIA, V. (2002). Comportamento de Gênero nos Assentamentos da reforma Agrária—os casos de Guarani—Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR. In: *Projeto Gênero e Reforma Agrária. Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária*. Brasília: MDA/INCRA/FAO.
- BURSZTYN, M. & BURSZTYN, M. A. (2012). *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CASTORIADIS, C. & COHN-BENDIT, D. (1981). *Da Ecologia à autonomia*. Trad. Luiz Roberto Salinas Forte. São Paulo: Brasiliense.
- CHACON, S. S. (2007). *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1971). *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- GIANNELLA, V. & CALLOU, A. É. P. (2011). A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. *Cad. EBAPE*, 9 (3), 803-827, set.
- GIDDENS, A., LASH, S. & BECK, U. (1997) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- GORZ, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume.
- HERRERA, K. M. (2016). Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, 15, p. 208-233. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175984.2016v15nesp1p208/33802>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Semiárido Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=acesso-ao-produto>



- ILLICH, I. (1976). *A convivencialidade*. Tradução: Arsénio Mota. Lisboa: Publicações Europa-América.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2021). *Perfil das Regiões de Planejamento: Cariri* (2021). <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>
- MEADOWS, D. H. et. al. (1973). *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva AS.
- MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. & RANDERS, Jorgen. (2007). *Limites do crescimento: a atualização de 30 anos*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- MEIHY, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.
- MOSCOVICI, S. (2007) *Natureza: para pensar a ecologia*. Trad. Maria Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad.
- NAESS, A. (1973) The shallow and the deep, long-range ecology movement: A summary. *Inquiry*, 16, 95-100.
- SAMPAIO, C. A. C. (2010). *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: EDIFURB.
- SAMPER-ERICE, A. & CHARÃO-MARQUES, F. (2017). Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, 25 (2), 683–705.
- SCHUMACHER, E. (1973) *Small is beautiful: a study of economics as if people mattered*. London: Abacus.
- SOUSA SANTOS, B. de. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, out., 237-280.
- SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2021). *Delimitação do Semiárido* 2021. <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf>



# Reflexões sobre territorialidades socioambientais em uma cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

## Reflections on social and environmental territorialities in a city in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro

Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria<sup>1</sup>; Amazile López Netto<sup>2</sup>; Rafael Ângelo Fortunato<sup>3</sup>

Recebido: 07/10/2023. Aceito: 27/11/2023.

### Resumo

Esta pesquisa objetiva refletir sobre o tema das territorialidades socioambientais na cidade de São João de Meriti, “Formigueiro das Américas”, cidade vizinha à capital do estado, Rio de Janeiro - RJ. O artigo organiza-se em três partes: apresentação dos conceitos de território, territorialidades e territorialidades socioambientais; as territorialidades em São João de Meriti; e a construção de territorialidades socioambientais na cidade com enfoque na jardinagem realizada em espaços públicos. A pesquisa deu-se a partir de revisões bibliográficas, pesquisas documentais e observações em campo no território da cidade durante os anos de 2019 a 2023. Espera-se que este trabalho contribua para a compreensão do tema da construção de territorialidades socioambientais nas cidades em prol do bem viver.

**Palavras-chave:** Solidariedade. São João de Meriti. Jardinagem urbana solidária. Territorialidades socioambientais. Brasil.

### Abstract

This research aims to reflect on socio-environmental territorialities in the city of São João de Meriti, “Anthill of the Americas”, a city neighboring the state capital, Rio de Janeiro - RJ. The article is organized into three parts: presentation of the concepts of territory, territorialities, and socio-environmental territorialities; the territorialities in São João de Meriti; and the construction of socio-environmental territorialities in the city with a focus on gardening conducted in public spaces. The research was based on bibliographic reviews, documentary research, and field observations in the city's territory from 2019 to 2023. Hopefully, this work will contribute to understanding the theme of building socio-environmental territorialities in cities in favor of good living.

**Keywords:** Solidarity. São João de Meriti. Solidarity Urban Gardening. Socio-environmental territorialities. Brazil.

---

<sup>1</sup> Mestra em Engenharia Ambiental, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil [paulatbdr@hotmail.com](mailto:paulatbdr@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas Comparadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rio de Janeiro/Brasil [amazile.lopez.n@gmail.com](mailto:amazile.lopez.n@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil [fortrafa@hotmail.com](mailto:fortrafa@hotmail.com)



## 1. Introdução

Este estudo faz parte da pesquisa intitulada “Áreas verdes e territorialidades socioambientais: os jardins urbanos solidários em São João de Meriti - Rio de Janeiro” (em andamento) cujo objetivo é compreender a jardinagem urbana desenvolvida por moradores em espaços públicos no município de São João de Meriti - SJM, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. Com fins didáticos, chamaremos neste artigo de “Jardins urbanos solidários” - JUS os espaços onde se desenvolvem estas práticas de jardinagem.

Os JUS são espaços públicos da malha urbana onde se cultivam vegetais ornamentais ou comestíveis por meio de práticas voluntárias de jardinagem, contribuindo para a ampliação da vegetação em uma região (Figura 1). Em outras palavras, estes jardins consistem em espaços verdes urbanos informais (Rupprecht & Byrne, 2014) acessíveis à comunidade, onde o plantio e manutenção são realizados pelos moradores do entorno, de forma solidária.

Figura 1 - Prática de jardinagem em um jardim urbano solidário



Fonte: Lauria, 2023.



A solidariedade pode ser entendida como um interesse ativo e direto no bem-estar dos outros, uma atenção baseada na emoção, não apenas na razão (Pinzani, 2010). A solidariedade é um dos componentes fundamentais no processo de construção de “territórios do bem viver” uma vez que estes são espaços onde o bem comum e a vida comunitária são prioritários (Fortunato, 2020).

O bem viver, mais que uma utopia, representa iniciativas que promovem outras formas de vida e de relacionamento dos humanos entre si e com não humanos (Alcantara & Sampaio, 2017). Conforme os autores, o bem viver é um estado singular de felicidade que vai além da qualidade de vida, pois forma símbolos, significados e sentidos coletivos, por isso prima pela consolidação de relações comunitárias e solidárias, respeitando a diversidade e a natureza. Neste sentido, ao refletirmos sobre JUS, podemos contribuir para caminharmos rumo a construção de territórios onde o bem viver seja considerado e quem sabe um dia alcançado.

Os JUS são de extrema relevância na cidade pesquisada, uma vez que no ano de 2017, o estudo denominado Caderno Metropolitano apontava índice nulo de áreas verdes em SJM (Governo do Estado do Rio de Janeiro [GERJ], 2017). A escassez de espaços vegetados é um problema socioambiental na cidade, o que prejudica a qualidade de vida e demanda a adoção de medidas para ampliação da vegetação no local. Dentre as diferentes formas de ampliação da vegetação nas cidades figuram os JUS.

Criar e manter um JUS na cidade de SJM é um desafio, por significar expor-se a violência urbana (Simões, 2021) ou mesmo envolver-se em conflitos com grupos ou indivíduos que possuem interesses diferentes quanto ao uso do espaço. Pela elevada densidade demográfica não há muitos espaços livres no município (Casa Fluminense [CS], 2020). As poucas áreas abertas públicas são, frequentemente, usadas como ponto de descarte irregular de resíduos sólidos, especialmente resíduos de construção, restos de poda e móveis, que não são contemplados pelos serviços de coleta de resíduos regular prestados pela municipalidade. Há ainda a instalação irregular de pequenos empreendimentos comerciais em espaços públicos como praças, levando a uma ilegal devastação de vegetação para acomodação de tendas e toda a estrutura do empreendimento. Outro fator importante é a presença de grupos milicianos e traficantes no município, que determinam regras nas regiões sob seus domínios. Todos esses fatores demonstram a complexidade de criar e manter espaços dedicados à jardinagem em locais públicos na cidade.



De acordo com Santos et al. (2021), no ano de 2016, SJM já apresentava um dos maiores índices de criminalidade do Estado do Rio de Janeiro. Os municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis, Mesquita, Niterói e São João de Meriti, respectivamente, apresentaram os índices mais elevados (0,733-0,334), conforme a pesquisa supracitada. Todos esses municípios localizam-se na Região Metropolitana Fluminense. Trajano de Moraes, Sumidouro, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e Rio das Flores, respectivamente, apresentaram os menores índices de criminalidade do Estado (0,122-0,179). Os autores não divulgaram os índices individuais por município para uma comparação. Os mesmos afirmam que os maiores e menores valores nos índices de criminalidade no Rio de Janeiro se localizam em espaços próximos, indicando a presença de uma zona de influência espacial da criminalidade, que pode se espalhar de um município para outro.

Por se localizarem em espaços públicos, os JUS podem sofrer furtos ou depredações, ou mesmo tornarem-se depósitos irregulares de resíduos sólidos urbanos. Os jardins podem apresentar uma diversidade de estados de conservação, que podem variar entre jardins bem cuidados, irregulares, ou mesmo negligenciados, dependendo de circunstâncias ligadas a um conjunto de variáveis, tais como o sentimento de posse, a posição socioeconômica, a identidade cultural, as crenças, o nível de vigilância dos vizinhos, a faixa etária dos ocupantes e a regulamentação governamental, dentre outros elementos relevantes (Rupprecht et al., 2015).

Os JUS estão inseridos no contexto das múltiplas disputas entre poderes que confluem em seu território. Para entendermos melhor esta questão, é preciso considerar que SJM possui 95% de área construída (Casa Fluminense [CF], 2020) e sendo um município que possui uma das maiores densidades demográficas do país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010), cada pequeno espaço de terra é disputado, inclusive os JUS para depósito clandestino de resíduos, como mencionado anteriormente.

O território pode ser compreendido em três vertentes: como categoria de análise, como categoria da prática e como categoria normativa, conforme descrito por Haesbaert (2014). Quando visto como categoria de análise, o território é conceituado como um enfoque nas relações de poder no espaço geográfico. Na qualidade de categoria da prática, ele é empregado por movimentos sociais e grupos marginalizados, tais como agricultores sem-terra, sem-teto e comunidades tradicionais, como um conceito central que embasa suas reivindicações. Por sua vez, na categoria normativa, o território representa aquilo que “deve ser” de acordo com interesses político-econômicos específicos. Isso inclui as políticas de ordenamento territorial



do Estado e os esforços de empresas privadas para promover a valorização de produtos em regiões específicas.

Compreender os processos de criação, manutenção e importância dos JUS demanda uma abordagem territorial, por permitir um enfoque nas relações de poder em que estão inseridos. O território tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político, mas diz respeito tanto ao poder político mais explícito, no sentido de dominação, quanto no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2010). Desta forma, analisar os JUS à luz das dinâmicas territoriais, possibilita compreender não somente as relações entre diferentes forças, mas também a apropriação simbólica do espaço que se dá através do plantio e manutenção desses jardins.

Dada a importância da abordagem territorial para a compreensão da implementação de ações socioambientais na cidade, tendo em vista que se inserem num contexto de disputas entre diferentes poderes, esta pesquisa tem por objetivo analisar os JUS mediante uma abordagem territorial, adotando uma posição epistemológica apresentada pelo pesquisador Rogério Haesbaert (2014), que busca compreender as relações complexas entre espaço, território e poder, sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

Esta pesquisa se organiza em três etapas: apresentação dos conceitos de território, territorialidades e territorialidades socioambientais; análise preliminar das territorialidades em SJM na atualidade; e por fim, indícios sobre a importância dos JUS na formação de territorialidades socioambientais.

O estudo desenvolveu-se a partir de revisões bibliográficas, pesquisas documentais e observações em campo junto a agentes sociais no território da cidade entre os anos de 2019 e 2023.

## **2. Territórios e territorialidades socioambientais**

O território é uma dimensão espacial que assume uma dupla conotação, manifestando-se tanto no domínio material quanto no simbólico (Haesbaert, 2014). No contexto material, refere-se à expressão do controle jurídico e político sobre a terra. Já no contexto simbólico, o território evoca a capacidade de inspirar identificação e apropriação por parte daqueles que têm o privilégio de usufruí-lo. Portanto, conforme delineado pelo autor, o território assume uma



função dupla: servindo como um instrumento de exercício do poder político e, simultaneamente, como um espaço de construção da identidade.

O território desdobra-se ao longo de uma linha contínua que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional até a apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica do espaço geográfico (Haesbaert, 2004). Esse *continuum* territorial revela-se como uma extensão que compreende diversos aspectos da relação entre os atores sociais e o espaço que habitam ou reivindicam.

Lefebvre (1974) propõe uma diferenciação crucial entre dominação e apropriação. A dominação está intrinsecamente relacionada à posse e à propriedade, caracterizando-se como um conceito objetivo e funcional. Por outro lado, a apropriação é um processo de natureza simbólica, carregando consigo as marcas da experiência vivida e do valor de uso do espaço. Lefebvre sugere que a apropriação e a dominação deveriam coexistir harmoniosamente, com a apropriação desempenhando um papel preponderante sobre a dominação. No entanto, de acordo com Haesbaert (2014), a dinâmica de acumulação capitalista tende a suprimir a apropriação, uma vez que o aparato estatal-empresarial transforma os espaços em mercadorias com base em seu valor contábil.

No contexto do espectro de dominação-apropriação nos territórios, Haesbaert (2004) ressalta a presença de uma multiplicidade de poderes exercidos por diversos atores sociais. Esses atores desempenham papéis tanto como agentes da dominação quanto como sujeitos de apropriação, influenciando as lutas hegemônicas e as lutas de resistência. Nesse sentido, a dinâmica do território é caracterizada pela complexidade das relações de poder que envolvem a interação entre quem exerce a dominação e quem busca se apropriar do espaço, refletindo as tensões e conflitos que permeiam a construção e a contestação dos territórios.

Territórios e territorialidades são cada vez mais estimados para a compreensão das diferentes maneiras de apropriação materiais e simbólicas do espaço (Fuini, 2017). Nesse contexto, Haesbaert (2014) apresenta as territorialidades como uma dimensão que abarca aspectos políticos, econômicos e culturais, os quais estão intimamente vinculados à maneira como as pessoas exploram o território, estruturam sua presença nele e conferem significados aos espaços que ocupam. A territorialidade seria, desta forma, um componente do poder (meio para criar e manter a ordem), assim como meio como experimentamos e significamos o mundo em um determinado contexto geográfico (Sack, 1986).



Conforme Haesbaert (2014), o território exige a presença concreta de um espaço físico delimitado, já a territorialidade vai além disso. A territorialidade incorpora não apenas essa dimensão material, mas também elementos simbólicos e culturais que contribuem para a construção de uma imagem ou representação de um território.

A territorialidade em Haesbaert (2014) é tomada em um sentido mais amplo do que território. Consoante o autor, a territorialidade não se limita apenas a uma dimensão simbólico-cultural do território, ou seja, as propriedades gerais necessárias para a existência dos territórios, mas uma imagem ou símbolo de um território que existe mesmo que este não esteja concretamente manifesto.

O conceito de territorialidade, conforme discutido por Haesbaert (1997), abrange um conjunto de estratégias voltadas para o controle de áreas geográficas e para a influência sobre as pessoas que nelas habitam. É essencial compreender a territorialidade como um componente intrínseco do poder, uma vez que permite a apreensão da relação simbólica que os grupos sociais estabelecem com o espaço que ocupam. Nesse sentido, mesmo os grupos considerados “subalternos” ou dominados desempenham um papel ativo na construção de suas territorialidades, muitas vezes de maneira discreta, em meio ao contexto de desigualdade, dominação e resistência.

É crucial destacar que o exercício do poder transcende amplamente as fronteiras estatais e suas territorialidades convencionais. O poder para muito além do Estado e suas territorialidades envolve esferas como a cultural e econômica (Haesbaert, 2014) e podemos dizer que também abarca a esfera socioambiental.

Desse encontro entre o poder, o espaço e as questões socioambientais, emerge o conceito de “territorialidades socioambientais”. Esse termo tem sido objeto de estudo por parte do grupo de pesquisa “Territorialidades Socioambientais” vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, associado ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, no qual os autores da presente pesquisa estão inseridos. O foco principal desse grupo de pesquisa reside na compreensão da interseção entre as questões ambientais, as dinâmicas de poder e influência e a construção de territorialidades em contextos diversos, oferecendo, assim, uma perspectiva interdisciplinar, complexa e abrangente sobre as relações entre sociedade e ambiente.

As territorialidades socioambientais podem ser compreendidas como estratégias para influenciar pessoas, buscando a defesa e a conservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Essas estratégias, além de buscar influência nos rumos dos territórios no ponto



de vista socioambiental, possibilitariam ainda criar vínculos, fortalecendo a ligação das pessoas com seus territórios, incluindo humanos e não-humanos. Dada a convergência e a indissociabilidade entre as pautas sociais e ambientais, utilizamos o termo socioambiental para nos referir a estas territorialidades.

As territorialidades socioambientais estariam diretamente ligadas a capacidade de indivíduos ou grupos em agir em prol da garantia do cumprimento, ou em consonância com o Artigo 255 da Constituição Federal que estabelece que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

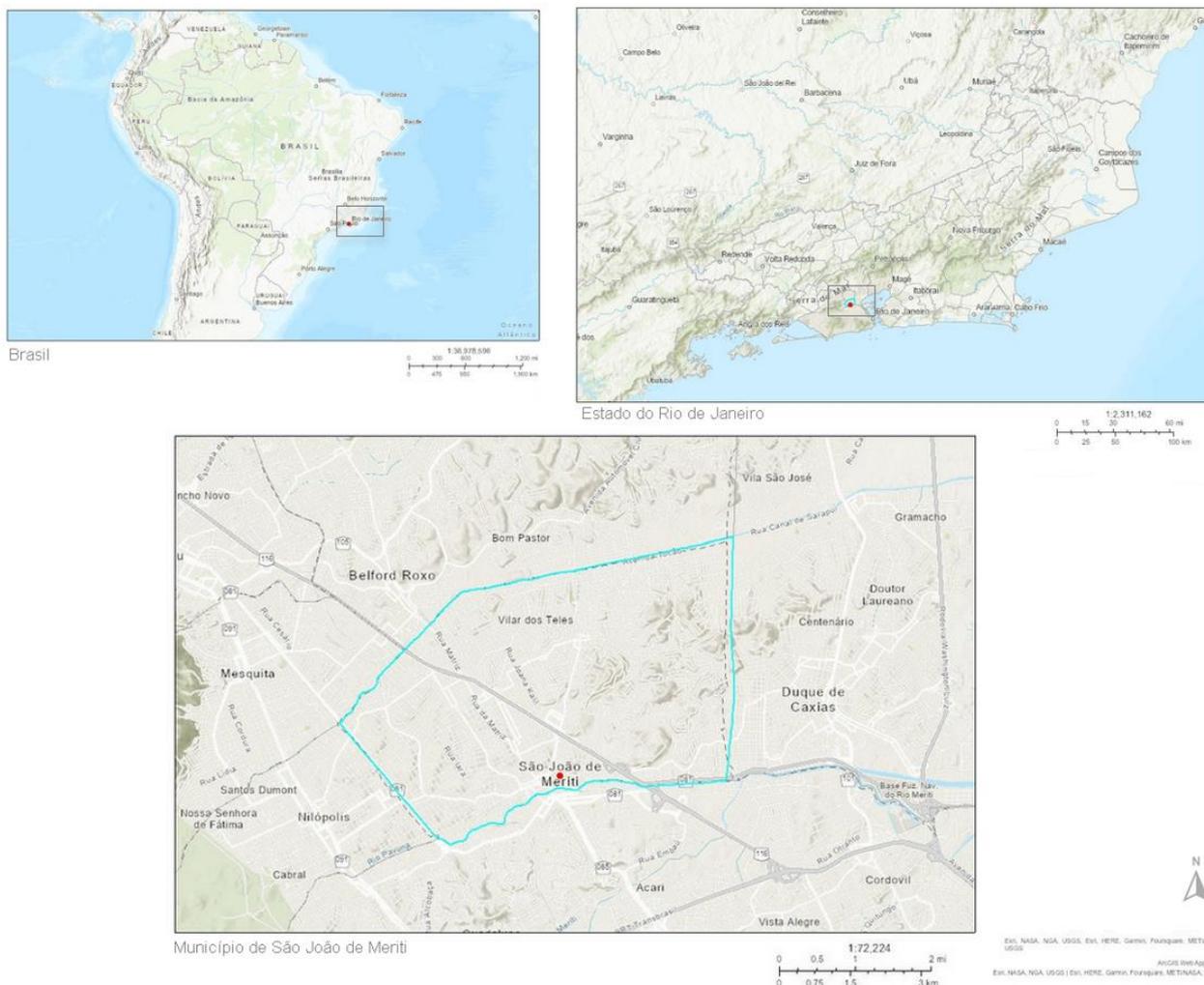
As territorialidades socioambientais podem estar presentes nos territórios de diferentes maneiras e em diferentes escalas, através, por exemplo, da presença de grupos ativos na promoção de ações socioambientais para a defesa do ambiente, em associações, coletivos ou organizações não governamentais voltadas às causas socioambientais e até mesmo em ações em menor escala que de alguma forma contribuam para a proteção ambiental.

A seguir, abordaremos algumas das dinâmicas territoriais presentes em SJM para podermos compreender mais adiante, como as territorialidades socioambientais podem estar presentes neste município através dos JUS.

### **3. Diferentes territorialidades em São João de Meriti - RJ**

São João de Meriti, o “Formigueiro das Américas” faz parte da Baixada Fluminense, localizada na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (Figura 2). “Meriti” é oriundo do termo da língua Tupi antiga *meriti'yba*, que significa “pé de buriti” (Navarro, 2006). Atualmente a cidade apresenta raros espaços onde as pessoas podem ter contato com a natureza, inclusive com os buritis.

Figura 2 - Localização da cidade de São João de Meriti – RJ



Fonte: Os autores, 2023.

A Baixada Fluminense passou por uma ocupação colonizadora durante os séculos XVI e XVII, quando a mata primária foi desmatada em São João para dar lugar às lavouras (Laport, 2013). Segundo o autor, já no século XVIII, Meriti experimentou um período de prosperidade econômica, caracterizado pela presença de fazendas que produziam cana-de-açúcar, feijão, aipim, arroz, milho, legumes e aguardente, principalmente por meio da exploração da mão de obra escrava. Esse período representou um marco na história econômica da região.

Ao longo do tempo, a cidade de SJM testemunhou mudanças significativas que contribuíram para seu declínio econômico. Um dos fatores-chave, conforme apontado por Laport (2013), foi o assoreamento dos rios, o que dificultou a navegação fluvial e, conseqüentemente, afetou a economia agrícola local. Além disso, a cidade enfrentou outros desafios relacionados ao processo de desmatamento, que alterou o ambiente natural de maneira prejudicial.



O declínio econômico de SJM também pode ser atribuído a fatores como epidemias de malária e cólera, conforme documentado por Simões (2007). Essas doenças representaram ameaças à saúde da população e tiveram um impacto negativo na qualidade de vida e na atividade econômica da cidade.

As obras de saneamento próximas aos eixos de circulação ferroviária e rodoviária levaram a adensamentos populacionais em Meriti a partir dos anos 1940 (Laport, 2013). Terras inicialmente destinadas à agricultura, foram apropriadas, muitas vezes violentamente, para usos urbanos, onde se implantaram os loteamentos populares, produzindo casas por meio da autoconstrução (Simões, 2007). A conexão dessas áreas ao traçado metropolitano via linha férrea permitia que o trabalhador ocupasse essas terras e se deslocasse para o trabalho na Capital, assim, SJM passou por um novo surto imobiliário nos anos quarenta (Laport, 2013).

No período que abrange desde os anos 1950 até os anos 1970, uma parcela substancial do território de SJM havia se transformado no principal local de residência da classe trabalhadora da Metrôpole Fluminense (Laport, 2013). Este fenômeno, conhecido como o movimento pendular em direção à cidade do Rio de Janeiro, representa um dos símbolos mais marcantes dos fluxos populacionais que influenciaram significativamente a configuração urbana de SJM, como ressaltado pelo autor.

São João de Meriti, situada no contexto metropolitano fluminense, desempenhou um papel crucial ao possibilitar o atendimento da demanda por moradia da considerável população de baixa renda da região. Isso se deu, em grande parte, devido à expansão de loteamentos habitacionais combinada com a oferta de terrenos a preços acessíveis (Laport, 2013). Como resultado, ao longo dos anos, a cidade viu um aumento significativo na densidade populacional.

A intensificação do processo de urbanização em SJM teve impactos negativos no ambiente local. O crescimento acelerado da cidade resultou na impermeabilização do solo e na escassez de áreas verdes. As escassas áreas arbustivas remanescentes em SJM agora se limitam aos topos de morros que ainda não foram ocupados, como observado por Costa e Alcântara (2020).

Este breve resgate histórico deu-se tendo em vista compreender a situação atual do adensamento populacional e da falta de espaços verdes na cidade. Nesse sentido, é importante destacar que não se tratou de um processo caótico, fruto da falta de planejamento, ou dos efeitos colaterais imprevisíveis da adoção do modelo de ocupação, mas sim do resultado de projetos de segregação social onde as diversas classes sociais foram distribuídas pelo território através



de ações e omissões planejadas para esse fim a partir de objetivos explícitos de uma lógica econômica concentradora e excludente, de renda e acesso a bens e serviços públicos (Simões, 2021) e também ao meio ambiente.

As dinâmicas territoriais de Meriti não se dão de forma descolada do contexto da capital fluminense, desta forma, a compreensão de algumas territorialidades cariocas pode auxiliar a elucidar mecanismos também presentes em SJM. Rogério Haesbaert (2014) desenvolveu uma pesquisa sobre territorialidades na cidade do Rio de Janeiro, apresentando processos de contenção e controle territorial impostos pelo Estado, grupos milicianos e traficantes, o que permite vislumbrar barreiras existentes para a implementação de projetos e ações socioambientais. Neste sentido, pudemos observar que há dinâmicas territoriais semelhantes em SJM que detalharemos adiante.

A contenção territorial é uma tática de bloqueio de fluxos ou obstrução de vias, e é um dos efeitos espaciais mais relevantes dos eventos relacionados à violência urbana (Haesbaert, 2014). Consoante o autor, este mecanismo consiste no fechamento e abertura de territórios, sendo episódicos, temporários ou permanentes, estando relacionado à ação de três grandes sujeitos envolvidos na questão da insegurança na cidade: o Estado, representado pela polícia, o narcotráfico e as milícias.

Quando a contenção territorial se dá por parte da polícia, geralmente essa ação no local será temporária. Se ocorre perto de uma favela, os alvos preferenciais são os moradores de favelas quando se trata de contenções, já quando o fechamento ocorre em vias principais, atingem indiscriminadamente diferentes classes e grupos sociais, sendo um dos principais objetivos o aumento da visibilidade, ou seja, o potencial publicitário daquela ação da polícia (Haesbaert, 2014).

O narcotráfico também atua na contenção territorial interferindo de forma temporária ou duradoura na circulação nas comunidades sob seu domínio, construindo barricadas e/ ou muros que obstruem as ruas para impedir a penetração da polícia, dificultando seu acesso, o que também acaba por afetar a mobilidade dos moradores, que perdem a liberdade de deslocamento e transporte dentro do seu espaço cotidiano, levando a uma imobilidade da população (Haesbaert, 2014).

A milícia da cidade do Rio atua na contenção territorial, construindo muros, controlando portões de entrada e impondo horários, para limitar a liberdade de circulação dos moradores (Haesbaert, 2014). Segundo o autor, as milícias dão-se tanto no espaço vazio deixado pelo



Estado formal em garantir a segurança quanto na promiscuidade com os circuitos ilícitos, como no caso dos milicianos oriundos ou ainda ligados ao aparelho da polícia estatal.

A cidade de SJM também é marcada por grandes áreas dominadas pelas facções do narcotráfico, áreas dominadas pelas milícias ou “narcomilícias” e áreas em disputa (Simões, 2021). Conforme o autor, o fato de os territórios da cidade estarem em constante disputa, impactam na letalidade, uma vez que esses grupos armados frequentemente entram em confronto para ampliar seus territórios.

O narcotráfico adota medidas de contenção territorial para proteger os territórios sob seu controle em SJM. Uma das estratégias mais notáveis é a instalação de barricadas, compostas por uma variedade de materiais, como barras de ferro, sofás, entulho, geladeiras preenchidas com concreto ou troncos de árvore. Nos últimos dois anos observou-se um aumento na disseminação de barricadas na cidade, particularmente em vias próximas às principais. Essas barricadas são estabelecidas com a finalidade de garantir a segurança dos traficantes e dos pontos de venda de narcóticos, além de estabelecer uma clara demarcação de que o território se encontra sob o controle do narcotráfico.

Em decorrência do fenômeno da instauração de barricadas por parte do narcotráfico em SJM, a mobilidade foi substancialmente prejudicada, resultando na sensação de que a cidade se transformou em um verdadeiro “campo-minado”. Trafegar pelas ruas tornou-se uma tarefa complexa, exigindo extrema cautela para evitar violar os códigos de conduta estabelecidos pelo poder paralelo que atua na região. Além disso, em várias localidades, a circulação de carros, ambulâncias e caminhões de mudança tornou-se praticamente impossível devido à construção dessas barreiras físicas. Isso não apenas restringe a mobilidade, mas também impede que comunidades inteiras se desloquem, colocando-as em uma situação de imobilidade e constrangimento.

Além das barricadas, é importante mencionar a presença de trincheiras atualmente em SJM, também conhecidas como “valas”, que representam uma evolução na estratégia de contenção territorial. Essas valas são covas profundas escavadas de um lado a outro das ruas, com o objetivo de bloquear completamente o tráfego de veículos, tornando diversas vias da cidade inacessíveis. As valas intensificam ainda mais a segregação territorial e consolidam o domínio do narcotráfico sobre essas áreas.

Em SJM as milícias atuam cobrando taxas para comerciantes e prestadores de serviços para garantir a “segurança” em determinadas áreas da cidade que estão sob seus domínios. Esses



grupos atuam vigiando os moradores, fazendo rondas, impondo regras e cobrando taxas em territórios dominados.

A omissão do Estado é um fator importante para a manutenção destes mecanismos de contenção territorial. Apesar dos clamores populares (Prado et al., 2022) não foram observadas ações integradas suficientes e efetivas de enfrentamento do problema por parte do poder público.

De acordo com Haesbaert (2014), quem detém o poder na atualidade é quem detém a mobilidade, assim a contenção territorial é um mecanismo de reafirmar poder sob territórios. A população, assim, vivencia a imobilização por conta da contenção territorial, que acaba por causar ainda constrangimento e barragem.

Além da contenção, o monitoramento também é uma forma de controle territorial (Haesbaert, 2014). Este, dá-se tanto no espalhamento de câmeras de monitoramento da prefeitura nas vias principais, quanto pelos traficantes e milicianos nos recôncavos de seus domínios, que em suas rondas monitoram atentamente os habitantes da cidade no seu dia a dia.

Diferentes grupos disputam os territórios meritienses. Como vimos, a cidade tem apresentado barreiras simbólicas e concretas que são desafiadoras a implementação de ações de cunho socioambiental na cidade. As territorialidades socioambientais em SJM precisam ser capazes de se desenvolver apesar desse contexto imobilizador.

### **3.1 Jardins urbanos solidários: contornamentos e criação de territorialidades socioambientais em São João de Meriti - RJ**

Como visto, são diversos os poderes que se sobrepõem em SJM, apesar disso, há indivíduos e coletivos que buscam contornar os efeitos barragem, criados pelos mecanismos de contenção presentes na cidade (Fuini, 2017). Contornamentos são artes de transitar entre as barreiras impostas, resistindo, buscando formas de sobrevivência criativas e discretas nestes espaços onde diversos poderes se impõem, para não se manter imóvel (Haesbaert, 2014).

A presença de JUS em Meriti (Figura 3) pode evidenciar a existência de territorialidades socioambientais que se caracterizam como mecanismos de contornamento voltados a mitigar o problema da escassez de espaços vegetados no município. A ocorrência desses jardins, criados e mantidos por moradores em ambientes hostis, como aqueles dominados pelo tráfico, representa formas de romper com a imobilidade em tempos e realidades opressoras na cidade.



Figura 3: Flores e insetos em um jardim urbano solidário em São João de Meriti - RJ



Fonte: Lauria, 2023.

Os JUS em SJM muitas vezes se localizam ao lado de amontoados de resíduos sólidos (Figura 4) e ainda assim, resistem, coloridos, com flores, árvores frutíferas e plantas com simbolismos e significados, indicando a presença de territorialidades socioambientais em regiões mais diversas da cidade. Neste sentido, ao olhar para os JUS meritienses, é possível observar como as pessoas podem agir por mecanismos de contornamento — considerando suas limitações e possibilidades de ação — na transformação de sua realidade, trazendo mais vegetação onde esta é escassa, criando espaços repletos de significados e vida, indo na contramão da impessoalidade e descompromisso, se apropriando de seu espaço e buscando torná-lo mais aprazível a seus habitantes.



Figura 4 - Jardim urbano solidário localizado próximo a um ponto de descarte irregular de resíduos em São João de Meriti -RJ

(a)



(b)



Legendas: (a) – resíduos sólidos depositados ao lado do JUS e (b) - placa inserida no jardim “Preserve a mãe natureza”

Fonte: Lauria, 2023.

Na cidade do Rio de Janeiro, semelhantemente, Rocha (2017) observou a existência de práticas comunitárias emergentes, não institucionais, autogestionárias e propositivas que atuam no ambiente construído. Essas iniciativas têm a capacidade de criar e transformar espaços que, originalmente, são considerados não-lugares<sup>4</sup> em locais de convívio que exercem impacto no coletivo.

Rocha (2017) direcionou sua pesquisa de forma a contemplar iniciativas urbanas em contextos caracterizados pela desigualdade, destacando a experiência inovadora da criação do Parque Ecológico Sitiê, localizado no Vidigal, Rio de Janeiro. Esse projeto teve origem, apropriação e liderança comunitária. Nasceu a partir da inquietação de um morador com um depósito de lixo irregular na comunidade.

A pesquisa desenvolvida por Rocha (2017) teve embasamento, entre outros referenciais teóricos, à perspectiva ecosófica dos três registros ecológicos: mental, social e ambiental, assim como a perspectiva micropolítica para a compreensão das práticas emergentes como revoluções

---

<sup>4</sup> Não-lugar é um termo utilizado por Rocha (2017) para criticar intervenções em áreas públicas através da construção de espaços que não são apropriados e são abandonados ou depredados. O termo foi utilizado pela primeira vez pelo antropólogo francês Marc Augé (1994) para definir espaços de convívio construídos sem envolvimento das pessoas que vão usufruir do lugar, sem que as pessoas se apropriem do mesmo, como, por exemplo, um quarto de hotel, uma rodoviária ou um supermercado.



moleculares (Guattari, 1981, 1990). Essa abordagem permitiu uma compreensão das dinâmicas presentes nessas iniciativas, destacando seu potencial transformador nos aspectos mental, social e ambiental, além de realçar a liderança comunitária e a participação ativa dos residentes na criação de lugares de convívio significativos em suas comunidades.

Félix Guattari (1990), em “As Três Ecologias”, trouxe a interpretação da crise global como uma crise ecológica. O autor apresentou a perspectiva ecosófica como uma necessária articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana), visando considerar a complexidade dessas inter-relações. Do ponto de vista da micropolítica, para o autor, ações locais emancipatórias são consideradas revoluções moleculares potencializadoras do coletivo que, em reciprocidade, são atravessadas pela macropolítica (Rocha, 2017). Assim, podemos dizer que os JUS podem impregnar os territórios de significados, contribuindo para a construção de conexões entre os indivíduos com o local, favorecendo sua apropriação.

A solidariedade é um componente fundamental para a construção de territorialidades socioambientais. Fortunato (2020) afirma que a solidariedade é ainda um dos elementos indispensáveis para a garantia do bem-estar e a economia nos territórios. Segundo o autor, a palavra solidariedade deriva do radical *solidum*, de onde vem também a palavra sólido, assim, uma sociedade sem solidariedade não teria a solidez necessária para manter-se, sendo mais fraca e solitária, e podemos dizer também que menos resiliente. Para o autor a solidariedade vai além do fazer coisas boas, mas significa um agir inteligente para a construção de um ambiente que propicie maior qualidade de vida para todos.

As ações solidárias, como os JUS, têm capacidade de influenciar pessoas e os rumos dos territórios. Para Fortunato (2020) os territórios estão sob constante disputa entre diferentes grupos, de forma que indivíduos estabelecem estratégias de influência e domínio. Podemos dizer que em nosso modelo societário, essas estratégias são geralmente voltadas para o bem individual e proveito egoísta daquilo que é coletivo, como o espaço público. Mas há ainda aquelas ações voltadas para o bem comum, ações solidárias capazes de, segundo o autor, trazer novos significados para os espaços públicos para que as cidades possam “tornar-se espaços de convívio prazerosos, espaços de vida, de ânimo e de solidariedade” (p. 29).



As ações solidárias voltadas à ampliação da vegetação nas cidades, como a implementação dos JUS, fogem da lógica utilitarista<sup>5</sup> em que se baseia o paradigma econômico hegemônico. Estas relações que se estabelecem nessas ações solidárias nos territórios escapam da esfera mercantil e nos permitem vislumbrar a “espessura antropológica dos territórios” (Zaoual, 2010).

À luz das reflexões de Zaoual (2010), podemos dizer que estas dinâmicas territoriais que se dão na criação e manutenção de JUS refletem sentidos comuns compartilhados pelos agentes sociais no território. No compartilhar, laços sociais são favorecidos, as singularidades prestigiadas e a cooperação recebe destaque, em oposição ao caráter destruidor da concorrência e egoísmo em que se baseia a “economia hegemônica”.

Os JUS permitem vislumbrar a tecitura de relações fora da lógica do lucro individual através, por exemplo, da doação do tempo no cultivo e na manutenção dos jardins, nas trocas de sementes e mudas, no câmbio de experiências e saberes sobre as plantas e sobre a vida.

#### **4. Considerações finais**

A análise das dinâmicas territoriais nas cidades permite vislumbrar entraves e possibilidades para a implementação de ações de cunho socioambiental, uma vez que buscam compreender diferentes poderes que se sobrepõem, fugindo da ótica idealista e ingênua que acredita que soluções pré-fabricadas para problemas socioambientais podem ser adequadas a quaisquer realidades.

Em realidades opressoras, como a da cidade de SJM, onde diferentes grupos impõem contenções territoriais e o Estado não atua de forma efetiva, indivíduos buscam discretamente soluções ou formas de mitigar a escassez de espaços vegetados, contornando as limitações territoriais impostas e criando, por exemplo, os JUS, que podem permitir não somente a ampliação da vegetação no município, mas também a criação de territorialidades socioambientais, ainda que em pequena escala, que coexistem com as demais territorialidades.

Os JUS podem ser importantes para construção de territorialidades tanto na demarcação territorial concreta e visível — que irá representar a dominação, ainda que de pequenos

---

<sup>5</sup> O utilitarismo tende a orientar as ações dos indivíduos ao senso da utilidade, que é homogênea e mensurável. Ele assume de forma arbitrária um mundo em que todos os elementos são supostamente divisíveis e, desta forma, quantificáveis. Neste sentido, tudo pode ser medido numericamente em valores objetivos, fugindo assim, da subjetividade (Zaoual, 2010).



territórios, dependendo do tamanho do jardim, demarcando espaços na cidade para que as pessoas possam estar em contato com a natureza — quanto em termos de apropriação simbólica, por impregnar o espaço de significados, devido às experiências singulares que se dão através do cultivo, interações entre humanos e não humanos na criação e manutenção dos JUS, que se estabelecem privilegiando práticas solidárias, fundamentais ao bem viver.

Novos estudos são necessários para aprofundar a compreensão do papel dos JUS na formação de territorialidades socioambientais, assim como para investigar sua correlação (ou ausência dela) com os movimentos sociais. É essencial conhecer os movimentos sociais atuantes no território e entender como seus membros estão envolvidos na construção de territorialidades socioambientais. Isso nos permitirá vislumbrar possibilidades sobre a tessitura de redes para influenciar nas políticas públicas locais.

## Referências

Abreu, F. B., & Silva, K. L. F. (2019). Uma análise do Parque Cesamar, em Palmas (TO) sob o viés da biofilia: compreendendo o seu estado da arte e sua aplicação no planejamento das cidades biofílicas. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 12(5).

Abreu, R.L. (2013). Mapa do estado do Rio de Janeiro.

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RiodeJaneiro\\_MesoMicroMunicip.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RiodeJaneiro_MesoMicroMunicip.svg).

Alcantara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. *Desenvolvimento e meio ambiente*, 40.

Augé, M. (1994). Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Papirus Editora.

Brasil, S. F. (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

Casa Fluminense. (2020). Mapa da desigualdade. Casa Fluminense.

Costa, M. M. P., & Alcantara, D. D. (2020). Mobilidade na periferia metropolitana fluminense: transporte ativo posto à prova em São João de Meriti, RJ. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12.

Governo do Estado do Rio de Janeiro (2017). Caderno Metropolitano. <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Caderno03-Cartografia-Camara.pdf>

Fortunato, R. A (2020). Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver. *Multifoco*,



- Fuini, L. L. (2017). O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, 21(1), 19-29.
- Guattari, F. (1981). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Editora Brasiliense.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Papirus.
- Haesbaert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Eduff.
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre.
- Haesbaert, R. (2010). *Território e multiterritorialidade: um debate*.
- Haesbaert, R. (2014). *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Editora Bertrand Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) Censo 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>
- Laport, B. L. (2013). São João de Meriti e sua questão demográfica. *Revista Pilares da História*, 12, 27-33.
- Lefebvre, H. (1974). La production de l'espace. *L'Homme et la société*, 31(1), 15-32.
- Navarro, E. D. A. (2006). *Dicionário de tupi antigo a língua indígena clássica do Brasil*.
- Prado, et al. (2022). Em 10 meses, Disque Denúncia recebeu 8,5 mil relatos sobre barricadas no RJ. G1. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/11/18/em-10-meses-disque-denuncia-recebeu-85-mil-relatos-sobre-barricadas-no-rj.ghtml>.
- Pinzani, A. Solidariedade e autonomia. (2010). *Revista Dois Pontos*, 7 (2), 157-173.
- Rocha, H. F. M. (2017). O lugar das práticas comunitárias emergentes: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos.
- Rupprecht, C. D., & Byrne, J. A. (2014). Informal urban greenspace: A typology and trilingual systematic review of its role for urban residents and trends in the literature. *Urban Forestry & Urban Greening*, 13(4), 597-611.
- Rupprecht, C. D., Byrne, J. A., Garden, J. G., & Hero, J. M. (2015). Informal urban green space: A trilingual systematic review of its role for biodiversity and trends in the literature. *Urban Forestry & Urban Greening*, 14(4), 883-908.
- Sack, R. D. (1986). *Human territoriality*. Cambridge University Press.
- Santos, P. S., Bezerra, É. C. D., de Freitas, C. A., & Becker, K. L. (2021). Criminalidade nos municípios do Rio de Janeiro: uma análise multivariada e espacial. *Revista de Economia*, 42(78), 447-479.



Simões, M. R. (2007). A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações na Baixada Fluminense. Entorno.

Simões, M. R. (2021). Desigualdade e violência na Metrópole Carioca. Editora Entorno.

Zaoual, H. (2010). O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. Oikos, 9(1).



# Exercitando uma reflexão sobre o Bem Viver: a escuta de migrantes caiçaras da Ilha dos Valadares, Paranaguá - PR

## Exerciting a reflection on the Good Living: listening to migrants from Valadares Island, Paranaguá - PR

Janelize Nascimento Felisbino<sup>1</sup>; Mayra Taiza Sulzbach<sup>2</sup>

Recebido: 08/10/2023. Aceito: 06/12/2023.

### Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisa a percepção de viver bem de sujeitos caiçaras migrantes da área rural da baía de Paranaguá e/ou Guaraqueçaba, residentes na Ilha dos Valadares, Paranaguá, Paraná (PR), Brasil, exercitando uma reflexão sobre o conceito do Bem Viver como filosofia de vida. Trata-se de um estudo teórico-empírico qualitativo, com uso da metodologia da história oral. Todos os entrevistados se identificaram como caiçara, sendo este um dos critérios de seleção. Os resultados obtidos permitiram identificar nas narrativas dos sujeitos caiçaras pesquisados aspectos do conceito de Bem Viver dentro do campo da imaterialidade. Os sujeitos caiçaras entrevistados partilham ideais das relações sociais que envolvem a solidariedade e a harmonia com o Outro, ancorado na ética do viver em coletivo.

**Palavras-chave:** Bem Viver. Caiçara. Ilha dos Valadares. Paranaguá.

### Abstract

This article presents the results of a research that to analyze the perception of Living Good of caiçara subjects migrants from rural areas from the Bay of Paranaguá and/or Guaraqueçaba, living on Valadares Island, Paranaguá, Paraná, Brasil, to exerciting a reflection on the concept of Good Living as a philosophy of life. This is a qualitative theoretical-empirical study, using the methodology of oral history. All interviewees identified themselves as caiçara, this being one of the criteria of selection. The results obtained allowed us to identify, in the narratives of the surveyed Caiçara subjects, aspects of the concept of Good Living within the field of immateriality. The interviewed caiçara subjects share ideals of social relationships characterized by solidarity and harmony with others, grounded in the ethics of collective living.

**Keywords:** Good living; Caiçara; Valadares Island.

## 1. Introdução

O Bem Viver, um conceito de origem ancestral indígena, (ACOSTA, 2016), abre a possibilidade para se imaginar outros mundos de bem viveres, ou seja, territórios que respeitam a diversidade de modos de vida existentes e em construção. Esse conceito se coloca em contraposição ao de um único modo de conduzir a vida, para tanto, se coloca como um

---

<sup>1</sup> Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [janelize.nasc@gmail.com](mailto:janelize.nasc@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. E-mail: [mayrasulzbach@yahoo.com.br](mailto:mayrasulzbach@yahoo.com.br)



paradigma contrário ao de modelo único de conduzir o desenvolvimento. O Bem Viver busca a reconexão do homem consigo, com o outro e com a Natureza, sendo visto como uma saída à crise socioecológica global.

As incertezas, afloradas em meio a uma crise socioecológica global, que coloca em risco o futuro do Homem enquanto habitante do Planeta Terra, parece partir de ser um desequilíbrio nas relações entre sociedade-natureza e sociedade-sociedade, dado o fosso de desigualdades sociais e destruição da Natureza que vivemos. Nos noticiários, os desequilíbrios aparecem todos os dias. Não é necessário nem mencionar muitos noticiários para visualizar a crise socioecológica que vivemos: em 2022 a guerra entre Rússia versus Ucrânia por território, afetou a vida de milhares de pessoas com perdas materiais, deslocamentos forçados, separações de familiares e mortes; a onda de calor recorde na Europa que causou mortes e incêndios em 2022; e o vírus sars cov presente na natureza, que ocasionou a Pandemia da Covid-19, e que só no Brasil até julho/22 provocou a morte de aproximadamente 678 mil pessoas.

Se em algum momento da história da humanidade, a guerra entre dois países, as mudanças climáticas e as mortes em um país não eram problemas globais, desde metade do século XX eles se tornam, dada a tomada de consciência de um planeta único, o que não implica que as relações entre os indivíduos e destes com a Natureza precisa ser hegemônico.

Do global ao local, do local ao global ou ainda de uma forma dialógica entre os territórios. Cada território contém suas especificidades, contestando o reducionismo cultural. O Bem Viver contribui para exercitarmos reflexões sobre os mais diversos modos de vidas, aqui neste artigo, abordando os sujeitos caiçaras e buscando compreender suas experiências vividas. Como cita Krenak (2020, p. 30): “Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos”, ou seja, desenhar “novos projetos de sociedade” (SAMPAIO, ALCÂNTARA E VIEIRA, 2022, p. 165). E por que não, trazendo traços dos modos de vida das antigas gerações, buscando sempre a reconexão do homem consigo e com o outro e a Natureza.

O presente artigo tem como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa que analisa a percepção de viver bem dos sujeitos caiçaras migrantes da baía de Paranaguá e/ou Guaraqueçaba, residentes na Ilha dos Valadares, Paranaguá, Paraná, Brasil, a fim de exercitar uma reflexão sobre o conceito do Bem Viver como filosofia de vida. O propósito não é afirmar que o sujeito caiçara, migrante de área rural da baía de Paranaguá ou Guaraqueçaba, residente na Ilha dos Valadares, município de Paranaguá dispõe de um Bem Viver igualmente aos povos



originários ou que o Bem Viver se torne um modelo de vida padrão, hegemônico. A ideia é impulsionar o debate e resgatar a esperança num futuro possível de bem viveres a partir da escuta de população que existe em cada lugar, indígena ou não indígena, de comunidade tradicional ou não tradicional, para uma construção coletiva e democrática de Bem Viver ou Viver Bem, numa perspectiva de filosofia de vida.

A discussão levantada nesta pesquisa não se deve esgotar nele, mas como combustível para ampliar futuras reflexões e de ações, que precisam iniciar individualmente em cada um de nós, ampliando-se, criando multiplicadores de bens viveres. Para além da Introdução aqui apresentada e das considerações finais, dividiu-se o artigo em quatro partes. A primeira contempla a teoria do Bem Viver e conta com as contribuições Walsh (2009), Gudynas (2011), Hidalgo-Capitán (2012), Acosta (2016), Turino (2016) e Sampaio, Alcântara e Vieira (2022). Na segunda parte apresenta uma breve revisão bibliográfica dos traços da identidade e territorialidade caiçara. Na terceira parte os procedimentos metodológicos. Na quarta parte os resultados são apresentados com a descrição e discussão das entrevistas, e na quinta parte, das considerações finais, uma síntese do viver bem caiçara na perspectiva dos entrevistados comparado aos traços do Bem Viver na visão de Walsh (2009), Gudynas (2011) e Acosta (2016).

## **2. O Bem Viver**

Reflexões do Bem Viver datam de meados do século XX, com avanços nos anos 1990 pelos movimentos indígenas, sociais e intelectuais (CHUJI, RENGIFO E GUDYNAS, 2019). Hidalgo-Capitán (2012, p. 48-49 – tradução nossa) cita que há três correntes ideológicas do Bem Viver. A indigenista ou pachamamista, que segundo o autor, é a originária, é o nascedouro pela “autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver” e dos elementos mágicos-espirituais (pachamama). A segunda corrente, a socialista e estadista, é decorrente de uma gestão de política-estatal rumo a equidade social. A terceira corrente, pós-desenvolvimentista e ecologista, que é tida como uma utopia por conceber-se como uma alternativa ao desenvolvimento “construir várias sociedades com o Bem Viver próprio, assim só teria significado dentro de cada sociedade” (IBIDEM).

Imaginar sociedades com padrões de vida diferentes parece à primeira vista uma utopia, mas se faz urgente, especialmente para que se freie a “crise socioecológica global” (SAMPAIO, ALCÂNTARA E VIEIRA, 2022).



O Bem Viver expressa, de acordo com Acosta (2016), o modo de vida tradicional das culturas: kichwa (sumak kawsay), suma qamaña (aymara) e nhandereko (guarani), originárias da região dos Andes, e que são conhecidas pelas expressões “Buen Viver” (Equador) ou “Vivir Bien” (Bolívia), como também “saber viver, viver em equilíbrio e harmonia, respeitar a vida, vida em plenitude, vida plena” (IBIDEM, p. 78).

A construção da ideia de um Bem Viver, de acordo com Acosta (2016), se baseia na visão dos povos indígenas, contudo não deve ignorar possíveis contribuições daqueles que vivem de forma comunitária, já que estes encontraram formas de sobreviver fora do sistema dominante. Gudynas (2011) sinaliza que, as ideias de Bem Viver “são encontradas em outros sistemas mistos ou ambientes multiculturais” (IBIDEM, p. 444 - tradução nossa). Hidalgo-Capitán (2012, p.49) aponta que, o Bem Viver, pela corrente pós-desenvolvimentista e ecologista, está conectado as concepções pré-modernas “indígenas, campesinas, sindicalistas, cooperativistas, solidaristas, feministas, pacifistas, ecologistas, socialistas, teológico-libertadores, descolonial”.

Gudynas e Acosta (2011, p. 103-104 – tradução nossa) citam que, nas cosmovisões indígenas não existe o desenvolvimento como um processo linear, nem metas a serem alcançadas em favor de um “desenvolvimento”, nem a separação homem-mulher da Natureza; tampouco “uma concepção de pobreza como carência de bens materiais ou uma de riqueza entendida como sua abundância”. Uma concepção oposta ao propagado pelo modelo de desenvolvimento industrial, a ser único, o qual foi imposto a diversas sociedades.

O Bem Viver, de acordo com Acosta (2016), é um projeto emancipador que se constrói nas relações de harmonia com o eu, com o outro e com a Natureza inspiradas nos princípios de reciprocidade, redistribuição e solidariedade. Para o autor:

Os princípios básicos de reciprocidade, redistribuição e solidariedade exigem ser construídos em todos os espaços possíveis de vida comunitária, começando nos lares e escolas, além de diversas outras instâncias da vida dos seres humanos (ACOSTA, 2016, p. 192).

Diferente de Acosta (2016), Walsh (2009), apresenta quatro princípios centrais do Bem Viver. A autora (tradução nossa) explica que, é por meio da relacionalidade que surgem os demais princípios, sendo o princípio da correspondência o vínculo estabelecido pela relação. Esse princípio se expressa na forma harmoniosa de se relacionar com o diverso, envolvendo o simbólico, o celebrativo, o ritual e o afetivo. O princípio da complementariedade sugere que as



coisas não existem por si só, mas sim como um complemento. Já o princípio da reciprocidade se baseia em relações de todos os tipos.

A pluralidade de Bem Viver, segundo Gudynas (2011), decorre de diferentes interpretações, variando conforme a cultura, cenário histórico e ecológico.

Elas [ideias de Bem Viver] fazem parte de um grande conjunto de princípios ligados a outros princípios bem conhecidos, como unidade, igualdade, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade social e de gênero, justiça, responsabilidade e assim por diante (GUDYNAS, 2011, p. 443, tradução nossa).

Turino (2016) cita que, o Bem Viver está em diversas culturas: no ubuntu de filosofia africana, nos mutirões das vilas, favelas ou comunidades rurais, nas rodas de capoeira, nas cirandas, dentre outros. No Brasil, se faz presente no teko porã dos guaranis. São formas de bens viveres para conviver em comunidade, demonstrando que não existe uma visão única de Bem Viver (ACOSTA, 2016).

Diante da pluralidade de bens viveres, Gudynas (2011) cita que, existe um conjunto de ideias comuns que permite construir uma fronteira em torno do conceito: crítica ao modelo de desenvolvimento que conduz a alternativas ao desenvolvimento; posição ética pautada em valores estético, cultural, histórico, ambiental e espiritual, os quais não se reduzem à visão utilitarista que reduz a vida aos valores econômicos; e a Natureza como sujeito de direito. São ideais que contribuem com do Bem Viver tanto na dimensão material (do concreto), quanto na dimensão subjetiva, como menciona o autor:

O Bem Viver como plataforma não é restrita a uma dimensão material, pois é também uma dimensão comum do Bem Viver para compartilhar sentimentos e afetos. O bem viver é expresso nas experiências de alegria e tristeza, em rebelião e compaixão, como ilustrado nas experiências de muitos movimentos sociais (GUDYNAS (2011, p. 445-446, tradução nossa).

A ruptura do pensamento eurocêntrico ocidental para a construção de um Bem Viver, de acordo com Gudynas (2011, p. 445), “[...] abre as portas para diferentes conjuntos de entendimentos, racionalidades e sentimentos do mundo”. Acosta (2016, p. 239) descreve que: “superar as visões dominantes e construir novas opções de vida levará um tempo”, porém a busca para superar o modelo de desenvolvimento hegemônico já é um passo para a construção de racionalidades e práticas de Bem Viver. Para o autor (2016, p. 90), “não se pode confundir os conceitos de Bem Viver com o de ‘viver melhor’”, dado que este está relacionado ao



progresso material ilimitado, e com o crescimento das diferenças sociais: “recordemos que, para que alguns possam ‘viver melhor’, milhões de pessoas tiveram e têm de ‘viver mal’”.

O Bem Viver, com base em Gudynas e Acosta (2008), tem uma pitada de romantismo e ao mesmo tempo uma dose de realismo, buscando provocar e promover debates nas sociedades com modos de vida hegemônico, para idealizar caminhos alternativos para um outro desenvolvimento, ativado por ancestralidade. Acosta (2016) pontua que, não existe uma receita para essa virada, cada sociedade vai ter que construir seu Bem Viver com a participação de todos e todas. Para o autor (2016, p. 69), o “Bem Viver é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro, já é uma realidade”.

Não é a intenção do Bem Viver apelar ao “romantismo étnico-cultural” (WALSH, 2009) e tampouco um chamado para viver como no passado (ACOSTA, 2016). Não é considerar todas as práticas socioculturais “tradicionais” como positiva; não é negar toda técnica e conhecimento já construído na sociedade moderna (GUDYNAS, 2011); mas é buscar a partir das experiências vividas e das problemáticas atuais, avaliar o que deu certo e o que deu errado, e propor formas de conter a crise socioambiental a partir de novas visões que priorizem a pluralidade de “mundos”.

## **2. Traços da identidade e territorialidade caiçara**

Sampaio (1987) descreve que a palavra caiçara foi herdada da língua indígena tupi guarani: *caá-içara*, que significa estacada, tapume, cercado ou trincheira, e, de acordo com a explicação de Diegues (1988), tem relação como a técnica tradicional de atrair e cercar peixes. Com o uso da técnica os peixes são alimentados até a vida adulta, quando são retirados com uma rede para servir de alimento.

Nunes (2003, p. 70) define caiçara como “sendo a mescla étnico-cultural entre índios e colonizadores europeus, sobretudo os portugueses”. Para Diegues (1988, p.10), caiçara, definida enquanto uma comunidade, é formada pela mescla de populações indígenas, colonos portugueses e negros”.

Diegues (2005, p. 279) menciona que, a região entre Parati (RJ) e Paranaguá (PR) está entre as primeiras que foram afetadas pela colonização portuguesa a partir do século XVI, e é nela que se formaram descontínuas comunidades caiçaras “[...] onde se desenvolvem pequenos núcleos de populações esparsas, com o mesmo modo de vida, que apresentam variações regionais refletidas no vocabulário, em diferentes graus de relação com a cidade” (DIEGUES,



2005, p. 277). Eram populações que viviam na área rural litorânea (MUSSOLINI, 1980). De acordo com Adams (2002), as comunidades caiçaras refletem o processo de exclusão socioeconômica iniciado no período colonial com a sociedade hierarquizada.

A organização espacial das comunidades caiçaras era formada, de acordo com Diegues (2005), por um conjunto de sítios com vizinhança, cujos moradores mantinham relação numa unidade maior, vila ou bairro, onde se localizavam a escola, a capela e a venda (comércio realizado por armazém). Os sítios, dependendo da região, eram mais ou menos distantes um do outro. Cada “sítio” ou “posse” era uma unidade territorial de um morador que o ocupava com sua família, onde possuía uma roça, cultivada no quintal, e um porto (DIEGUES, 2005). O autor (2005, p. 293) cita que, “as divisas de cada sítio eram conhecidas pelo morador, e no geral, reconhecidas pelos outros moradores da vizinhança”.

Sanches (2004, p.41) menciona que, as relações sociais (materialidades e imaterialidades) caiçaras se davam dentro das comunidades, entre comunidades e com o meio externo, estabelecendo “uma ampla rede de trocas de informações e produtos, através da divisão de trabalhos, ‘partilha’, da reciprocidade, da solidariedade e dos matrimônios”.

Das práticas imateriais que apoiavam a cultura caiçara, o fandango se destaca por se sustentar até os dias atuais. O fandango era uma festa conhecida como “baile”, realizado após os mutirões agrícolas nos sítios; “se apresentava como o espaço de “reciprocidade”, onde o “dar-receber-retribuir” constituía a base das socialidades, marcada pelas dimensões familiares, de compadrio e vizinhança” (IPHAN, 2011, p. 40).

Para Diegues (2008, p. 84), o sistema econômico caiçara era próprio de “sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total”, denominando-o de pré-capitalista. Ou seja, os caiçaras produziam para o autoconsumo, o escambo ou a troca do excedente não eram objetivados.

Nos estudos de Diegues (1988, 2005, 2008) e Sanches (2004) e do IPHAN (2011), caiçara é um termo que designa uma população que se constitui em comunidade pelas sociabilidades distintas da sociedade pautadas na troca, tendo base relações de produção para a subsistência, acionando reciprocidade, troca e distribuição de maneira a complementar.

### **3. Procedimentos metodológicos**



Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, cuja realidade não é possível quantificar por corresponder ao “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Utilizou-se da metodologia da história oral, que se utiliza do método de entrevista, possibilitada por meio de um diálogo com “[...] indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2008, p.155).

As entrevistas realizadas têm no centro da investigação a percepção de um “viver bem” atrelado as vivências do passado e do presente pelos sujeitos que se identificam como caiçaras e que viveram na área rural de Guaraqueçaba e/ou da baía de Paranaguá, e atualmente residentes na Ilha dos Valadares, a fim de exercitar uma reflexão entremeada ao conceito do Bem Viver

No litoral do Paraná, as comunidades das baías de Paranaguá e de Guaraqueçaba são identificadas como sendo de população caiçara (DIEGUES,2005; LANGOWISKI, S.D), e foram destas comunidades que migraram indivíduos para a cidade de Paranaguá, dispersando-se no espaço geográfico urbano. Entretanto, foi na Ilha dos Valadares que parte da população das comunidades tradicionais vizinhas veio a residir. A Ilha dos Valadares está distante a 400m da área central cidade de Paranaguá, se integrando a parte continental por meio de uma ponte para pedestres.

Consentino et.al. (1982) ao realizar uma pesquisa na Ilha dos Valadares com 519 pessoas residentes, constatou que, 33,2% desses eram nascidos em Paranaguá, 20,1% eram nascidos na Ilha dos Valadares, 25,2% em Guaraqueçaba e outros 21,5% em diversas localidades do litoral do Paraná, como Antonina e Ilha do Mel, além de outras cidades do Paraná e de outros estados. Na época, a Ilha dos Valadares era considerada um aglomerado rural. No Censo Demográfico de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da Ilha dos Valadares era de 13.798, mas estimava-se que a população era maior, em torno de 25 mil pessoas (FELISBINO E ABRAHÃO, 2016).

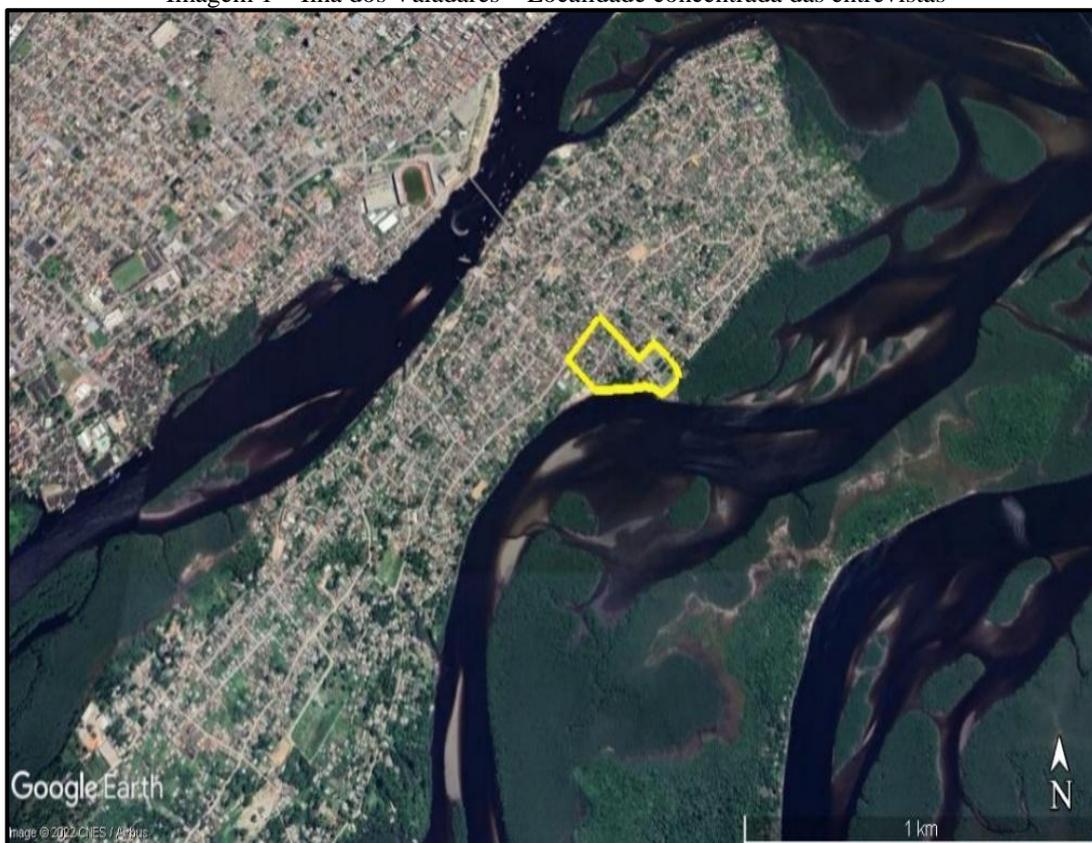
De acordo com Martins (2018, p.04), o crescimento populacional da Ilha dos Valadares teve início na década de 1950 “quando a comercialização do café e da madeira movimentava o porto de Paranaguá”. Esse crescimento populacional vinha de diversas comunidades das baías de Paranaguá e de Guaraqueçaba. Mesmo com a diminuição da demanda de mão-de-obra no porto, Paranaguá continuou atraindo pessoas (ABRAHÃO, 2011).



As evidências materiais e imateriais da presença caiçara na Ilha dos Valadares é registrada num letreiro na praça em frente a ponte de acesso: “Eu (amo) Ilha dos Valadares: Terra do Fandango Caiçara”. O Fandango é uma expressão coreográfica, musical e poética de divertimento da cultura caiçara que ocorria após os mutirões coletivos de coleta ou construções (IPHAN, 2011). Atualmente, existem sete grupos de Fandango Caiçara na Ilha dos Valadares: Grupo Mestre Romão, Grupo Mestre Brasília, Grupo Mandicuera, Grupo Pés de Ouro, Grupo Mestre Eugênio, Família Domingues, Grupo Viola Afinada Mestre Zeca. A pesca e venda do pescado e as embarcações nas margens do rio Itiberê, que separa a Ilha dos Valadares do continente, também são expressões de populações caiçaras, citadas por Diegues (2005).

Diante do exposto, os critérios objetivos para a escolha do(a)s entrevistado(a)s foram o local de origem e de residência. A identidade caiçara é critério subjetivo, atribuído pelo próprio entrevistado. Para dar início às abordagens, recorreu-se a abordagem aleatória de um residente que atendesse aos critérios, para assim, se chegar a outros sujeitos ou em localidades que residissem sujeitos que se enquadravam nos critérios delimitados.

Imagem 1 – Ilha dos Valadares – Localidade concentrada das entrevistas



Fonte: Imagem Google Earth, 2022.

Elaboração: as autoras.

Descrição: área em amarelo local de moradia dos entrevistados



No período de 14 de março a 16 de maio de 2022, foram dezessete sujeitos abordados para participar do estudo, entretanto, quatro sujeitos não tiveram interesse em participar, mesmo atendendo aos critérios do estudo; outros sete sujeitos não se enquadraram nos critérios. No fim, o estudo contou com a participação de seis sujeitos entrevistados (as), sendo duas entrevistas conjuntas, que voluntariamente, partilharam suas vivências e experiências.

#### 4. Resultados e discussão

Dos resultados coletados durante a pesquisa de campo, apresenta-se no Quadro 1 algumas informações pessoais fornecidas pelo(a)s entrevistado(a)s, esses identificados por letras do alfabeto, a fim de apoiar na compreensão das entrevistas.

Quadro 1 – Dados do(a)s entrevistado(a)s da Ilha dos Valadares

Entrevistado(a)	Gênero	Idade atual	Estado civil	Local de origem da época da migração para a Ilha dos Valadares	Ano de migração para a Ilha dos Valadares	Idade na época da migração	Tempo de residência na Ilha dos Valadares
A	Homem	84	Casados	Ilhinha – Serra Negra – Guaraqueçaba	1978	40	44
B	Mulher	80				36	
C	Homem	73	Viúvo	Ilha das Peças – Guaraqueçaba	1986	37	36
D	Homem	68	Viúvo	Bertioga - Guaraqueçaba	1982	28	40
E	Homem	75	Casados	Ponta de Ubá – Paranaguá	1981	34	41
F	Mulher	64				23	

Fonte: as autoras

As entrevistas ocorreram com indivíduos de faixa etária entre 64 a 84 anos, isso porque os mesmos se enquadraram nos critérios da pesquisa: ter migrado da área rural de Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá e se identificar como sujeito caiçara. Os entrevistados tinham muitas memórias das vivências do território de origem, consequência do tempo de permanência nos locais, conforme destacado na coluna “idade na época da migração”, Quadro 1.

Sobre se reconhecer caiçara: o Entrevistado A se posicionou como caiçara dizendo: “como se diz, meu tronco, que diz o dizer daqui é caiçara, caiçara mesmo. Nós somos de Guaraqueçaba mesmo”. O Entrevistado C relaciona o caiçara com a pesca: “A gente trabalha[va] mais na área da pesca, a gente se considera mais caiçara, apesar de não tanto assim”. E continua a discorrer sobre ser caiçara:



Caiçara deve ser o que (risos)?! Olha eu nunca escutei essa palavra. Depois aqui no Valadares no caso, o Fandango Caiçara, que vim saber o que é caiçara, porque lá pro lado de São Paulo (SP) e Paraty (RJ) também tem lá, tem esse negócio de fandango... eles tiveram aqui no Valadares, a gente se considera caiçara mesmo, porque tenho meu compadre que chama o pessoal de caiçara: oh caiçara! (ENTREVISTADO C).

O Entrevistado D se considera caiçara sem hesitar: “Ah sim, com certeza. Vai dizer não, se você era do ... [risos]. Não tem como menti. Tem muitos que não gosta” e complementa “Eu acho assim que por ser a gente do sítio né, e fazer tudo [toda] a parte do sítio, assim né. Não tinha outro jeito”. O Entrevistado menciona que não se importa de ser chamado de caiçara, argumentando que há pessoas que migraram do sítio que sentem vergonha de serem chamadas de caiçara. O Entrevistado E se considera caiçara relacionando inicialmente a palavra com o fandango. E depois cita: “A nossa pesca é consagrada como caiçara mesmo, pescador caiçara (ENTREVISTADO E).

Não caberia realizar uma pesquisa enquadrando o público-alvo a uma identidade. Se reconhecer caiçara é um ato político de resistência, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (DECRETO nº 6.040/2007). Destaca-se que, dos seis entrevistados nenhum adentrou a abordagem política do que uma identidade cultural representa, talvez pela falta de envolvimento com grupos articulados nesta questão, como o dos ligados ao fandango caiçara da Ilha dos Valadares.

Os entrevistados foram questionados sobre a compreensão de viver bem. Cabe destacar que tanto o processo de colonização quanto a de adoção do modelo de desenvolvimento baseado na organização social de produção industrial são, por hipótese, instrumentos, que somados a outros, moldaram a estrutura das sociedades classificadas “em desenvolvimento”, como o Brasil, conseqüentemente, nessas as racionalidades dos indivíduos se pautam em instrumentos para sua sustentação. Apoiado nas estruturas sociais o Entrevistado E narra sobre um modelo ideal de viver comparado ao que vivia no local de origem da época da migração:

[...] vá trabalhar, porque aqui não tem futuro, aquela coisa toda. Naquele tempo já exista gente que dizia que não tinha futuro, que sítio não tinha futuro, e não tem mesmo né, não tem, o cara trabalha e num né, só tem! Aqui o pessoal se emprega né, ainda com tudo né?! (ENTREVISTADO E)

No contexto e sentido narrado pelo Entrevistado E, o viver bem era definido por um modelo de produção único, o qual deveria tornar-se um ideal da pessoa: trabalhar como



empregado na divisão do trabalho. Assim, o viver bem estaria relacionado a um local também específico, o qual não era onde vivem ou como viviam.

Na narrativa do Entrevistado A, o viver bem, em sua compreensão, era proporcionado por Deus. A saúde, proporcionada por Deus, era o que possibilitava ganhar dinheiro, que era o meio para obter comida e vestimenta. Viver bem também estava, para o Entrevistado A, relacionado a Deus por esse proporcionar o convívio em família. A vida, materializada na saúde e na família, é uma “graça” de um “Ser “Supremo”; A saúde e a família são os bens (bem) que são agradecidos e aclamados todos os dias ao “Ser Supremo”, sem nenhuma menção aos esforços individuais e ao outro (humano) e a natureza sobre as materialidades terrenas:

Viver bem é conviver com nossos filhos né, com a família, graças a Deus. Deus da saúde pra nós, a gente ganha dinheiro que dá para comer e se vestir, graças a Deus. Amanhecer todo dia agradecendo a Deus, pela saúde, pelos netos. A gente tem sido abençoado por Deus (ENTREVISTADO A).

Nessa narrativa, a continuidade da vida, dos seus, também é devida ao “Ser Supremo”, como se essa tivesse desatrelada do mundo biológico da vida. O mundo biológico, material da vida humana, necessário à manutenção e reprodução da vida, nessa narrativa, está atrelada também ao dinheiro. O dinheiro é referenciado pelo Entrevistado como algo que dá acesso ao alimento e à proteção dos corpos, desatrelado de quem produz, de quem cria. O modo de vida na comunidade, vivenciada pelo Entrevistado A no sítio, onde precisavam produzir para sua subsistência, parece ter sido esquecida frente ao modo de vida da troca monetária, que se reproduz no espaço urbano.

O Entrevistado C, em sua narrativa sobre viver bem, também demonstra gratidão à Deus pelo trabalho, o qual foi executado por ele. O viver bem está atrelado a vida saudável, que se subentende estar atrelada à saúde, as relações com os outros (familiares e vizinhos), e pelo trabalho “anterior”, que proporcionou dinheiro para a manutenção da vida pelas materialidades para si e para os familiares:

Viver bem é ter uma vida boa, saudável, viver bem com os meus filhos, com meus vizinhos, isso é uma vida saudável pra mim. Muito boa pra mim. Eu não reclamo de nada assim, porque graças a Deus, tive um trabalho bom e a gente teve uma vida boa assim, não posso me queixar dela no caso (ENTREVISTADO C).

O trabalho na narrativa do Entrevistado C, tal como o dinheiro na narrativa do Entrevistado A nos remetem ao Quadro 1 de informações descritas sobre eles. O trabalho,



referenciado no passado pelo entrevistado C, está relacionado ao emprego como estivador durante 20 anos, agora aposentado. Essa forma de manutenção da vida, característica da divisão social do trabalho do modelo de desenvolvimento capitalista (emprego) e que estrutura o urbano, é agraciada à Deus, desatrelada, desconectada de uma organização social específica (relacional) ou de um esforço físico individual. O viver bem narrado pelo Entrevistado C, por não fazer menção ao modo de vida do sítio, é decorrente de um modelo específico de desenvolvimento, o da divisão social do trabalho.

Na narrativa do Entrevistado D, o viver bem está relacionado à interação entre as pessoas e a posse de bens materiais: “[...] você viver bem com o povo, a gente quando veio pra cá não tinha nada, aqui você adquiriu muita coisa, adquiri minha casa, foi bem legal mesmo”. Nesse discurso, o Entrevistado deixa explícito que no sítio não tinha a propriedade da casa, mas morava numa. A casa foi uma conquista no e do espaço urbano.

Para o Entrevistado E, o viver bem está relacionado a saúde do corpo, que possibilita trabalhar: “[...] hoje em dia na idade que já tô e tal, o mais importante de tudo pra mim hoje é a saúde, de ainda poder trabalhar, de ainda poder andar, sair, porque já pensou né, porque eu já vi tanta gente que na minha idade hoje em dia de cadeira de roda, de muleta, outros já foram”.

Os Entrevistados A, C, D e E trouxeram nas suas narrativas do viver bem, o trabalho (emprego) e o dinheiro como meios para acessar bens, incluindo alimentos. Meios que acionados por uma racionalidade do modo de vida específico, o da produção industrial e da troca monetária, o qual se impôs como modelo de progresso e “ideal” para promover à vida. Para os dois primeiros Entrevistados agora referenciados, Deus é o responsável por proporcionar a família e a saúde, os quais são sentidos de um bem viver, como menciona Acosta (2016), o Bem Viver começa nos espaços comunitários, como nos lares. Os entrevistados evidenciam a boa relação familiar. Já para Entrevistado D, as conquistas estão relacionadas às relações sociais, ao mundo concreto, ou seja, acontecem nos espaços comunitários. O Entrevistado E prioriza a saúde para vender sua força de trabalho, talvez por sempre ter sido o responsável por manter o sustento da família, sendo para ele, os aspectos saúde e trabalho, os primeiros requisitos para se viver bem.

Os Entrevistados A, C, D e E mostraram que o viver bem não é somente material ou imaterial, assim como Gudynas (2011) já menciona. A materialidade também gera Bem Viver assim como a imaterialidade. O que faz a comunhão entre ambos é o equilíbrio, que está nos aspectos das reciprocidades, da solidariedade, das relações com o outro e com a Natureza.



Compreende-se que a materialidade aparece como forma de suprir as carências das necessidades de subsistência, importantes para os sujeitos terem o mínimo de dignidade em um mundo onde algumas pessoas tem muito recurso e outras muito pouco para sobreviver, como evidencia Acosta (2016)

As Entrevistadas B e F, mulheres, constroem suas narrativas do viver bem sob perspectivas imateriais (subjetivas), as quais decorrem de relações sociais de afetividade. A afetividade é acionada e aciona princípios de reciprocidade, e que segundo Acosta (2016), os quais estão relacionados a valores humanos e espirituais. Para Walsh (2005), as ações recíprocas são de todos os tipos decorrentes da convivência, tal como narrada pela Entrevistada B:

Viver bem é uma coisa muito bom, porque a gente se dando com as pessoas, tendo carinho, tendo amor com as pessoas, as pessoas têm com a gente também né, e se a gente não falar com ninguém, não conversar, não dá carinho, não dá amor, ninguém dá pra gente. Então a gente dando carinho, dando amor, as pessoas vão tudo é... [retribui]. Quer ser brabo com brabo com outro, fala coisa que não... [deve], ninguém gosta da pessoa. A gente tem que ser carinhoso. (risos).

Na mesma direção, a Entrevistada F relaciona o viver bem nas interações com o Outro, sendo elas mais importantes do que os bens materiais: “Viver bem é ser unido, união com todo mundo, andar alegre com todo mundo, paciência com tudo, saúde, e viver contente, porque desse mundo a gente não vai leva né”.

A harmonia com o Outro e com a Natureza, na filosofia do Bem Viver (ACOSTA, 2016), sugere cuidado, o qual aparece na narrativa dos Entrevistados C e D, algo necessário a se propagar, porém não comum no lugar onde vivem. O Entrevistado C conta: “[...] eu sempre tô limpando, sempre limpo, varro aqui a rua, pra cuidar um pouco né”, mas pontua que tem áreas no Valadares em que a população residente não tem o mesmo cuidado: “[...] deixam a desejar”. O Entrevistado D traz o cuidado com a destinação de resíduos como um conhecimento adquirido que se tornou hábito: “Aqui a gente aprendeu com a mulher (em memória) né, separar o lixo do reciclável, tudo separado, o óleo de cozinha que usa, você põe separado, os caras vêm aqui e pegam. A gente não fazia isso, mas você vai aprendendo né”. Os cuidados com o Outro perpassam também pelos cuidados com a Natureza, práticas individuais com impacto no coletivo.

Nos argumentos dos caiçaras da Ilha dos Valadares migrantes da baía de Guaraqueçaba e Paranaguá entrevistados, o “viver bem” citado pelos homens está ligado a racionalidade do trabalho em troca de salários, diferentemente dos argumentos das mulheres que expõe o cuidado



com a família e com outros – com o Outro, praticando princípios que valorizam o humano, como expostos nas reflexões filosóficas do Bem Viver.

A percepção de um “viver bem”, olhando para o futuro na/da Ilha dos Valadares também foi questionada aos entrevistados, quando o Entrevistado A demonstrou preocupação com a falta de solidariedade dos indivíduos um para com o Outro, essa atrelada da importância do dinheiro nas relações sociais. Ou seja, na sociedade em questão, o olhar para o Outro está atrelado aos ganhos individuais, os quais permitem somente o sustento da família e diminui as possibilidades de ajudar o outro:

[...] melhora de convivência eu acho que do jeito que tá indo eu acho meio difícil melhorar viu tá muito difícil de entender o povo, porque uns vivem só pra ele, eu acho que pessoas que tem um pouquinho de amor ao próximo, poderia deixar um pouco para ajudar o outro. A gente queria ajudar mais, mas o que a gente ganha as vezes tem que ajudar um filho (ENTREVISTADO A).

A crítica do Entrevistado A sobre ajudar o próximo e aos seus filhos pode estar relacionada aos valores de sociabilidade concebidos ainda na comunidade rural antes de migrar. Nela, a ajuda era um fator determinante à subsistência dos indivíduos da comunidade, contudo, no ambiente urbano, a ajuda, para o Entrevistado, se restringe ao dinheiro, que é o que recebe pelo tempo de trabalho e permite manter a família nesse ambiente.

A Entrevistada B, quando questionada sobre o futuro, disse: “A não sei minha filha, tá muito difícil. A gente tem medo né”. O medo que a Entrevistada aponta parece ter relação com a “violência” na Ilha dos Valadares, conforme argumenta o Entrevistado B, seu marido, durante a fala da esposa: “em seguida matam uma rapaziada, a gente fica triste e com medo né, porque tem os meninos [filhos] que vão trabalhar a noite”.

A preocupação relacionada ao futuro pelo Entrevistado C são as drogas, as quais foram relacionadas ao local onde vivem, que no passado foi considerado tranquilo para se viver. E no centro da preocupação do Entrevistado o(a)s neto(a)s, ou seja, os que continuarão a viver:

A gente não sabe como será o amanhã, tenho uma netinha de dois anos, nove anos outra com oito anos, os outros são maiores né. As vezes fico pensando assim, como será né, apesar da gente viver no sítio lá, no caso dificuldade assim, a gente tinha uma vida tranquila, você acordava de manhã, a gente ia pescar, as mulheres ficavam, cuidar das crianças. Hoje já tem uma preocupação na Ilha [dos Valadares] por causa do fumo das drogas, tem muito lá na ilha [das Peças], em toda parte, toda comunidade você encontra hoje, muito difícil (ENTREVISTADO C).



Sucinto na resposta ao mesmo questionamento o Entrevistado D argumenta que, a Ilha dos Valadares vai “mudar muito”, mas com tom de incerteza sobre ser essa mudança um caminho melhor: “mas do jeito que tá o negócio hein, muito difícil”. Ou seja, o entrevistado D aponta uma tendência de mal viver as próximas gerações. Um discurso com tom de “desesperança” de um futuro “promissor” para o lugar, envolto de reciprocidades, sociabilidades, harmonia, gentilezas, coletividade, cuidado, princípios que norteiam um bem viver ligados as subjetividades humanas.

## 5. Considerações finais

Para cada entrevistado (a) autodenominado “caiçaras”, o viver bem não é o mesmo, não é único, tem sentidos distintos. Observou-se que na percepção dos homens, o viver bem na cidade está relacionada ao dinheiro, sendo este o meio e não o fim, mas essencial para atender as necessidades de sustento da família, ou até mesmo adquirir uma casa. O dinheiro neste ambiente é proveniente do trabalho (emprego) e é atribuído a Deus que proporciona a saúde para a sua realização. Ao que parece essa percepção está mais relacionada ao “mundo dos homens”; daquele que é o provedor do sustento da família, estabelecendo uma estrutura na sociedade. As mulheres, por não terem trabalhado com vínculo de emprego, na lógica divisão industrial do trabalho; por ficarem responsáveis pelo cuidado dos seus e dos lares, construíram uma percepção de um viver bem mais profunda nas relações sociais de afetividade, reciprocidade e da ajuda ao outro.

No Quadro 2 busca-se sintetizar aspectos identificados sobre o Bem Viver na perspectiva de Walsh (2009), Gudynas (2011) e Acosta (2016) e a percepção de um viver bem na narrativa de sujeitos caiçara que vivem no urbano, os quais ao migrar de um espaço rural reconfiguram seu modo de vida, transformando o espaço onde vivem por meio das relações com o Outro.

Quadro 2 – Síntese sobre aspectos de um Bem Viver e de um viver bem

Bem Viver a partir de alguns autores		Viver Bem a partir do sujeito caiçara no urbano	
Walsh (2009)	Princípios: correspondência, relacionalidade, complementariedade e reciprocidade.	Homens Materialidade O dinheiro para atender as necessidades	Mulheres <b>Imaterialidade</b> Relações sociais e a afetividade. As relações



Gudynas (2011)	Unidade, igualdade, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade, social e de gênero, justiça, responsabilidade.	essenciais de subsistência. O trabalho=posse de bens	sociais são mais importantes que os bens materiais. O dar e receber (reciprocidade) Ajuda ao próximo
Acosta (2016)	Relações de Harmonia com o eu, com o outro e com a Natureza.	<b>Imaterialidade</b> Deus e relações sociais.	
	Princípios de reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade.	A relação com a Natureza algo a se propagar no lugar.	

Fonte: as autoras

O “viver bem” para os entrevistados não difere do Bem Viver descrito por Walsh (2009), Gudynas (2011) e Acosta (2016), pois distintos são os valores de vida atribuídos; cada entrevistado, que se considera caiçara, atribuiu valores distintos para o que significa viver bem. Sem dúvida os valores distintos atribuídos se devem a convivência na área rural, os quais não tinham a dependência plena do dinheiro para o sustento; havia a partilha e solidariedade, numa lógica de reciprocidades. Os sujeitos caiçaras partilham ideais das relações sociais que envolvem a solidariedade e a harmonia com o Outro, ancorado na ética do viver em coletivo. Entretanto, a violência é ressaltada pelos sujeitos caiçaras entrevistados, apresentando-se como uma questão social contrária ao viver bem em coletivo, direcionando o futuro da/na Ilha dos Valadares para um “mal viver”.

Os entrevistados A, B, C e D não apontaram boas perspectivas de viverem bem, a partir das experiências vividas na Ilha dos Valadares. O futuro é preocupante para estes antigos moradores da Ilha dos Valadares. Refletindo a partir de Acosta (2016), o Bem Viver é uma realidade na Ilha dos Valadares, existem traços de reciprocidade, solidariedade e de relações sociais harmônicas, porém propagar esses princípios e trazer novos caminhos, vai depender da nova geração que se constitui na Ilha, sendo muito deles, descendentes da geração caiçara de migrantes: filhos, netos, bisnetos.

## Referências

Abrahão, Cinthia Maria de Sena. *Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em



<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26205/TESE%2BCOMPLETA%2BCINTHIA%2BSENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos*. Tradução: Tadeu Breda. Autonomia Literária/Elefante.
- Adams, C. (2002). Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses P. de Albuquerque (org.). Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 27-43.
- Alberti, V. (2008). Histórias dentro da história. In. *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (org.) 2.ed., Contexto, 155-202.
- Chuji, M.; Rengifo, G; Gudynas, E. (2019) Buen Vivir. In: *Pluriverse: a post-development dictionary*. Editores: Ashish Kothari, Ariel Aalleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta. New Delhi - India: Tulika Books. 111-114.
- Consentino, André. et.al. (1982). Ilha dos Valadares (baía de Paranaguá). Curitiba: imprensa da UCP, 1982. Xerox.
- Diegues, A. C. (1988) Diversidade biológica e culturas tradicionais caiçaras: o caso das comunidades caiçaras. *Série documentos e relatórios de pesquisa – nº 5*. 4º Conferência da UICN União Mundial para Conservação da Natureza. <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/DiversidadeBio%20%26%20CultTrad015.pdf> .
- \_\_\_\_\_. (2005). Esboço da história ecológica e social caiçara. In: *Enciclopédia caiçara*. Vol.4: história e memória caiçara. Org., Antonio Carlos Diegues. Hucitec: Nupaub. 273 a 320.
- \_\_\_\_\_. (S/D). *Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá*. Não publicado. Acervo digital Nupaub/USP, S/D. <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Diversidade%20biol%C3%B3gica%20e%20cultural%20no%20Complexo%20Estuarino%20Lagunar%20de%20Iguape.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2021). *O mito moderno da Natureza intocada*. 6. Ed. ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2008.
- Felisbino, J. N., Sena, C.M. A. (2016). *Ilha dos Valadares: história, cultura e meio ambiente*. Curitiba: Ed. Do Autor, 2016.
- Gudynas, E. (2011). Buen Vivir: Today’s tomorrow. *Development*, 2011, 54(4), 441–447.
- Gudynas, E.; Acosta, A. (2011). El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: *la medición del progreso y del bienestar*. Propuestas desde América Latina. Mariano Rojas, coord. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC, México DF (México). P. 103-110.
- \_\_\_\_\_. (2008) El buen vivir mas allá del desarrollo. *QUEHACER*, Desco. 70-81.



- Hidalgo-Capitán, A. L. (2012). *El Buen Vivir: La (re)creación del pensamiento del PYDLOS*. 1º Ed. Ecuador: PYDLOS Ediciones – Universidad de Cuenca.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2011). Dossiê de registro do fandango caiçara. Ministério da Cultura. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caiçara.pdf>
- Krenak, Ailton. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. Ed. São Paulo: Companhia de Letras.
- Langowski, Vera Beatriz Ribeiro. *Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá*. Acervo digital Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá – IHGP.
- Martins, Patrícia. *Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeça: Uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189951/PASO0447T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Minayo, M. C. de S. (2002). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. Ed. 9-29. São Paulo: Vozes.
- Mussolini, G. (1980). *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Org. Edgard Carone. Paz e Terra.
- Nunes, M. (2003). *Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia – Itatins/SP*. 2003. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-12082004153758/publico/Dissertacao.pdf>
- Sampaio, T. (1987). *O tupi na geografia nacional*. Edição 5ª. Editora Nacional: Brasília.
- Sampaio, C. A. C.; Alcântara, L. C. S.; Vieira, P. H. F. (2022). Bem viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid-19. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. 59, 162-181, jan./jun. 2022. <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/74145/46382>
- Sanches, R. A. (2004). *Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins*. Annablume; FAPESP.
- Turino, C. (2016). Prefácio à edição brasileira. In: *O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos*. Alberto Acosta. Tradução: Tadeu Breda. Autonomia Literária/Elefante.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, Quito.



# O enfrentamento ainda possível da emergência socioclimática: novos horizontes biocivilizatórios

## The still possible tackling of the socio-climatic emergency: new biocivilization horizons

André Felipe Simões<sup>1</sup>; Marcos Bernardino de Carvalho<sup>2</sup>; Diamantino Alves Correia Pereira<sup>3</sup>; Silvia Helena Zanirato<sup>4</sup>; Sidnei Raimundo<sup>5</sup>

Recebido: 17/10/2023. Aceito: 06/12/2023.

### Resumo

Destacamos neste texto o fundamento da emergência ambiental, particularmente a questão climática tem suas raízes fundadas na dinâmica socioeconômica hegemônica. Por isso a emergência é socioambiental e socioclimática. O fundamento da crise é civilizacional e não apenas restrito a um sistema dominante, como é o capitalismo na atualidade, porque o crescimento e o desenvolvimento deixaram de ser concebidos como meios para se atingir o bem-estar das populações para se transformar em objetivos em si, acima das pessoas e dos demais integrantes da natureza. Estabelecemos como objetivo demonstrar a dinâmica dessa conjuntura, trazendo ao texto outras perspectivas e horizontes eclipsados pela imposição que coloniza as mentalidades e aprofundamos a discussão em torno das dimensões socioambientais do sistema alimentar, da dinâmica urbana, da transição energética e da conservação da natureza. Para isso, o trabalho baseia-se numa ampla revisão bibliográfica e documental sobre os temas citados. A partir do desenvolvimento deste trabalho, depreendemos que a mudança social se impõe como a medida básica para enfrentar as chamadas crises ambientais em suas diversas manifestações, incluindo a climática. Outrossim, observamos que o único e possível antídoto para o aquecimento global é o ‘desaquecimento da economia’, incluindo a posição que ela ocupa na centralidade de nossos pensamentos e soluções. Avaliamos, neste contexto, que o “desaquecimento da economia” não depende apenas de medidas econômicas, mas de medidas sociais e culturais que nos trasladem de sociedades do crescimento, do consumo e do produtivismo para outras referências.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Doutor em Planejamento Energético pelo PPE/COPPE/UFRJ, Pós-Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Engenheiro Metalúrgico com Mestrado em Ciência dos Materiais pela PUC do Rio de Janeiro. E-mail: [afsimoes@usp.br](mailto:afsimoes@usp.br)

<sup>2</sup> Professor Doutor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, Doutor em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo, com pós-doutorado no Departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona. E-mail: [mbarvalho@usp.br](mailto:mbarvalho@usp.br)

<sup>3</sup> Professor Doutor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Doutor em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo. E-mail: [diamantino@usp.br](mailto:diamantino@usp.br)

<sup>4</sup> Professora Doutora Associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Doutora e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP –, Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-Doutora em Geografia Política pela Universidade de São Paulo e em História pela Universidad de Sevilla. E-mail: [shzanirato@usp.br](mailto:shzanirato@usp.br)

<sup>5</sup> Professor Doutor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Doutor em Geografia (na área de análise ambiental e dinâmica territorial) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutoramento em Geografia do Turismo na Universidade de Girona. E-mail: [sraimundo@usp.br](mailto:sraimundo@usp.br)



**Palavras-chave:** Biocivilização. Sistema alimentar. Decrescimento. Transição energética. Proteção da natureza.

### **Abstract**

We highlight in this text that the foundation of the environmental emergency, particularly the climate issue, has its roots in hegemonic socioeconomic dynamics. Therefore, the emergency is socio-environmental and socio-climatic. The basis of the crisis is civilizational and not just restricted to a dominant system, as capitalism is today, because growth and development are no longer conceived as means to achieve the well-being of populations but rather become objectives in themselves, above people and other members of nature. We set out to demonstrate the dynamics of this situation, bringing to the text other perspectives and horizons eclipsed by the imposition that colonizes mentalities. We also deepen the discussion around the socio-environmental dimensions of the food system, urban dynamics, energy transition, and nature conservation. To achieve this, the present work is based on a broad bibliographical and documentary review of the topics mentioned. From the development of this work, we could analyze that social change is imposed as an essential measure to confront the so-called environmental crises in their various manifestations, including climate change. Ultimately, we observe that the only possible antidote for the global warming is the ‘economic degrowing’, including its position in the centrality of our thoughts and solutions. In this context, we confirm that the “degrowing of the economy” depends not only on economic measures but also on social and cultural measures that take us from societies of growth, consumption, and productivity to other references.

**Keywords:** Biocivilization. Food system. Degrowth. Energy transition. Nature protection.

## **1. Introdução**

A sugestão de ‘novos horizontes’ projeta nosso olhar para pensarmos e construirmos o futuro, mesmo que seja naquele espírito emprestado por Fernando Birri ao conceito de utopia, fugidia e inalcançável, sempre se afastando na mesma proporção que dela nos aproximamos. Ensinando-nos, portanto, a importância da travessia, do caminhar, do seguir trilhando e do processo construtivo. Pode soar utópica a ideia de colocar no centro de nossos arranjos e (bio) civilizações imaginadas para o futuro, a vida, incluindo os rios, as pedras e tudo aquilo que algumas abstrações das ciências discricionárias e binárias definiram arbitrariamente como orgânicas/inorgânicas ou vegetal/animal, animadas/inanimadas. E é essa mesma a ideia. Que soe utópico! E que nosso caminho seja acompanhado por essa percussão, a indicar que estamos na trilha correta. E que soe “científico”, uma vez que nos apoiam os fundamentos concretos da ciência belamente sintetizada pelos ensinamentos de Nina Pacari, liderança indígena de um país que pioneiramente consagrou os direitos da natureza em um texto constitucional – Equador –, pois

[...] todos los seres de la naturaleza están investidos de energía que es el *samai* y, en consecuencia, son seres que tienen vida: una piedra, un río (agua), la montaña, el sol, las plantas, en fin, todos los seres tienen vida y ellos también disfrutaban de una familia, de alegrías y tristezas, al igual que el ser humano (PACARI, 2009, p. 32-33).



Apenas com essa refinada compreensão do conjunto das dimensões que compõem o que denominamos vida, poderemos realizar aquilo que o ecologista uruguaio Eduardo Gudynas (2019) denominou de ‘giro biocêntrico’, para conferir importância ao que interessa, destacando a complexidade e amplitude das dimensões que teremos de alinhar. E se, mesmo assim, ainda soar estranho, um contrassenso, ou até mesmo ‘estúpido’, não só colocar a vida no centro, mas propor o reconhecimento e a precedência das dimensões da cultura, da civilização e de outros valores de transcendência, que não sejam apenas aqueles ditados pela ‘deusa’ economia, vista por muitos ocupando a centralidade em torno da qual tudo o mais gira.

Então, que soe estranho! Não temos compromisso com essa realidade que queremos ultrapassar, nem com essa centralidade a estreitar nossos velhos horizontes ou com o atual processo civilizatório, autodenominado de ocidental e moderno, que se pretendeu hegemônico e violentamente se impôs, nesse sentido, apagando os variados processos que, com seus diversos arranjos sociais e culturais e as decorrentes múltiplas maneiras de se relacionar com os demais seres da natureza, já povoaram este mundo e cujos descendentes seguem resistindo (*re-existindo*, na verdade) aos apagamentos ou subsunções sofridos e às ignorâncias civilizacionais de que foram vítimas.

E por isso também é que insistimos em colar a referência social à chamada questão ou crise climática, caracterizando-a como socioclimática, semelhantemente ao que temos feito com as referências socioambientais, mesmo correndo o risco do pleonasma. Da mesma forma, chamamos a atenção para o caminho que consideramos adequado trilhar: aquele que desvende o caráter (sócio) civilizatório da crise que estamos vivendo, oferecendo-lhe uma alternativa que não só respeita essa dimensão – civilizatória – do problema com o qual estamos lidando, mas que alça a própria vida – bio – para a condição de anteposto a conferir significado a qualquer horizonte sugerido como alternativa.

### **1.1 As dimensões da biocivilização**

Se por um lado, o padrão e a estrutura estabelecidos, engendraram um processo global cuja amplitude, como dissemos, para ser adequadamente descrita se mede pelo alcance das réguas civilizatórias, por outro lado, também é verdade, que a contraposição a isso só poderá ser uma resposta de igual dimensão -- civilizatória, -- mas que confira centralidade a outros valores, particularmente aqueles que tiveram suas dinâmicas e existências diversas desrespeitadas, atravessadas, desterradas, subjugadas, reificadas e mercantilizadas, pela



voracidade do padrão de acumulação e pela vocação autoritária das fronteiras dos estados nacionais, que passaram a atribuir pátrias e nacionalidades únicas a tudo e a todos que até então estavam sujeitos apenas aos limites de suas próprias dinâmicas físicas, vitais, comunitárias ou plurinacionais. Por isso, elegemos a palavra grega ‘*bios*’, que todas e todos sabemos o que representa e significa, para qualificar a centralidade do que queremos valorizar na construção dos novos horizontes que propomos construir.

Mas a ideia de biocivilização também foi engendrada para confrontar os monopólios de poderes e de cognição que esses últimos séculos de colonização e europeização do mundo produziram, no contexto daquilo que eminentes filósofos alemães do século XIX já caracterizaram como ‘*raubwirtschaft*’ (literalmente, economia de pilhagem, de roubo). Destarte, biocivilização, conforme aponta (Sachs, 2009) “biocivilização”, além de sugerir um processo civilizatório pautado na centralidade e na importância da vida, chama a atenção para a potencialidade dos conhecimentos, da sabedoria e das relações que são produzidas neste outro hemisfério do mundo – o Sul Global – e que poderão conduzir-nos à libertação da ordem e das sustentações cognitivas que legitimam e justificam o padrão de subordinações, com todas as consequências que daí advém. Essa (des) ordem mundial produzida pela sociocivilização contemporânea, atinge igualmente todos os componentes e dimensões que estruturam o seu corpo, sua territorialidade, seu ‘meio ambiente’, como costumávamos (e costumamos) arrogantemente dizer, ao sugerir que o ambiente e tudo que nele se contém, é o ‘meio’ para a realização humana.

## **2. O movimento pela soberania alimentar e a emergência socioclimática**

A emergência socioclimática traz um grande desafio que implica em compreender como reduzir estas emissões, produzir alimentos suficientes e saudáveis e como obter energia limpa. “No marco da soberania alimentar, a agroecologia camponesa praticada por milhões de pessoas e suas comunidades constitui a chave para salvaguardar a humanidade e o planeta, não só hoje, mas no futuro” (VIA CAMPESINA, 2014, p. 1).

A agroecologia teve sua abrangência ampliada ao longo do tempo. Em seus primeiros momentos, o que havia de princípios e metodologias era pensado na escala da produção individual que poderia chegar à dimensão do agroecossistema. No início do século XXI, os movimentos sociais em torno da agroecologia trouxeram importantes aportes à sua concepção e o que era inicialmente uma reflexão acerca de processos produtivos na propriedade



transcendeu, não só para o sistema alimentar, mas para diversos aspectos da dinâmica social e econômica, sobretudo com os aportes do movimento pela soberania alimentar.

Tanto no mundo acadêmico quanto nos movimentos sociais encontramos muitas vezes afirmando que a agroecologia é uma forma de condução sustentável da agricultura. Em muitas dessas intervenções não se discute a noção de sustentabilidade no seu sentido mais amplo em que o tripé ambiental, social e econômico deve trafegar junto. Então vemos entes multilaterais ou entidades autônomas fazendo uma utilização pragmática do conceito, reduzindo-o apenas a um dos aspectos, sobretudo o ambiental, como se a preservação ou recuperação ambiental não estivesse ligada ao bem-estar social e econômico das populações. Isso pode ser verificado no índice de inteligência climática da agricultura, elaborado para alguns países pelo Banco Mundial, ou mesmo a fixação da FAO na política da “intensificação sustentável” em que propugna a intensificação dos mesmos métodos que nos conduziram à crise atual.

Que esses órgãos sejam pragmáticos, isso é uma das características que se espera deles. Entretanto, quando se atrela essas políticas à subordinação dos produtores e sua incorporação nas cadeias de valor e comercialização, isso não necessariamente interessa aos produtores envolvidos, mas interessa muito aos setores hegemônicos que controlam essas cadeias. E, claro, para não ficarmos com a impressão que essas agências ou órgãos multilaterais são apenas pragmáticos, apesar de patrocinarem políticas limitadas, elas têm que ter uma roupagem que as mostrem para o público e para os órgãos decisórios como abrangentes e estratégicas e, portanto, devem usar a roupa da sustentabilidade, devem ser sustentáveis. Não é de estranhar, pois, que o conceito vá perdendo seu sentido, até mesmo aquele que podemos encontrar no relatório Brundtland, apesar de suas limitações.

A agroecologia era apontada inicialmente por Gliessman como um caminho para a constituição de agroecossistemas sustentáveis tomando como referência sobretudo os procedimentos agrônômicos relacionados com a ecologia e visualizando um processo de conversão em 3 níveis relacionados com os procedimentos produtivos no interior da propriedade. Mais recentemente o autor considerou que seriam necessários mais dois níveis para que a conversão pudesse se efetivar de fato, um deles seria o engajamento da sociedade no apoio aos produtores que se dispusessem a se colocar no processo de transição da agroecologia e a transição culminaria em um novo sistema alimentar baseado em princípios que transcenderiam a economia e mesmo a dimensão ambiental em direção à justiça social e equidade participativa.



Essa evolução notada em Gliessman foi acompanhada por outros autores e está relacionada em grande parte com a inserção dos movimentos sociais na militância em torno do sistema alimentar em que a agroecologia se funde com a bandeira de luta da soberania alimentar. O Movimento pela Soberania Alimentar destacou-se inicialmente com a preocupação das condições de vida dos pequenos produtores e por isso declarou sua oposição radical aos acordos de liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas negociados e acolhidos pela OMC, por considerar que os países perderam sua capacidade de implementar políticas públicas de proteção de suas agriculturas e isso teria beneficiado somente os países e as grandes empresas exportadores de commodities e prejudicado os pequenos produtores. Quando, em 2015, a Via Campesina incorporou a defesa da agroecologia, a partir daí as discussões e aprofundamentos em torno, tanto da bandeira da soberania alimentar, quanto da agroecologia, praticamente se fundiram, uma vez que os princípios se identificavam em grande parte.

A proposta do movimento pela soberania alimentar articulada com a agroecologia é a de que a base produtiva de um novo sistema alimentar seja baseada na pequena propriedade camponesa, com produção diversificada, baixa utilização de insumos externos à propriedade e com foco no abastecimento dos mercados locais. Entretanto pergunta-se se essa configuração de produção consegue alimentar a população mundial, o que ensejou a respostas de Ploeg, argumentando que a agricultura camponesa não é viável apenas em vales e terras férteis, mas consegue se instalar em áreas onde a racionalidade do capital não permite. Afirma também que os investimentos por unidade de área tendem a ser maiores e que a atividade produtiva se concentra na “otimização da renda do trabalho” e não na “maximização do lucro” (PLOEG, 2016, p. 145). Coloca ainda que essas explorações apresentam mais resiliência e são muito mais capazes de estabelecer combinações e relações locais de forma independente dos circuitos gerais de comercialização.

A adesão a essa forma de agricultura camponesa resulta muitas vezes da marginalização e exclusão dos pequenos agricultores e na concentração de terras e recursos nas mãos de grandes corporações ou latifundiários, sendo considerada como um movimento de resistência e busca de alternativas na busca por formas de produção inclusivas, diversificadas, enraizadas nas comunidades locais e com menor impacto ambiental. Trata-se, portanto, de resistir e se adaptar às mudanças nas condições produtivas, destacando a importância desses processos para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes.



Devemos considerar que não se trata de substituir a produção atual do sistema alimentar hegemônico, alterando apenas o tamanho das propriedades e sua dinâmica interna, mas de alterar o sistema como um todo, da produção à comercialização e ao consumo e isso poderia ser alcançado de forma progressiva, na medida em que os hábitos e inclusive as dietas fossem alteradas. Trata-se de uma luta política com o direcionamento de “disseminar e tornar hegemônica uma nova forma de organizar agroecossistemas com base no paradigma ecológico” (MOLINA, 2011, p. 11) e que, para isso, necessita de intervenções em todas as escalas, começando com a escala da produção, não aumentando necessariamente o tamanho das propriedades, mas de aumentar o número de propriedades camponesas, para assim aumentar a produção. A abrangência deveria chegar às escalas político administrativas mais amplas, culminando no Estado Nacional com a adoção de políticas que beneficiem o processo de transição e não valorizem apenas as grandes produções de commodities financeirizadas e internacionalizadas.

### **3. A emergência socioclimática urbana**

A modernidade e suas concepções de progresso, de crescimento ilimitado em todas as dimensões da vida humana, abrangem o viver em cidades, assentamentos humanos que remontam há milênios, mas que adquiriram especificidades na modernidade capitalista. Nessa conjuntura, a cidade não é algo que possa ser explicado como uma simples consequência do desenvolvimento histórico (LEFEBVRE, 2001), mas sim um modo de ser socialmente produzido, que comporta lugares de negócio, de lazer, de moradia. Mais ainda, o solo urbano, ainda que condição para a reprodução da vida, não é acessível a todos, pois é vinculado ao poder de compra de cada um. Quanto mais atributos tenha o solo urbano (infraestrutura do entorno e localização), mais ele é valorizado, de modo que aqueles que podem comprar um lugar bem produzido moram em melhores condições do que aqueles que não podem. Resta assim, aos que têm baixo poder aquisitivo, a ocupação de áreas sobrantes, muitas delas inadequadas para a moradia, ainda que nesses lugares também se veja um mercado ilegal, que cobra um preço pelo qual as pessoas nessas condições podem pagar (FERREIRA, 2011).

Especificamente, a cidade de São Paulo apresentava em 2022 aproximadamente 12,4 milhões de habitantes (IBGE)., dos quais 31,6% tinham rendimentos mensais de até meio salário-mínimo. As favelas correspondiam nesse mesmo tempo a 1,7 mil núcleos, com 397 mil



domicílios, correspondendo a 9,4% da população paulistana vivendo em favelas, muitas delas instaladas nos distritos mais pobres e desprovidos de infraestrutura urbana.

São Paulo é uma cidade espalhada, que se expande em direção à periferia, ilimitada e marcada pela informalidade. Projeções do INPE de 2011 indicavam que até 2030, a mancha metropolitana poderia ser aproximadamente 38% maior do que a observada em 2008, aumentando a probabilidade da ocorrência de desastres associados a inundações e escorregamentos, atingindo com mais intensidade as parcelas mais vulneráveis da população, justamente por viverem em lugares vulneráveis a eventos climáticos. Mantido o padrão periférico e as desigualdades a ele associadas, estima-se que em 2030 haverá um aumento de 46,07% das áreas sujeitas a inundações, e de 229,47% das áreas sujeitas a deslizamentos, o que deverá agravar as condições de vulnerabilidade das pessoas que vivem em tais lugares (INPE, 2011, p.12). Diante dessa probabilidade, ampliam-se discussões a respeito da necessidade de reduzir as vulnerabilidades das pessoas que estão mais expostas aos perigos. Os fóruns multilaterais (Convenção Quadro, Relatórios do IPCC) que se voltam para pensar na redução das vulnerabilidades, insistem na urgência de medidas adaptativas que impeçam a ocorrência de tragédias climáticas.

A adaptação corresponde a medidas que precisam ser tomadas, hoje, para se enfrentar os impactos físicos das mudanças climáticas. A adaptação implica em decisões deliberadas de política, baseadas no entendimento de que condições ambientais mudaram e que a ação é necessária para voltar a manter ou a obter um estado desejado (LAVELL, 2010). Mas a adaptação incorre no risco de ser tomada na perspectiva tecnológica, embasada em ações paliativas e superficiais, sem que se questionem as causas que produzem pessoas vulneráveis e os responsáveis por tais condições. Pensar em vulnerabilidade requer perguntar “por que as pessoas estão vulneráveis ou em risco”? Quais são as causas?

Ao se falar em adaptação, há que ter o foco nas causas que tornam pessoas e lugares vulneráveis. Sem esse questionamento incorre-se na naturalização e ocultamento de responsabilidades (RIBOT, 2009). A análise sobre porque tais pessoas estão em risco nos diz o que pode ser feito a respeito. Insistir na análise causal como pré-requisito de qualquer abordagem de redução de riscos climáticos garante que a mais ampla gama de fatores seja levada em consideração para orientar a ação. Como os riscos não são equitativamente distribuídos, isso nos leva a pensar na urgência de outros caminhos contrapostos à modernidade capitalista e sua lógica de progresso e de crescimento ilimitado, expressa, entre outras coisas, nas formas que produção do espaço que ocorre na cidade. Nessa direção, a adoção de novas



lógicas para o urbano, que não sejam subordinadas à reprodução do capital, mas das necessidades integrais da vida.

As leituras de Risk (2002), Latouche (2009), Escobar (2020) e Galeano (2012) nos levam a pensar em caminhos numa direção contra-hegemônica. A crise ambiental demanda repensar a reconstrução do tecido social em múltiplas dimensões da existência, como nos entendimentos de desenvolvimento, tempo e sentido de progresso associado à economia, ao consumo e produção como únicas alternativas para o futuro. O desafio maior é o de fortalecer outra lógica de vida, a coletiva, baseada na utopia, na solidariedade, “não só como mostra de descontentamento em relação à noção predominante de desenvolvimento, mas como busca de alternativas que fortaleçam a solidariedade” (CASTELLS et al., 2017, p.134). É nessa lógica que esta mesa se apresenta, a de pensar em alternativas contra hegemônicas para o viver. É utópico? Sim, é utópico. Mas, como dito pelo subcomandante insurgente Galeano:

há um muro, o capitalismo, a impedir nossa ação; o muro se sustenta em uma marquise onde se diz: progresso. Mas há uma fenda, os movimentos sociais. Para derrubar o muro, basta abrir uma fenda. Se pararmos de raspar a fenda, ela se fecha, o muro se regenera. A ação é tanto para aumentar a fenda, mas, sobretudo, para que ela não se feche e nos aponte o que será possível fazer amanhã (GALEANO, 2012, p.31).

#### **4. Transição energética justa ainda capaz de mitigar a emergência socioclimática**

Foi a partir da Revolução Industrial que, gradativamente, o ser humano passou a contar, de modo crescentemente visceral no que se refere a seu suprimento energético, com os combustíveis fósseis, cuja combustão (leia-se, de modo coloquial, queima) gera a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) à atmosfera, sendo os principais: dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O). Essa emissão antropogênica de GEE se relaciona diretamente à constituição e intensificação do aquecimento global, o mais proeminente fenômeno precursor associável às mudanças climáticas, o mais potencialmente deletério problema ambiental, de magnitude global, a ser enfrentado pela humanidade ao longo do corrente século XXI.

Diante do avanço de políticas neoliberais e da correlata ampliação de pobreza e miséria em prol do enriquecimento de uma já bilionária minoria de pessoas, a crise socioambiental vem se agudizando (VELICU e BARCA, 2022). Neste contexto, podemos estar próximos (a vida humana e, de modo mais amplo, a própria vida no planeta) de certo ponto de não retorno,



eventualmente vinculável ao atingimento de alças de retroalimentação para a emissão de GEE caso a temperatura média da superfície terrestre ultrapasse o patamar de 2 °C nas próximas duas décadas, comparativamente à era pré-industrial (MARQUES, 2023). Portanto, uma ampla mudança estrutural em prol do Ser, e não mais do Ter, como analisa Sachs (2008), faz-se premente de modo a se evitar a predominância anti-civilizatória típica ao capitaloceno (inerente e intrínseco ao Antropoceno) e, assim, o cataclísmico *tipping point*.

Associada à falácia capitalista de crescimento econômico ilimitado, a ampla utilização de resíduos fósseis como principal fonte de energia (atualmente, cerca de 85% da oferta global de energia é composta pela soma de carvão mineral, petróleo e gás natural, de acordo com a Agência Internacional de Energia – IEA em 2023) gerou os problemas de desigualdade e de pobreza que exhibe o mundo contemporâneo e que carregou, como consequência, o aumento (praticamente exponencial nos últimos 15 anos) da emissão antrópica de GEE. Trata-se, portanto, de um macro contexto de emergência socioclimática, a qual está colocando cada vez mais em perigo a espécie humana e a própria vida na Terra (IPCC, 2022). No entanto, a transição energética aparentemente em curso, de fato, pouco ou nada tem de justa (TURIEL, 2022). Ocorre que tal transição tem se alicerçado especificamente na eletrificação (de modais de transporte, em especial), e não exatamente no fomento da produção e do consumo de energias potencialmente renováveis. E, frisa-se, não é o consumo de eletricidade a parcela do consumo energético mais relevante no contexto da matriz energética mundial. Neste sentido, o foco da transição energética na eletrificação não está permitindo uma necessária transição mais ampla dos sistemas de produção e consumo de energia. E esse tipo de transição energética é insuficiente e chegou tarde demais ao ponto de evitar a intensificação das mudanças climáticas e de seu mais proeminente fenômeno causador, o aquecimento global (TURIEL, 2022; MARQUES, 2023).

Diante de preceitos biocivilizatórios e/ou sob a égide de básicos princípios de ética universal, uma transição energética que dependa da extração, produção e beneficiamento de metais contidos em minerais (eventualmente) raros na crosta terrestre (ou seja, metais associáveis a uma mineração intensiva e, portanto, tipicamente impactante ao ambiente) não pode ser considerada justa. Inúmeras partes metálicas contidas, por exemplo, nas atuais baterias elétricas dos telefones celulares e dos “sustentáveis” veículos particulares elétricos ou híbridos dependem, visceralmente, da mineração de cobalto na República Democrática do Congo (RDC). Dezenas de milhares de trabalhadores, incluindo cerca de 40.000 crianças, diuturnamente, labutam nas minas de cobalto da RDC sem o uso de equipamento de proteção



individual (EPI), sem salários minimamente dignos ou direitos trabalhistas (AMNISTIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, 2023).

Para o pleno cumprimento do vigente acordo de Paris, a transição energética em curso (apresentada como solução ideal, por exemplo, por grandes produtoras globais de veículos elétricos, como a Tesla ou a BYD) tende a significar um acintoso aumento na demanda global por determinados metais cuja mineração é extremamente impactante ao ambiente, à biodiversidade e aos trabalhadores das minas a céu aberto ou nas lavras subterrâneas. Eis, neste contexto, as estimativas da IEA (2021) diante da demanda atual: 40% a mais de cobre e metais de terras raras; 90% a mais de lítio; 60-70% a mais de cobalto; e 60-70% a mais de níquel.

Uma avaliação mais ampla e coerente a respeito da transição energética em voga deve cotejar, além dos impactos socioambientais associáveis à mineração anteriormente mencionada (também correlata, por exemplo, à produção de inúmeras partes metálicas das turbinas e das pás eólicas ou dos diversos componentes a base de metais das usinas solares fotovoltaicas), a dependência em relação aos combustíveis fósseis nestes processos minerários e questões nada solucionadas em termos de geopolítica internacional. De fato, a mineração de cobre, cobalto ou de lítio dependem, de modo contundente, do emprego de combustíveis fósseis. Todo o transporte destes metais necessários à transição energética (e a sua expansão), por exemplo, requer amplas quantidades de óleo Diesel. A energia elétrica requerida nos processos produtivos minerários não é produzida tipicamente em usinas solares ou eólicas, mas sim (por exemplo e no caso da Europa ou da China) em tradicionais e tipicamente poluentes usinas termelétricas a carvão mineral ou a gás natural. Exemplos diversos poderiam ser mencionados nestes mesmos contextos.

Outra questão problemática inerente a esta transição energética – e que não é usualmente mencionada pela mídia corporativa e mesmo analisada e debatida por parte da academia –, refere-se ao fato de que as principais reservas dos metais necessários a tal transição não se encontra, em geral, nos países desenvolvidos. Há, neste sentido, complexas questões vinculáveis à geopolítica internacional (e associáveis à competitividade industrial e à segurança nacional) que tendem a obstaculizar um acesso mais amplo a tais reservas por parte do Norte Global, que usualmente expropria e usurpa os recursos naturais existentes no Sul Global. Mas, nem sempre isto é possível. Há, de fato, países como a China ou a Índia, que não se mostram plenamente interessados em exportar seus metais típicos requeridos pela transição energética em voga. A Rússia seria outro exemplo neste sentido.



É, portanto, uma evidente falácia considerar como ideal, suficiente ou justa a transição energética em curso. De fato, esta transição energética não é justa e capaz de mitigar a crise socioclimática. Há, uma outra transição energética que necessita passar a ser preponderante, e esta deve ser baseada não na intensificação de processos dependentes da eletrificação generalizada, mas, sim, no fomento às energias renováveis realocadas para usos culturais e técnicos mais locais, mais próximos da demanda energética. Citar-se-ia, neste contexto, por exemplo: (1) intensa ampliação do consumo de alimentos produzidos localmente (o que implica na redução do consumo de gasolina, óleo combustível, querosene de aviação e óleo Diesel, em especial); (2) desmistificação do consumismo (algo que enseja toda uma mudança na construção filosófica do significado de felicidade, mas que tem de ser realizada de modo célere e amplamente); (3) uso mais amplo das fontes renováveis de energia no combate à pobreza (mas sob a égide de se evitar a aparente saída da pobreza pelo viés do mero consumo de bens, particularmente aqueles típicos da obsolescência planejada); (4) uso da renda e da riqueza inerente à exploração e produção petrolífera para subsidiar uma transição energética efetivamente vinculada à mitigação climática a à redução de desigualdades socioeconômicas; e, por fim, (5) uso do petróleo e seus derivados mais centrado na petroquímica (que, em geral, se relaciona à fixação de carbono).

A transição energética justa ainda capaz de mitigar a crise socioclimática, uma ameaça à preservação da vida em todos os seus matizes, requer, mais do que todos os estratagemas anteriormente citados, a desconstrução e o total abandono da ideia de que podemos crescer indefinidamente, ainda que com claros e cientificamente provados limites planetários. Pragmaticamente, o planejamento energético (em nível de países, subcontinentes, continentes e sob o viés global), sob esta nova e necessária ótica bio-energético-civilizante e focada na resiliência da vida na Terra, deve estar orientado em prol da redução da quantidade de energia produzida (tanto renovável quanto não renovável) e consumida.

Faz-se premente, neste contexto, uma transição energética justa e, portanto, para além da lógica das relações desiguais que tanto caracterizaram e caracterizam o “mundo embebido em petróleo” e, de modo mais amplo, o regime dos combustíveis fósseis. Sob a égide de tais considerações, o acesso à energia, direito fundamental de todos os cidadãos (particularmente, em prol de mais amplo e popularizado acesso à saúde, educação, esporte, arte e cultura) necessita, prementemente, passar a priorizar processos e óticas decolonizantes, desprivatizantes e descentralizantes. Outrossim, tal acesso a outros sistemas energéticos bio-civilizantes requer respeito máximo aos direitos dos trabalhadores (em especial as mulheres, por estas estarem



sendo mais intensamente impactadas pela crise socioclimática), às diferenças culturais e à vida dos animais não humanos.

## **5. Conservação da natureza diante da emergência socioclimática**

Ao longo dos últimos 150 anos, a sociedade ocidental pensou em formas de conservar a natureza diante dos avanços dos usos e ocupações das terras que degradavam a natureza. Este texto tentará demonstrar esse encadeamento de ideias sobre conservação da natureza e seus desafios no século XXI, a partir de um contexto de emergência socioclimática.

No século XIX começa um movimento de preservar grandes áreas verdes para desfrute e contemplação da população das cidades, que só cresciam, com a população desejando áreas com natureza bem conservadas para que, de tempo em tempos, ela pudesse visitá-la, reverenciá-la. Esses ideais começaram a ser confrontados com novas formas de pensar a conservação da natureza a partir da década de 1920. Um marco importante foi a realização do congresso de botânica em Londres (1928) que destacou a necessidade da proteção da natureza a partir de uma nova racionalidade, apoiada nos conhecimentos e aportes das ciências naturais. No Brasil, entre 1920 e 1940, a discussão sobre conservação da natureza estava apoiada em três pilares: a) a necessidade de exploração racional dos recursos naturais no interesse das gerações atuais e futuras; b) o reconhecimento da necessidade de pesquisa para o seu conhecimento, sendo o mundo natural como objeto da ciência; e c) o reconhecimento da importância das paisagens naturais como objeto de contemplação e apreciação estética. Este último, mantendo as primeiras justificativas de criação de parques nacionais (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015, p. 242).

As ciências naturais ganham “corpo” e contribuem, na segunda metade do século XX, com suas teorias e metodologias, destacando aquelas ligadas à Ecologia da Paisagem e à Biologia da Conservação, como formas de estudar e entender as dinâmicas da natureza e que apontam novos elementos para a conservação das espécies. Surgem as ideias de corredores ecológicos, populações mínimas viáveis para perpetuação de uma espécie de fauna e flora. Em 1985, cunhado por Walter G. Rosen, surge o termo Biodiversidade como discurso para enfrentar os temas fundamentais da ecologia e da biologia evolutiva. Biodiversidade e diversidade biológica tornaram-se de amplo uso nos meios científicos e entre os ativistas da conservação. Contudo, essa forma dominante de conceber a conservação da natureza não considerava as distinções entre as várias formas de organização da sociedade, tais como indígenas, tradicionais,



urbano-industrial, entre outras (VIANNA, 2008), e como elas contribuía para a conservação da natureza.

Para confrontar ou complementar os postulados sobre biodiversidade, no final do século XX surgem as ideias de “etno-bio-diversidade” e “socio-bio-diversidade”. Trata-se de uma visão de conservação da natureza “da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a” (DIEGUES, 2000, p.3). A biodiversidade pertence tanto ao domínio natural quanto ao cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la.

O século XXI traz então essas miríades de possibilidades de entender a conservação da natureza, mas que precisam ser relacionadas à emergência socioclimática. O termo Desenvolvimento Sustentável tornou-se uma ideia difundida na sociedade atual, mas que apresenta muita fama, mas nada de consenso e que acaba normalizando conflitos socioambientais. Isso porque, muitas vezes a ideia de desenvolvimento sustentável, e mesmo de sustentabilidade, acaba não questionando o real motor das degradações da natureza – o modo de produção capitalista. É contraditório ou um oxímoro, dizer-se sustentável dentro de um modo de produzir que é excludente, acirra os conflitos e desigualdades e que tem produzido toda a sorte de degradação sociocultural e natural. Então, qual o desafio da sociedade atual para enfrentar os problemas de conservação da natureza no capitalismo? Não se trata de um enaltecimento do socialismo, pois este não produziu uma nova forma de uso dos recursos naturais e da conservação da natureza. Chernobyl, a poluição do lago Baikal, entre outros problemas exemplificam um modelo tão socioambientalmente inadequado como o capitalista.

Uma nova concepção pode ser pensada, considerando todas as visões aqui destacadas. A conservação colaborativa é um caminho que se pavimenta, com o entendimento da conservação da natureza entendida como construções socioculturais, inseridas nos seus contextos históricos e socioambientais. Para isso, é necessário considerar abordagens que respeitem o reconhecimento dos direitos, a inclusão dos atores sociais e a governança ambiental. A inclusão social deve ser concebida, não como uma inclusão perversa ou incompleta, como é oferecida pelas práticas capitalistas presentemente, que se referem a ela apenas na ideia de geração de emprego e renda. Nessa visão, os mais vulneráveis são incorporados apenas como meros serviços. Emprego e renda são necessários, importantes, mas eles precisam estar relacionados com outros elementos da inclusão social, como a garantia das territorialidades daqueles que ajudaram a conservar a natureza, como as comunidades



tradicionais, e a ação política de todos os envolvidos nos processos de tomada de decisão sobre os caminhos de como devem ser a conservação da natureza.

É necessário um diálogo de saberes: o técnico-científico; o popular das aspirações, necessidades e cosmologias das comunidades locais, principalmente as consideradas tradicionais; e de demais atores interessados na gestão e governança de áreas protegidas que conservam a natureza. Para tal, nas arenas de negociação de conflitos socioambientais, é necessário resguardar a participação de todos os envolvidos, com direito de representação e voz. Além disso, a transparências e prestação de contas das ações por parte de governos e de empresas que exercem atividades de interferência na natureza tem de ser realizadas, com normas e regras estabelecidas de forma comunitária, com a participação de todos envolvidos. Com isso, espera-se que a conservação da natureza contribua para uma justiça ambiental, evitando que os mais vulneráveis se tornem ainda mais fragilizados, sendo excluídos das benesses que a conservação da natureza possa trazer a suas vidas.

Há ainda um crescente reconhecimento de outros benefícios de conservação da natureza, como os relacionados à promoção da saúde e do bem-estar humano e à preservação de valores culturais. Carrus et al. (2015) evidenciam que experiências em áreas ricas em biodiversidade tendem a ter melhores benefícios de restauração psicológica. Os banhos de florestas começam a ser recomendados mundo afora, devido aos benefícios que a visita a áreas bem conservadas produz, reduzindo estresse e aumentando a oxigenação do sangue, entre outros fatores.

Finalmente, é importante o reconhecimento da natureza protegida como um bem comum da sociedade, à medida que uma área com natureza bem conservada possa promover o senso de conexão entre vizinhos, sentimentos de pertencimento comunitário e engajamento em causas coletivas locais. Assim, o “Comum”, nas ideias de Dardot e Laval (2017) é um é o ‘princípio político’ que dá sentido aos movimentos, às lutas e aos discursos que se contrapõem à racionalidade neoliberal. Nessa linha, como princípio político, “o comum exige que a participação [coletiva] numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, e a coatividade (sic) seja o fundamento da coobrigação” (Idem, p. 616).

O Comum não é um bem, objeto, lugar ou coisa, mas uma instituição que se efetiva na esfera coletiva. É em uma dada sociedade que, por meio de suas articulações e negociações se define o que é comum a ela. Portanto, são as práticas coletivas que decidem, em última instância, se uma coisa ou conjunto de coisas devem ser postas na esfera do comum. A natureza conservada numa área protegida pode ser pensada como algo que é comum de toda a sociedade, e, portanto, não pode ser apropriável nem por governos, muito menos por empresas. Neste



sentido, a conservação da natureza como um Comum da sociedade exige esse esforço coletivo, cujos argumentos podem estar associados às maneiras como a sociedade concebeu a conservação da natureza dos momentos passados ao presente, que precisam ser pensadas como elementos de inclusão das pessoas e para redução das desigualdades. Isso permitirá uma abordagem mais democrática de como as sociedades conservam a natureza diante da emergência socioclimática que se impõe.

## **6. Considerações finais**

Não será apenas na mudança da matriz energética ou nas medidas compensatórias para emissão de carbono, que confrontaremos ou equacionaremos a crise climática, pois o clima, na verdade, não está em crise, mas, sim, e desde o nascedouro, a crise é dessa nossa sociedade, que produz desigualdades, injustiças, extrema acumulação de riqueza e de prosperidade, de um lado, e, de outro, pobreza, precarização e periferização. Para tanto, engendra sociedades e civilizações que aquecem a economia, promovem relações sociais injustas e, conseqüentemente ‘aquecem’ o planeta, promovendo a monocultura, no lugar da diversidade; subordinando nacionalidades, no lugar de respeitar as múltiplas territorialidades; constrói impérios, escravizando, explorando, expulsando e obrigando milhões de pessoas a se deslocarem, como se fossem peças de um planeta convertido em tabuleiro para a realização da jogatina da mercantilização e da financeirização global, que governa os espaços do mundo desde que nele se impôs esse padrão de acumulação e a estrutura geopolítica que o viabilizou.

A mudança social impõe-se como a medida básica para enfrentar as chamadas crises ambientais em suas diversas manifestações, incluindo a climática. Pode até parecer estranho, mas o único e possível antídoto para o ‘aquecimento global’ é o ‘desaquecimento da economia’, incluindo a posição que ela ocupa na centralidade de nossos pensamentos e soluções. Mas, o ‘desaquecimento da economia’ não depende apenas de medidas econômicas, mas de medidas sociais e culturais que nos trasladem de sociedades do crescimento, do consumo e do produtivismo para outras referências.

Para tanto, como já dizia Latouche, entre outros, é preciso ‘descolonizar o imaginário. É preciso adotar novas predisposições em nossas posturas com relação à vida, aos laços sociais e aos objetivos que eles buscam alcançar, assim como é preciso examinar igualmente as nossas posturas com relação às injustiças e desigualdades que eles produzem, ou à forma como tratam e (des) respeitam, não só a maioria de nós, mas tudo o mais que existe, independentemente de



nós. Não somos os únicos sujeitos de direitos, como já estão reconhecendo vários movimentos, organizações e até mesmo algumas das novas institucionalidades especialmente latino-americanas e, pioneiramente, como dissemos na Constituição do Equador.

## Referências

- AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL. (2018). *Agroecología: innovaciones para sistemas agrícolas y alimentarios sustentables. Serie ¿Quién se beneficia?* ed. Amsterdam: Amigos de la Tierra Internacional. Disponível em: <https://www.foei.org/wp-content/uploads/2021/05/Agroecologia-innovacion-ES.pdf>
- AMNISTIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL. (2023). *Trabalho infantil e exploração laboral na República Democrática do Congo alimentam a produção mundial de baterias de telemóveis e carros*. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/trabalho-infantil-e-exploracao-laboral-na-republica-democratica-do-congo-alimentam-a-producao-mundial-de-baterias-de-telemoveis-e-de-carros/>.
- Carrus, G., Scopelliti, M., Laforteza, R., Colangelo, G., Ferrini, F., Salbitano, F. & Sanesi, G. (2015). Go greener, feel better? The positive effects of biodiversity on the well-being of individuals visiting urban and peri-urban green areas. *Landscape and urban planning*, 134, p. 221-228.
- Castells, M. (2017). *Otra economía es posible: cultura y economía en tiempos de crisis*. Alianza.
- Chomsky, N.; P., Robert; P., Polychroniou, C. J. (2020). *Crise climática e o Green New Deal Global*. Roça Nova Editora.
- Dardot, P.; Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Diegues, A. C. (Org.). (2000). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec.
- Escobar, A. (2020). Antropologia e desenvolvimento, *Maguaré*, 34 (1).
- Ferreira, J. S. W. (2011). São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo "à Brasileira". *Estudos Avançados*, 25(71), 73-88.
- Franco, J. L. A.; Schittini, G. M.; Braz, V. S. (2015). *História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral*. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2), 233-270.
- Galeano, M. (2012). *Contra a hidra capitalista*. N-1 Edições.
- George, S. (1996). Liberalismo económico. Marginación del Tercer Mundo y de la naturaleza. In: mires, F. et alí. *Ecologia Solidaria*. Barcelona: Ed.Trotta.
- Gliessman, S.; Friedmann, H.; Howard, P. H. (2019). *Agroecology and Food Sovereignty*. IDS Bulletin - Transforming Development Knowledge, Brighton.



- Gudynas, E. (2019). *Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante.
- IEA – International Energy Agency. (2021). *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*. World Energy Outlook Special Report. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions>.
- IEA – International Energy Agency. (2022). *World Energy Outlook 2022*. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2022>.
- IPCC – Intergovernmental Panel On Climate Change. (2022). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report. Cambridge University Press.
- Latouche, S. (2011). Natureza: problemáticas econômicas e antropológicas (Palestra). In: *Simpósio Internacional Merleau-Ponty*. Cuiabá: UFMT, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zmd7EJvx-BM>
- Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lavell, A. (2010). *Gestión Ambiental y Gestión del Riesgo de Desastre en el Contexto del Cambio Climático*. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación - Subdirección de Desarrollo Ambiental Sostenible. Disponível em: <https://www.desenredando.org/public/2013>
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Marques, L. (2023). *O Decênio Decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Elefante.
- Molina, M. G. (2011). Algumas notas sobre agroecología y política. *Agroecologia*, 6. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160621>
- Pacari, N. (2009). Naturaleza y territorio desde la mirada de los pueblos indígenas. In: Acosta, A. y Martínez, E. (org.). *Derechos de la Naturaleza. El futuro es ahora*. Quito: Abya Yala.
- Ploeg, J. D. (2016). *Camponeses e a arte da agricultura*. São Paulo: UNESP.
- Ribot, J. (2009). Vulnerability does not fall from the sky: toward multi-scale pro-poor climate policy. In: Robin M., Andrew N. (Eds.), *Social Dimensions of Climate Change: Equity and Vulnerability in a Warming World*. The World Bank.
- Rist, G. (2002). *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid, Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación (IUDC), Los Libros de la Catarata.
- Sachs, I. (2008). *Amazônia, laboratório das biocivilizações do futuro*. Biblioteca Diplô, novembro de 2008. Disponível em <http://diplo.org.br/imprima2646>
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Gramond.
- Turiel, A. (2022). *Sin energía: Pequeña guía para el Gran Descenso*. Editora Alfabeto.



Velicu, I.; Barca, S. (2022). The Just Transition and its work of inequality. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 16(1).

Via Campesina. (2014). Agroecologia y Clima. *Boletín Nyéléni*, 20, dez. 2014. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/agroecologia-y-cambio-climatico-boletin-boletin-nyeleni>

Via Campesina. (2007). Declaração de Nyélény. Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 26 mar. 2007. <https://nyeleni.org/spip.php?article327>.

Vianna, L. P. (2008). De invisíveis a Protagonistas. Populações tradicionais Unidades de Conservação. São Paulo; AnnaBlume: FAPESP.

### **Contribuições dos autores**

Marcos Bernardino de Carvalho desenvolveu a Introdução e, em boa medida, concebeu os objetivos deste trabalho. Diamantino Pereira discorreu sobre o movimento pela soberania alimentar e a emergência socioclimática. Silvia Helena Zanirato analisou a emergência climática urbana. André Felipe Simões discorreu a respeito da transição energética justa ainda capaz de mitigar a emergência socioclimática. Por sua feita, Sidnei Raimundo analisou a conservação da natureza diante da emergência socioclimática. Todos os autores revisaram todas as seções e participaram ativamente da elaboração das considerações finais.